



**LUÍS FERNANDO SILVA ANDRADE**

**ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DE  
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE LAVRAS,  
MG: DISTÂNCIAS E RELAÇÕES**

**LAVRAS - MG**

**2015**

**LUÍS FERNANDO SILVA ANDRADE**

**ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES  
DE LAVRAS, MG: DISTÂNCIAS E RELAÇÕES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora

Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira

**LAVRAS - MG**

**2015**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Andrade, Luís Fernando Silva.

Organização e atuação de associações de moradores de Lavras,  
MG: distâncias e relações / Luís Fernando Silva Andrade. – Lavras :  
UFLA, 2015.

152 p. : il.

Dissertação (mestrado acadêmico)–Universidade Federal de  
Lavras, 2015.

Orientadora: Maria de Lourdes Souza Oliveira.

Bibliografia.

1. Associativismo de Bairro. 2. Repertórios. 3. Participação. 4.  
Sociedade Civil. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

**LUÍS FERNANDO SILVA ANDRADE**

**ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES  
DE LAVRAS, MG: DISTÂNCIAS E RELAÇÕES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADO em 24 de fevereiro de 2015.

Dra. Joana Tereza Moura      Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Dra. Julia Moretto Amâncio      UFLA  
Dra. Sabrina Soares da Silva      UFLA

Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira  
Orientadora

**LAVRAS – MG**

**2015**

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Maroca, pela atenção e riquíssimas discussões ao longo do (curto) período do mestrado, além de possibilitar minha participação no Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero e Diversidade em Movimento – GEDIM, no qual pude compreender mais sobre extensão e a função social da Universidade, bem como conhecer trajetórias, de pessoas e de grupos, fascinantes.

Às professoras que compõem a banca examinadora, Profa. Joana Tereza Vaz de Moura, Profa. Julia Moretto Amâncio e Profa. Sabrina Soares da Silva, pelas muitas contribuições para esta dissertação, durante a qualificação, propiciaram um entendimento maior, ainda que inicial, das discussões sobre o conceito de sociedade civil. Um agradecimento especial à Profa. Julia Moretto Amâncio, pelo convite para participar das reuniões do grupo referentes ao projeto “Dinâmicas microterritoriais e acesso a políticas públicas no município de Lavras: um estudo de caso nas associações de moradores nos bairros Jardim das Magnólias, Vale do Sol e Vista Alegre”, as quais foram muito proveitosas para a elaboração desta dissertação.

Aos colegas do GEDIM, pelas viagens empolgantes, repletas de reflexões.

Aos professores com os quais tive a oportunidade de aprender, durante as disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Administração e a todos os funcionários que tornam o Bloco 3, por certo tempo uma segunda morada, um local mais aconchegante.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), pela oportunidade concedida para a realização do mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos.

Aos meus pais, Sebastião e Sônia, e irmãos, Andréia, Douglas, Marcelo e Newton, pelas longas ligações e cuidados à distância e por acreditarem no meu potencial. Em especial à minha mãe e minha irmã, pelos conselhos e pelos quitutes que atenuaram a saudade de casa.

À Tamira, que faz meus dias mais leves, eu agradeço pelo companheirismo, ajuda e compreensão na reta final da dissertação.

Aos amigos dos velhos e novos tempos, inclusive, os irmãos de Ordem DeMolay, pelos momentos de descontração e aprendizado e, também, àqueles que partilharam a experiência da Pós-Graduação. Um agradecimento especial aos amigos e colegas Alex, Valderí, Bruna, Kelly e Helga, os cafés ao longo deste tempo foram marcantes. Agradeço, também, de forma afetuosa aos amigos Guilherme, Mateus, Rafael Machado, Rafael Fontes, Rodrigo, Valdinei, Vinícius, a confraria, pelas partidas de RPG nas férias e pelas discussões amigáveis, há mais de uma década.

Aos entrevistados, pela presteza ao fornecer as diversas informações essenciais para a pesquisa realizada e oportunidade de conhecer mais do associativismo no município.

Ao Grande Arquiteto do Universo, pela dádiva da vida e pelas oportunidades ímpares de crescimento e reflexão.

*“É sempre assim o curso dos fatos que movem as rodas do mundo: as mãos pequenas os realizam porque precisam, enquanto os olhos dos grandes estão voltados para outros lugares.”*

*J. R. R. Tolkien*

## RESUMO

Este estudo teve por objetivo a compreensão da relação entre associações de moradores e o poder público local. Em profundidade, buscou-se a compreensão da trajetória histórica de duas associações atuantes em suas respectivas comunidades e como esta influencia sua organização e forma de relacionar-se com outras associações, organizações da sociedade civil e poder público local. Com um referencial teórico de participação, sociedade civil e associativismo, buscou-se refletir como a literatura, lida com a participação em associações de bairro e como essas associações podem impactar na gestão pública municipal e na democracia em nível local. Uma caracterização inicial do tecido associativo do município revelou que grande parte das associações registradas não são atuantes. Dentre as associações formais atuantes, duas foram selecionadas para um estudo de casos, que abarca pesquisa documental, observação em reuniões ordinárias e extraordinárias das associações e 9 entrevistas, a fim de compreender como estas associações se organizam e atuam. Os resultados apontam que as associações, por meio do pequeno grupo que as constituem, são capazes de ativar uma série de vínculos com diversos atores políticos e sociais. Também, nota-se uma pluralidade de interesses, bem como a utilização de estratégias que visam manter a continuidade das relações com o poder público local, mesmo que recorrendo a uma suposta neutralidade e excessivo apreço de ofícios, que denotam a manutenção das mesmas relações com o poder público local desde a fundação das associações. As associações favorecem a publicização das demandas da comunidade, apesar de contarem com severos constrangimentos para que essas demandas sejam atendidas. São apontados como limites deste estudo a caracterização feita via dados da Receita Federal, desconsiderando associações informais, bem como o foco na percepção dos representantes da comunidade, em detrimento dos representados. Enfim, este estudo traz contribuições para a compreensão inicial do associativismo de bairro no município e sua relação com o poder público local, e as estratégias utilizadas nesta relação.

Palavras-chave: Associativismo de Bairro. Sociedade Civil. Participação. Repertórios.



## ABSTRACT

The purpose of this study was to understand the relations between residents associations and the local government. We also sought to deep understand the historical trajectory of two associations which operate in their own communities and the way how they influence their organization, and relation with other associations, civil society organizations and the local government. Based on the theoretical framework of the participation, civil society, and associativism, we sought to show how the literature deals with participation in the neighborhood associations and the way how these associations could impact in the municipal public management, and local democracy. An initial characterization of the municipal associative network revealed that the majority of existing associations do not operate. Among formal operating associations, two were selected for a case study, which encloses documental research and observation during regular and extraordinary meetings. Nine interviews were performed seeking to understand how these associations are organized and how they operate. According to results, these associations can establish links with various political and social actors by means of small group of people who compose them. In addition, there is a plurality of interests, as well as the use of strategies to keep the continuity of relations with the local government, even resorting to supposed neutrality and excessive offices of appreciation, which denote maintenance of those relations with the local government, since the creation of these associations, which favor the publicization of communities' demand, although counting upon many constraints to comply such demands. The characterization carried out via Federal Revenue data is pointed out to be the limit of this study, without considering informal associations, as well as the focus on the perception of communities' representatives, to the detriment of those represented. Therefore, this study brings us contributions for the initial understanding of the neighborhood associativism in the municipality and its relation with the local government, and strategies used in this relation.

Key-words: Neighborhood associativism. Civil society. Participation. Repertories.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sequência circular de pesquisa em ciências sociais.....	56
Figura 2	Procedimentos metodológicos.....	62
Figura 3	Número de Associações de Defesa de Direitos em Lavras-MG, por Ano.....	70
Figura 4	Rede de relações da Associação 01.....	102
Figura 5	Rede de relações da Associação 02.....	103

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Síntese dos Tipos Associativos e seus Efeitos Democráticos.....	55
Quadro 2 Momentos da produção do conhecimento.....	58
Quadro 3 Documentos para análise documental.....	65
Quadro 4 Associações de Bairro em Lavras-MG.....	71
Quadro 5 Cargos e respectivas funções da Associação 01 de acordo com o Estatuto.....	82
Quadro 6 Cargos da Diretoria Executiva, e respectivas funções, da Associação 02 de acordo com o Estatuto de 1999.....	84
Quadro 7 Cargos da Diretoria Executiva, e respectivas funções, da Associação 02 de acordo com o Estatuto de 2014.....	85

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Número de Associações e Fundações em Lavras/MG .....	18
Tabela 2	Associações privadas em Lavras -MG .....	68

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1	Dados gerais do município estudado e de seu tecido associativo.....	16
1.2	Questão Norteadora .....	18
1.3	Justificativa .....	19
1.4	Objetivos.....	21
1.4.1	Geral .....	21
1.4.2	Específicos .....	21
<b>2</b>	<b>RESGATE TEÓRICO SOBRE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ASSOCIATIVISMO</b> .....	22
2.1	Participação.....	22
2.1.1	O conceito de participação nos estudos da década de 80.....	23
2.1.2	Participação no contexto da redemocratização, projeto neoliberal e participação institucionalizada .....	27
2.2	Organizações da sociedade civil e instrumentos teóricos para seu estudo.....	33
2.3	Associativismo de Bairro e conceitos centrais para seu estudo.....	47
<b>3</b>	<b>MOVIMENTO DE PESQUISA</b> .....	56
3.1	Caracterização da pesquisa.....	58
3.2	Coleta de Dados.....	60
3.2.1	Pesquisa com dados Secundários .....	62
3.2.2	Observação .....	63
3.2.3	Entrevistas por pautas .....	64
3.2.4	Pesquisa Documental .....	64
3.3	Análise dos dados .....	65
3.3.1	Análise de Conteúdo.....	66
<b>4</b>	<b>EM BUSCA DO ASSOCIATIVISMO DE BAIRRO E SUA RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO LOCAL</b> .....	67
4.1	Caracterização das associações formais e comparação com o campo empírico .....	67
4.2	Caracterização dos Casos.....	73
4.2.1	Contexto da fundação e organização .....	74
4.2.2	Relação entre associação e comunidade representada .....	90
4.2.3	Relação entre associação, Poder Público Local e demais entidades da sociedade civil.....	98
4.2.4	Comparações entre os casos estudados e a Liga de Associações .....	108
4.3	Categoria de análise .....	111
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	122
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	132
	<b>APÊNDICES</b> .....	141

<b>ANEXOS</b> .....	152
---------------------	-----

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar de ser ressaltada a importância de organizações da sociedade civil para democratizar e trazer mais transparência aos processos de decisão do Estado, entre elas as associações de moradores, poucos estudos contemplam a realidade destas organizações no município e os contextos nos quais elas estão inseridas.

Enquanto agentes locais com preocupações sobre desenvolvimento e defesa de direitos, essas associações buscam poder político, ou conquista de espaço nas decisões que afetam os meios de vida de seus integrantes, em espaços participativos já delimitados, por dispositivos legais ou constrangimentos advindos do contexto político.

Tendo em vista que os estudos de caso contemplados neste estudo são associações de moradores formais, devidamente registradas, é oportuno tratar em um primeiro momento do histórico dos dispositivos legais a elas relacionadas.

A partir da década de 90, multiplicaram-se experiências participativas no Brasil, nos níveis municipal, estadual e federal, em virtude da promulgação da Constituição Federal de 88, a chamada constituição cidadã, na qual foram institucionalizados Conselhos, Conferências, Planos Diretores e Orçamentos Participativos, espaços que visam a dar maior legitimidade a demandas sociais e às ações do Estado.

Nesse período de expansão, foi promulgada, também, a Lei 9.790/99, que regulou as organizações da sociedade civil de interesse público e o Termo de Parceria, com o qual Estado e associações e fundações sem fins lucrativos poderiam trabalhar em conjunto em projetos sociais.

Em 2002 foi promulgado o novo Código Civil (BRASIL, 2002), que institucionalizou as formas de organização da sociedade civil em associações, fundações e entidades religiosas.

Apesar dos avanços alcançados e das estatísticas disponíveis, muito há o que se pesquisar e refletir sobre esse campo de estudo tão amplo e, por vezes, contraditório. Nesta dissertação buscamos ir além dos números e tabelas e compreender como se dá a construção dos processos participativos e da organização das associações de moradores de um município do Sul de Minas, sobre as quais poucos dados estão disponíveis. Acreditamos no potencial da sociedade civil organizada em ir além dos espaços participativos a ela delegados e contribuir para avanços democráticos, em uma perspectiva local que inevitavelmente influencia discussões e ações mais amplas: os integrantes de associações de defesa de direitos e desenvolvimento podem ser, eventualmente, os maiores conhecedores de sua realidade e das demandas sociais que surgem nos municípios.

São partes adicionais dessa introdução uma breve contextualização e discussão sobre dados gerais do município em que o estudo é conduzido, bem como de seu tecido associativo; questão norteadora, na qual são apresentadas as preocupações centrais e dúvidas que norteiam o presente estudo; a justificativa, correspondente à importância do estudo, tanto de um ponto de vista teórico quanto empírico; e os objetivos, geral e específicos. Em seguida, é apresentado o referencial teórico, sobre participação, sociedade civil e associativismo, a metodologia utilizada, para, então, trazer os resultados encontrados e as considerações finais do estudo.



### **1.1 Dados gerais do município estudado e de seu tecido associativo**

Lavras é um município localizado no sul do estado de Minas Gerais, na região do Campo das Vertentes, possui área de 564,5 km<sup>2</sup> e população, em 2010, de 92.200 habitantes, com estimativa de 99.229 habitantes para 2014. O histórico de sua povoação remonta a exploração aurífera, iniciada em 1729 na área por desbravadores paulistas, aos quais posteriormente se juntaram moradores da província de Minas Gerais. Tendo fim a exploração do ouro, os moradores dedicaram-se à agricultura e pastoreio (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2014).

Inicialmente pertencia à Comarca do Rio das Mortes, encabeçada pela Vila de São João del Rei, a Vila de Lavras do Funil foi elevada à categoria de cidade em 1868, e desde sua emancipação já possuía o nome atual (IBGE, 2014).

Quanto à economia local, a produção têxtil, agroindustrial e a metalurgia são as principais atividades da indústria (com um distrito industrial de 561.000 m<sup>2</sup>), enquanto o café e o gado leiteiro destacam-se como principais atividades agropecuárias. O setor de serviços é o mais relevante, com um Produto Interno Bruto adicionado (PIB adicionado), de R\$ 911.174.000,00 (65% do total). A indústria e a agropecuária apresentam PIB adicionado de R\$ 412.974.000,00 e R\$ 77.142.000,00, respectivamente (29% e 6% de um total de 1.401.290.000,00) (IBGE, 2014). De acordo com o IBGE (2014), no município estão localizadas 3.279 empresas atuantes e 3.398 unidades locais, que empregam 24.813 trabalhadores, com salário médio mensal de 2,5 salários mínimos.

A fim de trazer uma breve análise das condições de vida, são apresentados índices e dados sobre a educação no município. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010) é de 0,782. O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) do município (2010) é de 0,642,

segundo maior da microrregião de Lavras, o que classifica o município na segunda melhor faixa (entre 0,62 e 0,68). Dentre os aspectos analisados nos dois índices, destaca-se a educação. A taxa de analfabetismo do município em 2010 é de 3,94%, inferior à média nacional de 9,37%. Em Lavras localizam-se 4 estabelecimentos educacionais de nível superior: a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o Centro Universitário de Lavras (Unilavras), a Faculdade Adventista de Minas Gerais (FAD-MINAS) e a Faculdade Presbiteriana Gammon (FAGAMMON) (IBGE, 2014). A primeira conta com 16.581 estudantes, 505 professores do quadro permanente, 411 técnicos administrativos do quadro permanente e 541 funcionários terceirizados (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS -UFLA, 2014).

Tendo em vista que este estudo tem como objeto organizações da sociedade civil, que, quando formalizadas, são pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos, é interessante trazer dados acerca dessas organizações. De acordo com o IBGE (2012), em 2010, havia 282 unidades locais de entidades sem fins lucrativos no município, entre elas 161 eram fundações ou associações. As associações de moradores, geralmente, são registradas como associações de desenvolvimento e defesa de direitos, as quais apresentavam 24 unidades em Lavras. Na tabela 1, é apresentado o número de associações e fundações de acordo com sua classificação e a variação em cada período analisado.

Tabela 1 Número de Associações e Fundações em Lavras/MG

<b>Grupo/Ano</b>	<b>2006</b>	<b>Δ06-08</b>	<b>2008</b>	<b>Δ08-10</b>	<b>2010</b>
01 Habitação	0	-	0	-	0
02 Saúde	3	40%	5	0%	5
03 Cultura e recreação	15	25%	20	13%	23
04 Educação e pesquisa	21	-5%	20	17%	24
05 Assistência social	19	14%	22	12%	25
06 Religião	25	11%	28	3%	29
07 Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	14	22%	18	-6%	17
08 Meio Ambiente e proteção animal	5	-150%	2	0%	2
09 Desenvolvimento e defesa de direitos	12	56%	27	-13%	24
10 Outras	6	33%	9	25%	12
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>21%</b>	<b>151</b>	<b>6%</b>	<b>161</b>

Fonte: IBGE (2008, 2010, 2012).

Um levantamento foi feito junto à Receita Federal para saber o número atual de associações de moradores presentes no município de Lavras. Os dados são apresentados no primeiro tópico dos resultados. Em seguida será apresentada a questão norteadora do estudo.

## 1.2 Questão Norteadora

Considerando as associações de moradores como organizações da sociedade civil que podem contribuir para avanços democráticos, busca-se compreender como são construídos os processos organizativos das associações e suas relações com atores do poder público municipal.

### 1.3 Justificativa

A justificativa para o presente estudo pode ser dividida em dois tópicos centrais: empírico e teórico-empírico. Primeiramente, é notável o número reduzido de trabalhos que versam sobre o associativismo no município estudado. Destacam-se, na década de 90, o estudo de Alencar et al. (1996), sobre a participação social em associações comunitárias de Lavras, com base nas perspectivas de elevação da capacidade de negociação e reprodução de relações de dependência e clientelistas.

Nas próximas décadas, não foi encontrada produção científica que versa sobre associações em Lavras. Considerável tempo depois, Fonseca (2010) tratou do empoderamento e transformação identitária de mulheres em associações de artesanato e culinária no município. Todavia, a natureza das associações pesquisadas pela autora é diferente daquelas contempladas por Alencar et al.(1996) e por este estudo. Percebe-se, portanto, que o tecido associativo da cidade carece de novas pesquisas, que abarquem a heterogeneidade e singularidades das organizações que o compõem.

Quanto ao componente teórico-empírico, Cortes e Silva (2010) destacam a existência de interdependências entre sociedade civil e instituições e atores estatais. Evitando o maniqueísmo, representado pelas dicotomias em atributos que seriam intrínsecos aos dois polos, os autores consideram que, baseados em uma leitura atual da sociedade civil, considerando sua complexidade e relação com o campo político-institucional, é possível trazer avanços ao desenvolvimento de estudos sobre a sociedade civil.

De forma semelhante, Gurza-Lavalle (2003, p. 92-93), ao criticar a concepção estilizada e idealizada de sociedade civil da década de 90, destaca que:

o teor da discussão hoje, salienta o potencial de sinergia nas relações Estado-sociedade, a relevância dos novos espaços de participação, o papel da sociedade civil no desenho de políticas públicas, a emergência de novas institucionalidades e a multiplicação de formas inéditas de representatividade – mesmo que ainda em estado embrionário. Em vez de atores, discutem-se espaços, e o lugar das distinções, por vezes maniqueístas – entre sociedade civil e o Estado é ocupado por estudos empíricos sobre o papel de determinados atores da sociedade civil em ambientes institucionais específicos.

No presente estudo, ao tratar-se de associações de moradores, é levado em conta a complexidade do contexto político e institucional, bem como da trama de relações que esses atores específicos desenvolvem e as estratégias para atingir seus objetivos, por vezes distintas. Considera-se, que dentro desse grupo específico de associações, é possível existir diferenças notáveis no *modus operandi* de cada associação, influenciadas pela construção e trajeto históricos da organização, bem como dos indivíduos que as compõem. É, de certa forma, um questionamento e busca por conhecimento em torno de uma questão formulada por Gurza-Lavalle, Castello e Bichir (2007, p. 466): “como funcionam as organizações da sociedade civil?” Nestes casos específicos, almeja-se compreender como se organizam e atuam as associações de moradores pesquisadas.

Conforme apresentado posteriormente no referencial teórico, as associações, consideradas organizações da sociedade civil, independente da matriz teórica ou do modelo de democracia utilizados, são, de forma geral, consideradas meios que podem trazer avanços, maiores ou menores, para a democracia (LÜCHMANN, 2011, 2012, 2014).

Dessa forma, pretende-se trazer avanços em relação à identificação e compreensão das associações de moradores, ‘organizações civis’ que compõem o tecido associativo do município (GURZA-LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2007), bem como das relações das quais elas se valem em sua atuação.

A seguir são apresentados os objetivos, geral e específico, que, ao serem alcançados, almeja-se responder à questão norteadora anteriormente apresentada.

#### **1.4 Objetivos**

A seguir são apresentados o objetivo geral e os objetivos secundários, necessários para a realização do primeiro.

##### **1.4.1 Geral**

O objetivo geral deste estudo é compreender as relações existentes entre associações de moradores e o poder público local.

##### **1.4.2 Específicos**

Para atingir o objetivo geral anteriormente apresentado, foram traçados três objetivos específicos:

- a) Caracterizar as associações de moradores de um município do Sul de Minas Gerais.
- b) Construir a trajetória histórica de duas associações de moradores e a influência de processos anteriores na organização e participação dessas instituições na política local; e
- c) Identificar as relações existentes entre as associações de moradores de um município do Sul de Minas Gerais.

## **2 RESGATE TEÓRICO SOBRE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ASSOCIATIVISMO**

Para uma compreensão dos sujeitos de pesquisa aqui estudados, associações de moradores e suas relações com o poder público local, três temas centrais são apresentados: participação, organizações da sociedade civil e associativismo, discutidos nos subtópicos a seguir.

### **2.1 Participação**

Considera-se, no presente estudo, a possibilidade de interfaces de participação em organizações da sociedade civil, especificadamente associações de moradores e avanços democráticos, que podem levar ao fortalecimento da representação da comunidade, uma vez que em um mesmo município, em relação direta com o tamanho da população, existirão especificidades e características únicas, assim como necessidades, supridas ou não, por políticas públicas que irão variar de acordo com o perfil socioeconômico dos moradores, assim como as estruturas (e sua qualidade) disponibilizadas pelo poder local.

No próximo tópico, a discussão sobre participação é aprofundada, tendo em mente que o conceito abordado apresenta diferentes prismas, de acordo com o contexto político de determinada época, ou seja, um conceito é sempre apropriado por diferentes representações de sociedade e carrega um histórico de rupturas com abordagens anteriores, bem como limitações das análises feitas em certo período.

Primeiramente, o conceito é trabalhado, de acordo com a abordagem de autores da década de 80, em que o pressuposto normativo do efeito positivo da atuação das organizações da sociedade civil é pungente (BORDENAVE, 1986; DEMO, 1988, 2009; OAKLEY, 1991). Apesar de tal pressuposto ter sido

abandonado por considerável parte da literatura atual de participação e representação, considera-se oportuna tal apresentação, uma vez que os trabalhos que versam sobre participação nesse período refletem o contexto social e político brasileiro, de resistência e luta contra o regime ditatorial e de redemocratização, em que a sociedade civil organizada desempenhou importante papel.

Datar tal conceito para uma primeira discussão facilita a aproximação conceitual, assim como perceber que as organizações da sociedade civil não podem ser consideradas uma ‘panaceia’ (cura para todos os males) que ‘resolverá’ os problemas de exclusão e pobreza, política ou material, engendradas em um longo histórico de relações entre capital e o trabalho. De toda forma essa contextualização é importante para a compreensão do conceito atualmente.

### **2.1.1 O conceito de participação nos estudos da década de 80**

Encontra respaldo nas ciências sociais a visão do ser humano como homem social, que além de viver em grupo, tem a necessidade de participar de outras vidas humanas, seja por questões econômicas, sociais ou políticas (TAVARES, 2014). Bordenave (1986, p. 11) ressalta que a participação é uma necessidade humana universal: “as pessoas participam em sua família, em sua comunidade, no trabalho, na luta política” e várias instâncias são criadas para fomentar a participação do cidadão, como movimentos ecológicos, associações de moradores e comunidades eclesiais de base. Para o referido autor, a participação emerge diante da marginalização do povo nas decisões sobre assuntos que o interessam, mas que no fim das contas são decididos por poucos.

De forma semelhante, Oakley (1999), ao discorrer sobre a trajetória do pensamento e intervenção desenvolvimentista e ao apontar a década de 70 como



importante ponto de inflexão, mostra que nos países ‘menos desenvolvidos’ foram buscadas e experimentadas, continuamente, soluções alternativas à pobreza. Esse ‘desencantamento’ com o desenvolvimento, pautado no capital e não nas pessoas (*capital centred development e people centred development*), levou a emergência da participação como importante propulsora do pensamento em desenvolvimento.

A participação distancia-se da visão de participação apenas como um insumo do desenvolvimento, em uma perspectiva de inclusão de recursos humanos e aproxima-se do conceito de participação como processo contínuo, um fim em si mesmo e de participação como conquista, conforme visto em Demo (1988), fortemente relacionada à busca de influência e acesso a recursos por grupos excluídos/pobres. A pobreza, tanto na concepção de Demo (1988) quanto na Oakley (1999), não advém apenas da materialidade. Significa uma construção (ou tragédia) social e histórica, em que vários grupos produzem riqueza, mas não se apropriam dos resultados desta produção e são usurpados de alguns mecanismos de controle sobre as forças que podem moldar suas vidas.

A pobreza política, segundo Demo (1996), é relacionada a não conquista de espaço de autodeterminação, evidenciada em seu traço mais profundo na falta de organização da sociedade civil. Assim, “não ser”, a pobreza política e o “não ter”, a pobreza material, são fenômenos não excludentes.

Bordenave (1986) indica que participar pode ser ‘fazer parte’, ‘tomar parte’ ou ‘ter parte’ e que ‘tomar parte’ representa um nível mais intenso de participação que ‘fazer parte’, diferenciando ‘participação ativa’ e ‘participação passiva’ ou ainda de engajamento ou inércia dos cidadãos. Ainda assim, há aqueles que além de tomar parte, também, ‘são parte’ e dedicam responsabilidade e lealdade ao espaço/entidade em que participam.

Diante da importância de uma participação ativa, Demo (1996, p. 19) ressalta que “a dignidade dos desiguais não pode ser feita pelos discriminadores”

de forma semelhante, Oliveira (1995, p. 32) ressalta que o “exercício efetivo da participação ocorre em graus distintos, a depender do acesso e controle diferenciado que cada grupo social possui dos meios econômicos e políticos”. Participação anunciada e concedida pelo Estado, apesar de parecer uma proposta avançada, pode, na verdade, desmobilizar, uma vez que compensa problemas com a distribuição de assistências, mas não os resolve, considerando conquista popular o que não passa de assistencialismo, tal discriminação pode ser relacionada às desigualdades existentes na trama social e à apatia política (KERSTENETZKY, 2003).

Demo (2009), ao considerar participação como meio e fim, por ser instrumento de autopromoção e a autopromoção em si, traz como objetivos da participação a autopromoção, a realização da cidadania, a implementação de regras democráticas de jogo, o controle do poder, o controle da burocracia, a negociação e a cultura democrática<sup>1</sup>.

Conforme apresentado anteriormente, estes estudos trazem alta carga normativa e colocam sociedade e Estado como blocos homogêneos e diametralmente opostos (CORTES; SILVA, 2010; GURZA-LAVALLE, 1999, 2003). O conceito de participação, neste período (e como em todos os outros), reflete o contexto político e social e trouxe contribuições para o entendimento da participação e da própria sociedade civil, conforme relatado por Cortes e Silva (2012, p. 432-433):

[...] esta guinada interpretativa, profundamente vinculada ao contexto autoritário do período, propiciou uma perspectiva de análise que ampliou de forma significativa a compreensão dos processos políticos. Como destaca Telles (1988, p.281), foi através da imagem de externalidade e positividade da sociedade frente ao Estado, “[...] que pudemos pensar a política como algo que não se reduz a um único espaço, prefixado e determinado como lugar do

---

<sup>1</sup> Ver Demo (2009), páginas 66 a 79.

Estado e das relações institucionalizadas de poder”. Ou seja, ao situar no polo estatal uma negatividade intrínseca, o pensamento dicotômico e maniqueísta possibilitou identificar e reavaliar um amplo campo de atores e ações políticas não institucionais dispersas no tecido social e que, anteriormente, eram desconsideradas.

Ainda assim, cabe destacar as limitações impostas por essa abordagem:

No Brasil, o debate sobre participação, especificamente no período de transição – entre fins da década de setenta e final dos anos oitenta do século XX –, apresentava-se fortemente marcado pelo contexto político-ideológico da época. Frente à experiência da ditadura militar, o Estado e, mais do que isto, o campo político institucional passa a ser apresentado como o espaço do autoritarismo, sendo os seus agentes identificados como responsáveis pela opressão e repressão aos interesses sociais excluídos do bloco no poder. Por outro lado, a sociedade civil torna-se o campo da resistência ao poder autoritário, com uma homogeneização discursiva dos seus agentes, então percebidos como democráticos, autônomos e portadores da dinâmica da transformação social e política do país (MOURA, 2009, p. 34).

Segundo Coutinho (2006), o resultado desse processo foi uma leitura problemática do conceito de sociedade civil: o par conceitual sociedade civil/Estado que, em Gramsci, forma uma unidade, foi interpretado como polos de oposição, como uma cisão. Coutinho (2006) afirma que essa relação assumiu os traços de uma dicotomia marcada por uma ênfase maniqueísta [...] tudo o que provinha da “sociedade civil” era visto de modo positivo, enquanto tudo o que dizia respeito ao Estado aparecia marcado por um sinal fortemente negativo; afinal, a sociedade civil era identificada em bloco com a oposição, enquanto o Estado era a expressão da ditadura já então moribunda (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 130).

Estudos posteriores sobre participação, principalmente aqueles realizados após a redemocratização em 1988, trazem perspectivas diferenciadas sobre a participação. No próximo tópico são apresentados estudos mais recentes

no contexto social e político brasileiro, na busca de compreensão das experiências participativas no Brasil.

### **2.1.2 Participação no contexto da redemocratização, projeto neoliberal e participação institucionalizada**

Nas três últimas décadas, o contexto político e social brasileiro alterou-se profundamente. Inicialmente pela redemocratização do Estado brasileiro e promulgação da Constituição Federal de 1988, em seguida, pela eleição de Fernando Collor de Melo em 1989 e, posteriormente, pela eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002. Neste tópico, não se almeja discutir profundamente o contexto político brasileiro, mas indicar os principais acontecimentos que trouxeram modificações em práticas participativas e refletiram na literatura sobre o tema.

A redemocratização do Estado brasileiro pode ser considerada um ponto de inflexão nos estudos de participação. A partir da Constituição de 88, instituiu-se uma arquitetura participativa diferenciada, que favoreceu uma construção democrática com atores diversos e múltiplos espaços (DAGNINO, 2004a). Vista como marco institucional fundante, a chamada constituição cidadã trouxe reflexos dos movimentos sociais, que, por diferentes reivindicações, contribuíram para o aprofundamento e radicalização da democracia. A descentralização do Estado brasileiro é ressaltada por Almeida (1995 apud MONTEIRO; MOURA; LACERDA, 2015, p. 175):

A Constituição de 88 definiu um novo arranjo federativo, com significativa transferência de capacidade decisória, funções e recursos do governo nacional para os estados e, especialmente, para os municípios.

O marco institucional trouxe novos direitos e assegurou a participação da sociedade, o que é claramente visto em seu artigo 1º:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

**Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição** (BRASIL, 1988, p. 11, grifo nosso).

Evidencia-se, então, no parágrafo único do referido artigo, a possibilidade de uma participação popular, que coexiste ao modelo de democracia representativa, incapaz de radicalizar a democracia e trazer avanços para as grandes desigualdades, de diferentes tipos, trazidas através dos séculos na história brasileira (DAGNINO, 2004a).

De forma semelhante, Vaz, Musse e Santos (2008, p. 11), destacam:

A Constituição Federal de 1988 é um marco na construção da cidadania em nosso país. Um verdadeiro avanço frente às Cartas anteriores. Representa, ao mesmo tempo, um resgate da democracia e dos direitos políticos e uma transformação substantiva na perspectiva de acesso a direitos sociais. Numa concepção mais estruturada e integralizada de cidadania, a Lei Maior estabeleceu direitos individuais, coletivos, sociais, políticos, e deu nova roupagem ao Estado brasileiro para cumprir funções variadas com o objetivo de assegurar direitos, prestar serviços públicos universais, garantir o desenvolvimento nacional, combater desigualdades regionais e sociais.

Rocha (2008, p. 131), também, destaca a importância da carta magna de 1988:

A intensificação da participação social, entendida aqui como a participação da sociedade em espaços públicos de interlocução com o Estado, reflete a configuração de um tecido social que foi se tornando mais denso e diversificado desde meados dos anos 70, período de surgimento dos novos movimentos sociais. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, coroou esse processo atribuindo relevância à participação da sociedade na vida do Estado, ao instituir vários dispositivos nas esferas públicas de âmbitos federal e local.

O plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de lei são formas de exercer-se a soberania popular, conforme visto no artigo 14º: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular” (BRASIL, 1988, p. 21).

No plebiscito ocorre convocação da população para dar sua opinião sobre determinado tema, a qual será a base para a criação de lei sobre este tema. São exemplos de plebiscitos a escolha de sistema de governo, presidencialista ou parlamentarista, em 1963; a escolha entre regime republicano ou monarquia parlamentar em 1993, de acordo com o que foi estabelecido na Constituição de 1988; e, em 2011, somente no Pará, para a escolha entre dividir ou não este estado em outros dois, Carajás e Tapajós (PORTAL BRASIL, 2014).

Já no referendo, primeiramente o Congresso elabora e aprova uma lei, para então a população ser convocada para dizer se são favoráveis ou não a esta nova legislação. Em 2005, a população optou por não proibir a comercialização de armas de fogo e munições no território nacional e, em 2010, eleitores do Acre foram favoráveis à adoção de um novo fuso horário para o estado (PORTAL BRASIL, 2014).

A iniciativa popular de lei é um direito garantido aos eleitores brasileiros pela Constituição Brasileira de 1988, por meio da qual é possível apresentar projetos ao Congresso Nacional, sendo necessárias as assinaturas de 1% do eleitorado nacional (aproximadamente 1,3 milhão de assinaturas), em cinco estados distintos. O Portal Brasil (2014, p. 2) traz exemplos de iniciativa popular de lei:

Desde que o instrumento de iniciativa popular foi assegurado pela Constituição, em 1988, quatro projetos elaborados pela sociedade foram convertidos em lei. O mais recente foi a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010), resultado de uma ampla mobilização da sociedade civil, e que impede que políticos condenados judicialmente possam concorrer nas eleições. Além disso, a lei tornou inelegíveis candidatos que tenham renunciado a seus mandatos para fugir de cassações.

Além disso, segundo Dagnino (2004a), a Constituição de 88 propiciou a criação de espaços públicos de participação paritária, como os conselhos gestores de políticas públicas e de novos arranjos participativos, como as conferências, audiências públicas e Orçamentos Participativos – OP's, com base geográfica e temática (HOROCHOVSKI; CLEMENTE, 2012; LÜCHMANN, 2008), dos quais se destaca o OP de Porto Alegre, iniciado em 1989.

Quanto às audiências públicas, o Instituto Pólis (2005, p. 1) traz a definição, bem como a forma como são realizadas:

A Audiência Pública é um instrumento de participação popular, garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulado por Leis Federais, constituições estaduais e leis orgânicas municipais. É um espaço onde os poderes Executivo e Legislativo ou o Ministério Público podem expor um tema e debater com a população sobre a formulação de uma política pública, a elaboração de um projeto de Lei ou a realização de empreendimentos que podem gerar impactos à cidade, à vida das pessoas e ao

meio ambiente. São discutidos também, em alguns casos, os resultados de uma política pública, de leis, de empreendimentos ou serviços já implementados ou em vigor. Geralmente, a Audiência é uma reunião com duração de um período (manhã, tarde ou noite), coordenada pelo órgão competente ou em conjunto com entidades da sociedade civil que a demandaram. Nela, apresenta-se um tema e a palavra então é dada aos cidadãos presentes para que se manifestem.

As conferências, por sua vez, são espaços de participação social, organizadas por conselhos setoriais, seja no nível municipal, estadual ou federal, organizadas pelos conselhos. Por sua vez, os conselhos gestores de políticas públicas são espaços públicos de participação paritária, mesmo sendo diretamente ligados ao poder público, são instituições híbridas, formadas por representantes da sociedade civil e do Estado (TATAGIBA, 2002).

Segundo Tatagiba (2002, p. 47), os conselhos trazem possibilidades relevantes, uma vez que a sociedade civil, por meio do controle e da fiscalização propiciados pela criação dos conselhos, poderia “imprimir uma lógica mais democrática na definição da prioridade na alocação dos recursos políticos”. A presença de representantes do Estado e da sociedade civil são, para Almeida e Tatagiba (2012, p. 77), o grande diferencial dos conselhos:

Podemos dizer então que no caráter híbrido dos conselhos gestores repousa tanto o seu potencial para democratizar as decisões políticas quanto os riscos de que essas decisões atendam meramente interesses específicos. Os conselhos foram criados para favorecer a entrada e a publicização de tais interesses nos processos decisórios, para promover a influência dos mais variados interesses nas instâncias que deliberam sobre assuntos coletivos.

Desse modo, os conselhos de políticas públicas são:



[...] colegiados cuja finalidade é promover o diálogo entre sociedade civil e poder público para a formulação, gestão ou controle de políticas públicas. Foi uma das formas de democratização que ganhou força no Brasil após a Constituição de 1988, juntamente com as conferências, audiências e consultas públicas, ouvidorias, entre outras (ALENCAR et al., 2013, p. 113).

Horochovski e Clemente (2012), também apresentam as Audiências Públicas - APs e os Orçamentos Participativos - OPs (o primeiro deles em Porto Alegre, tido como referência), como iniciativas propiciadas pela Constituição de 88, reforçadas por legislações específicas, como o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001 (BRASIL, 2001), que tem por finalidade ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e apresenta como instrumentos, a gestão orçamentária participativa, plano plurianual entre outros.

Percebe-se, portanto, que os estudos sobre participação, ao longo das últimas décadas, trouxeram, cada um a seu tempo, contribuições para o entendimento da participação e da relação sociedade civil-Estado, configurados de acordo com o contexto político-social de cada década. É notável, conforme destacado por Gohn (2014), além das possibilidades de participação institucionalizada (conselhos, OPs, APs, conferências, entre outros), os dispositivos legais que regulam e disciplinam organizações da sociedade civil:

O novo século apresentou-nos mudanças nas políticas sociais, desconcentração de várias atividades estatais na área social, aplicação das novas legislações no âmbito federal com a criação de organizações sociais (OSs), organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) e programas em parceria público-privado (PPP), entre outras alterações de ordem institucional (GOHN, 2014, p.80).

Dessa forma, é importante analisar as interfaces sociedade-Estado, tendo em vista que, de acordo com Scherer-Warren (2012), a existência ou não existência de um Estado democrático de direito traz possibilidades, maiores ou

menores, de geração e manutenção de direitos sociais. A seguir são discutidas as organizações da sociedade civil e os instrumentos utilizados para analisá-las.

## **2.2 Organizações da sociedade civil e instrumentos teóricos para seu estudo**

Segundo Ramos (2005, p. 75), o conceito de sociedade civil carrega “uma diversidade de significados”. Na tradição de estudos de ciência política, tal conceito passou por caminhos tortuosos, que remontam ao início da modernidade, variando, de acordo com o contexto histórico e social, bem como posições teóricas e formas de governo estabelecidas, algo semelhante ao ocorrido com o conceito de participação. O autor, também, denota a complexidade crescente do entendimento sobre sociedade civil, relacionada aos processos de globalização. De forma semelhante, Maia (2010) retrata a dificuldade de demarcar o território da sociedade civil, em razão da própria herança de autores clássicos que o conceito carrega. Para a autora, é possível traçar uma definição em uma perspectiva contemporânea:

[...] refere-se ao conjunto de associações, grupos formais e informais e redes na sociedade, que existem fora da família (e das relações íntimas) e do Estado (e de instituições a ele ligadas, como o exército, os partidos políticos, os parlamentos e as instituições administrativas burocráticas). Sob essa perspectiva, a sociedade civil abrange o domínio das associações voluntárias, os movimentos sociais e outras formas de comunicação pública, como os *media* (MAIA, 2010, p. 149).

Vários filósofos políticos trataram do conceito de sociedade civil, entre eles Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx, Gramscie, mais recentemente, Cohen e Arato (GURZA-LAVALLE, 1999). Neste estudo, serão focados os conceitos e autores que auxiliam na

compreensão do associativismo como prática que pode trazer avanços democráticos.

Bobbio (1987, p. 30) destaca em Hegel o reconhecimento do papel normativo das organizações sociais, associações, corporações e comunidades, de mediação no relacionamento político entre indivíduo e Estado, de forma que “a sociedade civil constitui o momento intermediário entre a família e o Estado” e é uma alternativa à alienação política e ética forçada pela sociedade moderna. Assim, existe uma centralidade de indivíduos reflexivos e conscientes na construção da sociedade civil. Hegel se diferencia dos jusnaturalistas por não considerar sociedade civil como sinônimo de Estado, em uma antítese natureza/civilização e, sim, como um espaço concreto em que indivíduos interagem em uma sociedade pré-política.

Na tradição hegeliano-marxista, os termos da antítese são sociedade civil e sociedade política. Para Marx, a sociedade civil é vista como o centro verdadeiro e palco de toda história e das relações reais. É na obra desse autor que é fixada a antítese sociedade-Estado. Conforme apresentado mais tarde por Engels (1969 apud BOBBIO, 1987, p. 30-31): “o Estado, a ordem política, é o elemento subordinado, enquanto a sociedade civil, o reino das relações econômicas, é o elemento decisivo”.

De acordo com Ramos (2005), a concepção marxista coloca a sociedade civil como arena de luta de classes e é associada à esfera de produção e ao reino das relações individuais, desvinculado tanto da família quanto do Estado. Assim, o Estado é visto como reflexo da sociedade civil e não a superação desta, que coincide com o momento estrutural.

Outro teórico central na discussão do conceito de sociedade civil é Gramsci. Segundo Bobbio (1987), ele introduz grande inovação na tradição marxista por considerar que a sociedade civil pertence ao momento da superestrutura e não da estrutura e pode ser conceituada como conjunto de

organismos privados, responsáveis pela difusão de ideologias, como sistemas escolares, igrejas, sindicatos, partidos políticos e associações.

Por esse motivo, tal conjunto é esfera importante do Estado ampliado. Sociedade civil é diferenciada de sociedade política apenas para fins metodológicos, na realidade concreta, as duas se confundem. A segunda representa os meios pelos quais a hegemonia da classe dominante é mantida, como o monopólio da repressão e violência. Nas palavras do autor:

Podem ser fixados, por enquanto, dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de 'Sociedade Civil' ou seja, o conjunto de organismos habitualmente ditos privados, e o da sociedade política ou Estado. E eles correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade; e à do domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico (GRAMSCI, 1949 apud BOBBIO, 1987, p. 32-33).

Ramos (2005) evidencia a importância das contribuições teóricas de Gramsci que residem, também, na distinção no interior do Estado, ainda, no Estado dos momentos de força e consenso, unidos dialeticamente na superestrutura, na manutenção de uma liderança ideológica do Estado sobre a sociedade civil. A distinção entre sociedade política e sociedade civil evidencia a complexidade e articulação e possível independência da base econômica, das organizações civis.

Outro filósofo com vultosa contribuição para o conceito, embora não o utilize diretamente, é Alexis de Tocqueville. Em sua obra, *Democracia na América*, o autor trata da importância do associativismo e da auto-organização na consolidação da democracia nos Estados Unidos da América, o que influenciou fortemente o pensamento contemporâneo. Segundo o autor, a América é o país em que o associativismo mais floresceu, para uma diversidade incrível de objetivos, relacionando tal tendência associativa à cultura:

O habitante dos Estados Unidos aprende desde o nascimento que deve contar consigo mesmo para lutar contra os males e os embaraços da vida; [...]. O mesmo espírito se encontra em todos os atos da vida social. Um problema qualquer ocorre na via pública, a passagem é interrompida, o tráfego detido; os vizinhos logo se estabelecem em corpo deliberador; dessa assembleia improvisada sairá um poder executivo que remediará o mal, antes que a ideia de uma autoridade preexistente a dos interessados se apresente a imaginação de alguém. Se se trata de um prazer, logo se associarão para dar maior esplendor e regularidade à festa. Unem-se enfim para resistir a inimigos totalmente intelectuais: combatem em comum a intemperança. Nos Estados Unidos, as pessoas se associam com fins de segurança pública, comércio e indústria, moral e religião. Não ha nada que a vontade humana desespere alcançar pela livre ação da força coletiva dos indivíduos (TOCQUEVILLE, 2005, p. 219-220).

Para Tocqueville (2005), as associações civis eram condição para a existência de liberdade e igualdade. Cabe ressaltar que os Estados Unidos, desde a visita do autor na década de 1830, tornaram-se referência para os estudos de sociedade civil e democracia.

Ramos (2005) relaciona os estudos que tratam de capital social, engajamento cívico e em que uma esfera associacional ativa traz força e estabilidade para as democracias a uma vertente neotocquevilliana. Dessa forma, a sociedade civil é constituída de organizações de livre associação, em que o cidadão participa por causa de interesses particulares, cria vínculos e estimula a ajuda mútua.

Putnam (1995) traz que diversos cientistas sociais de tendência neotocquevilliana atribuem, por meio de evidências empíricas, que a qualidade da vida pública e o desempenho das instituições sociais são fortemente influenciadas por normas e redes de engajamento cívico, não só nos Estados Unidos, mas também no Leste Asiático e na América Latina. Porém, evidências indicavam o desgaste do *capital social* estadunidense, refletido no declínio na

participação nas eleições nacionais, bem como no número de afiliações, sejam elas sindicais, religiosas, voluntárias ou cívicas. Dessa forma, os norte-americanos estão cada vez mais *jogando boliche sozinhos* (*bowlingalone*, título do famoso artigo), uma alegoria à falência da cultura associativa cívica norte-americana (GURZA-LAVALLE, 1999).

A importância dada ao associativismo e, em última instância, ao sujeito que dele faz parte e constrói a história, trouxe contribuições notáveis para o entendimento das organizações da sociedade civil. Todavia, ressalvas devem ser feitas a essa vertente: muitas das características dadas a essas organizações espontâneas foram, também, utilizadas em um modelo neoliberal, que traz o conceito de Terceiro Setor, fortemente utilizado no Brasil para retratar as mudanças e esgotamentos dos movimentos sociais e expansão de organizações não governamentais. Esse conceito surgiu justamente nos Estados Unidos, em 1978, onde associativismo e voluntariado relacionam-se à cultura e civismo, pautados num individualismo liberal<sup>2</sup>. Assim, essa participação espontânea não afeta processos de emancipação nem tenciona o poder constituído e, sim, favorecem a defesa de interesses específicos de pequenos grupos, afetando a mobilização social e despolitização de organizações civis.

Moura e Silva (2008) esclarecem que o debate internacional sobre sociedade civil, na década de 90, muito se relaciona a fortalecimento da sociedade civil e a consequente emancipação, influenciada por Jean Cohen e Andrew Arato, autores que se basearam na separação entre mundo do sistema e o mundo da vida de Jürgen Habermas. Dessa forma a sociedade é vista como

---

<sup>2</sup> Rockfeller traz que: “Nós, americanos, sempre nos orgulhamos da vitalidade de nosso país. No entanto, frequentemente deixamos de reconhecer uma das principais razões da nossa vitalidade: o fato de que desenvolvemos, no decorrer dos mais de dois séculos de nossa existência, um notável sistema de três setores. Dois setores são instantaneamente reconhecíveis para todos: o mercado e o governo. Mas o terceiro é tão negligenciado e tão pouco compreendido, que fico tentado a chamá-lo de ‘setor invisível’. O terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos (MONTAÑO, 2003, p. 53).

organização que está fora do âmbito do Estado e do mercado (mundo do sistema).

Já no Brasil, Dagnino (2004a, 2004b) trata da confluência perversa entre o projeto político democratizante e participativo, iniciado com a Constituição de 1988 e o projeto neoliberal. Daí tem-se que novas possibilidades de participação institucionalizada surgiram, bem como o restabelecimento da democracia formal, das eleições livres e dos partidos políticos. O antagonismo existente entre sociedade civil e Estado (também presente na discussão sobre participação) abre espaço para ações conjuntas e aprofundamento democrático.

Dessa forma, a emergência de um Terceiro Setor, conforme disposto em ampla literatura, vai de encontro aos processos de globalização econômica e avanços teóricos e políticos da teoria neoliberal, primando pelo fortalecimento de instituições civis e retirada progressiva do Estado dos espaços públicos (BARBOSA, 2006). É o que mesmo que Carrion (2000) denota ao buscar um conceito de terceiro setor:

A antropóloga Ruth Cardoso, presidente do Conselho da Comunidade Solidária, chama a atenção para o objetivo do terceiro setor, que define como sendo a *reinstitutionalização do público*, compreendida como sinônimo de processo de organização da sociedade civil em defesa de seus próprios direitos. Ela enfatiza, entretanto, a importância da participação do estado na viabilização desse processo (CARRION, 2000, p. 238).

Desse modo, com a eleição de Collor em 1989 (DAGNINO, 2004a) e emergência de um Estado mínimo, o qual se isenta de responsabilidades e as repassa para a sociedade civil (como exemplo as ONGs, estudadas a fundo durante a década de 90). A *confluência perversa* reside no fato de que ambos os projetos, democrático participativo e neoliberal, exigem uma sociedade civil ativa e participante, assim, o antagonismo dos projetos supracitados dá lugar a

referências comuns, como participação, cidadania, democracia e, por fim, sociedade civil. Essas considerações devem ser somadas àquelas apresentadas na discussão sobre a legislação que rege as fundações e associações sem fins lucrativos.

Gurza-Lavalle (1999), em sua crítica à nova sociedade civil, apresenta a contradição entre o *'bowlingalone'* de Putnam e a ressurreição da sociedade civil na década de 90, com claras consequências democratizadoras. Também, diz que autores na época desconsideraram a longa tradição conceitual da sociedade civil (cujos alguns autores centrais foram brevemente apresentados anteriormente). Percebe-se, então, o abandono da premissa do vínculo constitutivo entre sociedade e Estado, restabelecendo apenas uma relação externa dicotomizada, em que a primeira representa o polo positivo, protagonista de um constante conflito com o segundo, o polo negativo e antagonista.

Como possibilidade de saída de caracterizações unificadoras e homogeneizadoras da sociedade civil, estudos mais recentes (GURZA-LAVALLE, 2003; GURZA-LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2006, 2007; MAIA, 2010) utilizam-se da sociologia relacional, dando atenção às relações existentes em uma sociedade civil e Estado heterogêneos, repletos de interesses diversos, pluralidade e particularidades. Trazem, também, contribuições da análise de redes sociais, assumindo a premissa de que os laços sociais (entre indivíduos e atores coletivos) são elementos estruturantes da vida social, gerando possibilidades e restrições para a ação. Conforme apresentado por Baiocchi, Heller e Silva (2008, p. 913, tradução nossa):

Uma abordagem relacional requer detalhar relações, por vezes contraditórias, entre Estado e associações voluntárias e o modo como essas relações fluidas refletem tanto o poder



societal quanto molda o funcionamento do Estado e da sociedade civil<sup>3</sup>.

Conforme apresentado por Marques (2007), a sociologia relacional surge de um programa de pesquisas da década de 70, que foca na análise de padrões de relações de indivíduos e entidades, inserido em determinados contextos sociais. Assim, a construção de redes, em que atores mantêm vínculos diversos, é uma tentativa de construir um nível analítico entre estrutura e ação social.

De modo semelhante, Cortes e Silva (2010), ao tratarem de teorias nas quais é ressaltada a interdependência entre sociedade e Estado, trazem a discussão acerca da perspectiva estratégico-relacional, de Bob Jessop, o qual argumenta que:

[...] os poderes e as capacidades estatais não podem ser compreendidos focalizando o Estado isoladamente. A análise deve considerar também o contexto estratégico relacional. Para ele [Bob Jessop], em função de sua seletividade estrutural e de suas capacidades estratégicas específicas, o poder estatal é sempre condicional e relacional. A realização desse poder depende dos laços estruturais entre o Estado e o sistema político que o engloba, das ligações estratégicas entre administradores estatais e outras forças políticas e do emaranhado complexo de interdependências e redes sociais que ligam o Estado e o sistema político ao ambiente societal mais amplo (CORTES; SILVA, 2010, p. 433).

Dias (2009) retrata que Bob Jessop aproximou-se da linha marxista por meio de dois autores: Antonio Gramsci e Louis Althusser. Essa influência dupla foi sintetizada em um único autor, o teórico grego Nicos Poulantzas, que utilizou

---

<sup>3</sup> No original: “A relational approach calls for carefully unpacking the sometimes contradictory relationships between the state and voluntary associations and the way in which these shifting relationships both reflect societal power and shape the functioning of the state and civil society”.

de uma noção de poder relacional, para compreender como as classes sociais se organizavam em Estados burgueses, a fim de conseguir hegemonia:

Poulantzas argumenta que o Estado é uma relação social, exatamente da mesma forma que o capital é uma relação social. Esta abordagem exclui qualquer tratamento do estado, quer como um instrumento simples ou como um sujeito. Em suas versões cruas de instrumentalismo, considera o Estado como uma ferramenta neutra que é igualmente acessível a todas as forças (de classe) e igualmente aplicável a todos os fins<sup>4</sup> (JESSOP, 1985, tradução nossa).

Jessop (1985) utiliza de modo semelhante a construção teórica de Estado Relacional de Poulantzas, a diferencial central é epistemológica, uma vez que, além de trazer preocupações com a relação abstrato/concreto, Jessop também se preocupa com a articulação simples/complexo, a fim de se descobrir causalidades históricas para se apreender uma realidade em que existem múltiplas determinações.

Jessop (1982) destaca que uma das grandes dificuldades da análise social é distinguir entre estrutura e prática, estrutura e conjuntura ou ainda estrutura e processo. O autor coloca que uma forma de solução para esse problema é o reconhecimento que a estrutura deve ser definida em termos relacionais, para assim distinguir entre momentos estruturais e momentos conjunturais.

O momento estrutural, de acordo com Jessop (1982), pode ser definido como aquele em que elementos que compõem a formação social não podem ser alterados por um dado agente. Já, o momento conjuntural representa elementos

---

<sup>4</sup> No original: “Poulantzas argues that the state is a social relation in exactly the same way as capital is a social relation. This approach excludes any treatment of the state either as a simple instrument or as a subject. In its crude versions instrumentalism considers the state as a neutral tool that is equally accessible to all (class) forces and equally applicable to all purposes”.

que podem ser mudados por um agente (ou um grupo de agentes). O que traz implicações importantes para a análise social: elementos podem funcionar como ‘constrangimentos estruturais’ para certos atores, enquanto pode aparecer como ‘elemento conjuntural’ para outros atores, passível de transformação, que pode se tornar uma ‘oportunidade conjuntural’.

Essa abordagem ressalta a importância de vínculos e alianças estratégicas e táticas, na luta para transformar determinadas situações ou conjunturas e define limitações para o uso do conceito ‘poder’, que não pode ser dado *a priori* e, sim, visto como uma complexa relação social que reflete as mudanças no equilíbrio de forças em determinada situação. Jessop (1982, p. 253, tradução nossa) então conceitua poder como “produção de efeitos dentro de limites fixados por ‘constrangimentos estruturais’ enfrentados por diferentes agentes”. O autor ainda considera que:

Ainda que o exercício do poder não seja resultado incondicional de um choque mecânico de vontades, ele tem condições sócias e materiais de existência definitivos e é circunscrito por meio de suas ligações com outras determinações da formação social. É por isso que a política pode ser justamente descrita como ‘a arte do possível’. A análise desses limites e restrições é, portanto, logicamente anterior ao estudo da ação dos agentes envolvidos em uma relação de poder<sup>5</sup> (JESSOP, 1982, p. 255, tradução nossa).

Tal reflexão traz à tona o conceito de interesse. Em uma perspectiva relacional, ele é mais voltado para o alcance de vantagem comparativa em determinada conjuntura do que para um interesse absoluto e isolado das

---

<sup>5</sup> No original: “Yet the exercise of power is not the unconditional outcome of a mechanical clash of wills but has definite social and material conditions of existence and is circumscribed through its links with other determinations in a social formation. This is why politics can be justly described as ‘the art of the possible’. The analysis of these limits and constraints is therefore logically prior to the study of the actions of the agents involved in a power relation”.

situações. Assim, situações, ações e eventos podem ser ditos de interesse de um agente se eles fazem com que tragam benefícios para a realização de suas condições de existência, dadas as restrições estruturais do contexto.

Outra abordagem utilizada em estudos brasileiros recentes (ABERS; BÜLOW, 2011; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; CORTES; SILVA, 2010) é a Estrutura de Oportunidades Políticas – EOP, que, conforme apresentado por Cortes e Silva (2010), preza pela forma como os atores relacionam-se entre si e com o Estado, em um ‘contexto estratégico relacional’. Ainda afirmam que:

O conceito foi introduzido nas Ciências Sociais, no início dos anos 70, exatamente para abordar as relações entre os processos de organização e mobilização política de atores sociais – em particular, dos movimentos sociais – e o sistema político-administrativo. A noção de EOP confrontava uma longa e consolidada tradição, durante muito tempo hegemônica nas Ciências Sociais, nos EUA, que diferenciava e contrapunha teórica e normativamente os processos políticos institucionais e não institucionais: enquanto os primeiros seriam marcados pela racionalidade, obediência às normas e democracia, os segundos caracterizar-se-iam pela irracionalidade, pela anomia e pelo autoritarismo (sendo a violência uma tendência intrínseca de tais processos). Tal diferenciação levou a uma separação entre as análises voltadas aos atores e às instituições políticas – campo reservado à Ciência Política – e às análises voltadas aos processos políticos não institucionalizados – campo reservado à Sociologia do desvio, das condutas coletivas e das explosões de massa (CÔRTEZ; SILVA, 2010, p. 434).

Autores como McAdam, Charles Tilly e Sidney Tarrow, indo contra essa separação, argumentam que processos institucionais e não institucionais estão intimamente ligados e só podem ser entendidos, por meio de uma nova perspectiva de análise, o Modelo do Processo Político (CORTES; SILVA, 2010). Segundo os autores, neste modelo a configuração político-institucional

molda uma estrutura de oportunidades políticas para a ação dos atores sociais, seja por meio de constrangimentos ou criação de incentivos, daí decorre a definição de regime e como ele afeta os atores sociais:

Qualquer regime, de acordo com análises de EOP [Estrutura de Oportunidades Políticas], cria um ambiente específico de oportunidades e ameaças políticas ao qualos demandantes necessariamente respondem. Alterações nesse ambiente, prossegue o argumento, produzem mudanças na contenção. Podemos incluir em análises de EOP (a) a multiplicidade de centros de poder independentes dentro do regime, (b) a abertura do regime a novos atores, (c) a instabilidade dos alinhamentos políticos atuais, (d) a disponibilidade de aliados ou apoiadores influentes, (e) à medida que o regime reprime ou facilita a construção coletiva de reivindicações, e (f) mudanças decisivas nos itens de *a* a *e*<sup>6</sup> (TILLY, 2006, p.43-44, tradução nossa).

Os atores, por sua vez, interpretam as oportunidades e constrangimentos estipulados pelo regime e de acordo com os recursos políticos que possuem para intervir no regime, ocorre dessa forma a construção de padrões de organização social, denominados repertórios:

Repertórios variam de lugar para lugar, tempo e par a par. Mas, no geral, quando as pessoas fazem reivindicações coletivas eles inovam dentro dos limites estabelecidos pelo repertório já estabelecido para o seu lugar, tempo e par. Assim ativistas de movimentos sociais nas cidades europeias de hoje adotam uma mistura de reuniões públicas, declarações à imprensa, manifestações e petições, mas ficar

---

<sup>6</sup> No original: “any regime, according to POS [Political Opportunity Structure] analyses, creates a specific environment of political opportunities and threats to which makers of claims necessarily respond. Changes in that environment, so the argument goes, produce changes in contention. We can usefully include in POS (a) the multiplicity of independent centers of power within the regime, (b) the openness of the regime to new actors, (c) the instability of current political alignments, (d) the availability of influential allies or supporters, (e) the extent to which the regime represses or facilitates collective claim-making, and (f) decisive changes in a to e” (TILLY, 2006, p.43-44).

longe atentados com bombas, sequestros, e autoimolação. O seu repertório baseia-se em uma longa história de lutas anteriores<sup>7</sup> (TILLY, 2006, p. 35).

Assim, de acordo com Tarrow (1997), a ação coletiva surge em resposta a mudanças na estrutura de oportunidades e restrições políticas, valendo-se de repertórios de ação já conhecidos, os participantes dessas ações respondem a uma variedade de incentivos: “materiais, ideológicos, partidaristas, grupais, prolongados ou esporádicos” (TARROW, 1997, p. 33).

Charles Tilly e Sidney Tarrow trabalham, principalmente, com o conceito de repertórios de contenção, envoltos em contextos de conflito entre sociedade civil e Estado. Abers, Serafim e Tatagiba (2014) basearam-se nos repertórios de contenção para desenvolver o conceito de repertório de interação.

A diferença fundamental reside em que, na concepção das autoras, é possível que o Estado inicie tais repertórios, conforme apresentado, o conceito de repertório, “originalmente concebido para o estudo dos movimentos sociais, sob a chave das dinâmicas contenciosas, para relações que envolvem, também, dinâmicas colaborativas entre atores no Estado e na sociedade” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 327).

As autoras trazem quatro repertórios de interação que os movimentos sociais brasileiros utilizam em suas negociações com o Estado e em suas ações que podem partir ‘de dentro’ do Estado: (i) protesto e ação direta; (ii) participação institucionalizada; (iii) política de proximidade; e (iv) ocupação de

---

<sup>7</sup> No original: “repertoires vary from place to place, time to time, and pair to pair. But on the whole, when people make collective claims they innovate within limits set by the repertoire already established for their place, time, and pair. Thus social-movement activists in today’s European cities adopt some mixture of public meetings, press statements, demonstrations, and petitions, but stay away from suicide-bombing, hostage-taking, and self-immolation. Their repertoire draws on a long history of previous struggles (TILLY, 2006, p. 35).

cargos na burocracia, os quais podem ser combinados ou transformados de acordo com o regime.

Abers, Serafim e Tatagiba (2014) evidenciam que a interação sociedade-Estado constrói possibilidades e que a escolha por determinado repertório deriva da situação atual/contexto político, bem como de um cálculo estratégico (quem ganha e quem perde) do uso de espaços participativos. Dessa forma, o 'momento' tem grande influência na escolha e combinação de repertórios de interação, desde uma participação mais direta até uma totalmente institucionalizada (e todo um gradiente de opções dentre estas duas possibilidades extremas). Evidencia-se então que, em estudos recentes como esse, o consenso em torno de categorias analíticas principais carece de mais estudos empíricos, com grande poder de explicação, mesmo que a capacidade de generalização seja reduzida.

Dessa forma, tanto a perspectiva estratégica-relacional de Bob Jessop, quanto à estrutura de oportunidades políticas, discutida por Sidney Tarrow e Charles Tilly, podem contribuir para o entendimento da relação entre sociedade civil e Estado, neste estudo, associações de moradores e poder público local.

Conforme apresentado por Cortes e Silva (2010), as perspectivas analíticas que melhores se adequam para captar a complexidade de processos sociais são aquelas que conseguem abarcar duas dimensões: a estrutura política que, em sua configuração, determina constrangimentos e oportunidades, mas também a capacidade reflexiva dos atores, que realizam cálculos estratégicos de acordo com o contexto em que estão inseridos.

No próximo tópico, é aprofundada a discussão acerca das associações de moradores, intenciona-se, também, fazer um breve resgate dos movimentos sociais urbanos e suas vinculações com sociedades de amigos do bairro e comitês democráticos populares.

### **2.3 Associativismo de Bairro e conceitos centrais para seu estudo**

De acordo com Lüchmann (2014), as condições e impactos da vida associativa podem ser analisados, por meio de diferentes óticas e o interesse e pesquisas realizadas partem, muitas vezes, das contribuições de Tocqueville acerca do engajamento civil e do capital social norte-americano (discutido no tópico anterior). Dadas as restrições de tal visão, ainda assim é possível verificar contribuições das associações:

[...] as associações permitiriam ampliar os domínios das práticas democráticas para diversas esferas da vida social, constituindo meios alternativos para dar voz aos desfavorecidos em função das condições desiguais de distribuição de dinheiro e poder (LÜCHMANN, 2014, p. 160).

Dessa forma, é crescente o número de estudos que problematizam a relação entre associações e avanços democráticos, seja por meio de desenvolvimento individual, formação de opinião pública ou ainda a criação de canais institucionais que favorecem a tomada de decisões mais democráticas e representativas dos interesses da sociedade pelo poder público (LÜCHMANN, 2012, 2014). De acordo com Almeida, Lüchmann e Tatagiba (2012, p. 293)

As associações formam a base dos principais conceitos que sustentam perspectivas alternativas ou renovadoras da democracia, seja por desempenharem funções de cooperação com os governos, por ampliarem espaços de representação política e/ou contestarem padrões culturais e institucionais. Os conceitos de capital social, sociedade civil e de movimentos sociais podem ser apontados como referências centrais nestas diferentes concepções teóricas que relacionam o associativismo com os processos de ampliação e de aprofundamento da democracia.



Lüchmann (2014) destaca três conceitos chave para a discussão de associativismo no Brasil – capital social, movimentos sociais e sociedade civil.

Em que se pese a importância de cada um deles, opta-se nesse momento por não problematizar o primeiro conceito, tendo em vista que não se almeja focar em virtudes democráticas, como cooperação e confiança, para tratar das relações entre associações e poder público. É reconhecida, no entanto, a importância histórica do conceito, bem como do autor que é tomado como referência, Alexis de Tocqueville, o qual é apresentado no tópico sobre organizações da sociedade civil.

Partindo para o segundo conceito, de acordo com a literatura vigente, os movimentos sociais urbanos são importante fonte de estudo para o associativismo de bairro (DUARTE; FONTES, 2004, 2013). Os movimentos sociais fundamentam-se a partir da articulação entre diferentes atores, tendo um caráter conflituoso, ou seja, possuem alvos identificados para a realização de seus esforços. As associações são parte dos movimentos sociais, são estruturas mobilizadoras, que, atuando em conjunto com outras organizações, podem alterar a realidade social:

Este conceito [estrutura mobilizadora] parte do pressuposto de que os movimentos sociais dependem das oportunidades políticas e dos significados ou quadros interpretativos (*frames*) dos sujeitos sociais para o desencadeamento da ação coletiva, potencializada de forma significativa pela existência de estruturas de organizações prévias que dão suporte, fornecem modelos e, fundamentalmente, constroem novos significados e bases de argumentos. Este é o caso de ONGs, sindicatos, partidos políticos, igrejas, associações de natureza diversa. O associativismo é um elemento importante na medida em que desloca as atribuições dos problemas e condições do plano pessoal para o coletivo – ou sistêmico –, requisito essencial para o desencadeamento de um movimento social (LÜCHMANN, 2014, p. 165).

Os movimentos sociais urbanos podem, então, trazer contribuições para o entendimento do histórico das associações de bairro. Grande parte dos estudos sobre o tema tem como objeto de estudo a cidade de São Paulo (AMÂNCIO, 2013; DUARTE, 2008; DUARTE; FONTES, 2004, 2013; OTTMAN, 1995).

Jacobi (1980, p. 222) traz relevante conceito sobre movimentos sociais urbanos:

Os movimentos sociais urbanos constituem uma nova questão na análise das relações de classes e, principalmente, no que diz respeito à tradição das classes populares. Trata-se de problemas sociais novos que, expressando contradições próprias das sociedades capitalistas, não se explicam somente pelo ângulo da oposição entre capital e trabalho. Representam antes de tudo efeitos das distorções e das desigualdades decorrentes de uma aplicação desigual dos recursos públicos empregados no desenvolvimento e manutenção dos aglomerados urbanos.

Mori (2014, p. 1), baseada em autores como Pedro Jacobi e Maria da Glória Gohn, informa que os movimentos populares urbanos podem ser entendidos como “ações organizadas pelas classes populares em prol de melhores condições de vida urbana e de acesso à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos de consumo coletivo”.

Já Duarte (2008), em um resgate histórico dos movimentos sociais urbanos das décadas de 40 e 50, afirma que o associativismo de bairro teve duas expressões fundamentais:

[...] os Comitês Democráticos e Populares (CDPs) e as Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), as quais, sob as mais variadas influências partidárias, de um lado se assumiram como vetores das demandas populares por serviços e equipamentos urbanos e, de outro, se invés tiram do direito de expressá-las. Do ponto de vista das classes populares, essas organizações tornaram evidente que a ideia de democracia, ou de redemocratização, estava diretamente

vinculada a moradia, transporte, trabalho, saneamento, escola, postos de saúde, lazer, liberdade de organização, baixo custo de vida etc., ou seja, aqui o que se poderia emblematicamente chamar de “direito à cidade” (DUARTE, 2008, p. 42).

Ottman (1995), por sua vez, apresenta que uma moldura temporal mais longa é necessária para entender os ciclos pelos quais passam os movimentos sociais, que dependem do contexto em que estão inseridos e apresentam identidades fluidas. Em vez de colocar a década de 70 como a ascensão dos movimentos sociais urbanos, o autor trata, principalmente, dos movimentos urbanos iniciados na década de 1940, mesmo que eles estejam presentes desde o início do século XX, influenciados por ideologias estrangeiras, como socialismo, comunismo e anarquismo:

O movimento de reconstrução do centro de São Paulo, durante as duas primeiras décadas do século XX, uma época de escassez de bens de consumo básico geral e de moradia de baixa renda, e de altas taxas de inflação, detonou conflitos urbanos explosivos (OTTMAN, 1995, p. 190).

Jacobi (1980) e Ottman (1995) concordam que o cerne dos movimentos sociais urbanos é a reivindicação por acesso a recursos públicos, distribuídos de forma extremamente desigual, como habitação, saúde, educação e transporte coletivo. Os movimentos surgem como resposta às contradições na qualidade de vida dos moradores dos grandes centros urbanos.

Esses movimentos da década de 20, retratados por Ottman (1995), deflagraram duas respostas do poder público, repressão violenta pelas forças armadas e posteriormente um processo de mediação dos interesses dos moradores, por meio de programas construção de moradias de baixa renda em São Paulo e de proteção aos inquilinos via preço mínimo.

Na década de 30, o governo de Vargas utilizou a construção de moradias de baixa renda como ferramenta clientelista, por meio da qual garantiu a popularidade de seu regime. O Estado foi, então, colocado como responsável por garantir um padrão mínimo de habitação (AMÂNCIO, 2013). Na década seguinte, a deterioração dos padrões de vida, ocasionada pelas políticas intervencionistas de congelamento de preços de alugueis, deu origem a novas mobilizações, tuteladas pelo PCB – Partido Comunista do Brasil.

Conforme retratado por Duarte e Fontes (2004), em seu estudo sobre o Bairro da Mooca e São Miguel Paulista, o segundo um reduto do PCB, durante seu curto período de legalidade (1945-47), foram bairros em que ocorreu forte disputa entre adhemaristas e janistas. O populismo de ambos foi relativizado, neste estudo, destacando a importância das organizações dos bairros na articulação dos partidos políticos.

Em 1953, Jânio Quadros, na campanha para prefeito de São Paulo, conseguiu grande apoio da periferia, ao estabelecer vínculo privilegiado com as sociedades amigos de bairro – SABs, assim houve deslocamento das funções atribuídas aos delegados do PSP para as SABs, que apoiavam Jânio Quadros, tanto que, conforme apresentado por Duarte e Fontes (2004), a criação das SABs é erroneamente atribuída ao político:

*Assim, foi como paladino da periferia e consciência moral da justiça das suas demandas que a trajetória de Jânio Quadros se confundiu e se imbricou com a história das sociedades de amigos de bairro. Sua relevância era destacada e sua capacidade, muitas vezes, de ocupar o lugar do poder público e desempenhar as suas funções conferiam a elas, além do evidente papel simbólico como eixo das demandas dos bairros, um significado central na estratégia de relacionamento das organizações populares com o poder constituído; por isso, as SABs ocuparam lugar central no organograma do janismo. Não obstante, Jânio Quadros não criou nem inventou as sociedades amigos de bairro, mas*

certamente ele foi o político que mais soube se relacionar com elas (DUARTE; FONTES, 2004, p. 17).

Obviamente a carreira meteórica de Jânio Quadros não se deveu apenas ao seu vínculo com as SABs, mas elas são parte importante na explicação de sua eleição para vereador e, posteriormente, sua eleição como prefeito de São Paulo, em 1953. Duarte e fontes (2004) consideram que Jânio Quadros *inaugurou o bairro como unidade política*. Dessa forma, as SABs, entre vínculos clientelistas no período populista e posterior cooptação de suas lideranças durante o regime militar. Jacobi (1980, p. 226), ressalta:

O estudo sobre as Sociedades de Amigos de Bairro, no período 1945-1970, problematiza aspectos até então pouco estudados sobre estes organismos, recuperando sua dimensão histórica na análise de certas conjunturas específicas e colocando questões relativas à crise de hegemonia e organização das classes populares.

Amâncio (2013) destaca também a importância dos Comitês Democráticos Populares, os quais são menos referidos na literatura que as SABs, eram mais politizados e possuíam ligações com o movimento operário e o Partido Comunista:

Em muitos casos essas duas formas de organização de bairro, as SABs e os CPDs, trabalharam juntas e há indícios de que houve um trânsito contínuo de membros de uma para outra organização, especialmente depois da perseguição dos comunistas após 1947. Os CPDs, entretanto, adquiriram mais visibilidade nestes anos e eram mais politizados do que as SABs. Enquanto eles existiram, as SABs agregaram principalmente os setores de classe média dos bairros periféricos, tendo, por isso também, outro caráter do ponto de vista ideológico e até mesmo das estratégias adotadas para publicização de demandas e questões locais. As SABs tiveram uma vida fragmentária e intermitente. Foram sendo criadas e recriadas continuamente e por isso é mais difícil compreender sua história. Mas, até onde se sabe, com a

cassação dos CPDs muitos membros desses comitês buscaram refugio nas SABs para evitar perseguições e continuar sua militância e parece que algo semelhante ocorreu após o AI-5 em 1968. Esta imbricação entre CPDs e SABs nestes contextos de acirramento de regimes autoritários foi dar um caráter mais popular e politizado às SABs onde elas já existiam. Ao mesmo tempo, as SABs se beneficiaram da visibilidade que as questões do bairro adquiriram pela existência prévia dos CPDs e sua difusão via imprensa (AMÂNCIO, 2013, p. 84-85).

Amâncio (2013) e Duarte (2008) discutem, inclusive, o sucesso das eleições de 1947 para o PCB, propiciado em parte pelos vínculos estabelecidos com os CPDs. Amâncio (2013) destaca que tanto SABs quanto CPDs estavam profundamente imbricadas com a política partidária, mesmo utilizando repertórios semelhantes (petições e abaixo-assinados), a mobilização política era muito diferente. Enquanto nos CPDs os partidos atuavam como fomentadores da mobilização, nas SABs buscava-se a projeção de méritos e conquistas políticas:

[...] ainda que o repertório de ação seja partilhado pelos atores em um contexto, ele não tem um conteúdo inerente, previamente estabelecido. O repertório é uma maneira de encaminhar demandas, mas para se apreender o sentido das ações em jogo, é preciso se reportar ao contexto mais geral, à trajetória dos atores e sua inserção nas redes (AMÂNCIO, 2013, p. 86).

Dessa forma, conforme retratado por Ottman (1995) ocorreu ação de intermediários nos movimentos urbanos das décadas de 40 e 50, bem como, mais amplamente divulgado na literatura, nas décadas de 70 e 80.

O município estudado apresenta um histórico de movimentos urbanos, até onde esse estudo pôde alcançar mais recente. O final da década de 80 é colocada por Alencar et al.(1996) como um período de criação de associações

comunitárias no município, em razão, principalmente, de estímulos de políticos locais ou de pessoas a eles ligados:

O fato de 83,30% dos presidentes das Associações Comunitárias terem declarado que as ideias de organizá-las haviam sido, direta ou indiretamente, estimuladas pelos políticos locais constitui um indicador de que tais organizações não surgiram espontaneamente entre os moradores. Além disso, ao relacionar esse fato com outras informações, observou-se que o envolvimento de políticos locais na organização dessas associações era parte de uma estratégia que visava à ampliação de suas bases eleitorais, aproveitando as oportunidades criadas pelos programas comunitários da Secretaria de Ação Comunitária (SEAC), órgão público federal, então ligado à Secretaria do Planejamento (ALENCAR et al., 1996, p. 13).

Nos resultados, por meio dos dados obtidos na Controladoria Geral da União- CGU (2014), objetiva-se verificar o momento de formalização das associações de bairro encontradas. A seguir é brevemente exposta a relação entre associativismo e o conceito de sociedade civil.

Conforme apresentado no tópico anterior, o conceito de sociedade civil é amplo e plural. Lüchmann (2014) situa em Jean Cohen e Andrew Arato esforços de síntese que influenciam fortemente o uso atual do conceito.

Dessa forma, as associações, como organizações da sociedade civil, são mecanismos importantes de articulação de estratégias defensivas e ofensivas. Em uma radicalização da democracia, visam “à aquisição pelo público de influência sobre o Estado e a economia; à institucionalização dos ganhos dos movimentos sociais dentro do mundo da vida” (ARATO; COHEN, 1994 apud LÜCHMANN, 2014, p. 167-168). Lüchmann (2014) faz interessante síntese da contribuição dos diferentes conceitos para o estudo das associações e sua relação com avanços democráticos:

<b>Capital social</b>	<b>Movimentos sociais</b>	<b>Sociedade civil</b>
As associações são organizações voluntárias, autônomas e sem fins lucrativos, que promovem a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo. Ênfase nas associações face a face.	As associações fazem parte de redes de interações engajadas em conflitos políticos, sociais ou culturais, com base em uma identidade coletiva compartilhada. Ênfase nas associações que contestam a ordem social.	As associações atuam pela lógica da ação comunicativa e são autônomas do mundo político e econômico. Pretendem, sobretudo, influenciar as decisões políticas institucionais. Ênfase nas associações de defesa de direitos e movimentos sociais.
Impactos democráticos: promoção de virtudes democráticas no plano individual e social; confiança, solidariedade e espírito cívico; ênfase na cooperação.	Impactos democráticos: promoção de mudanças nas relações de poder, tanto no plano político-institucional como no plano cultural; ênfase na contestação e no conflito.	Impactos democráticos: inclusão de atores e temas no mundo político por meio da tematização pública de problemas sociais; ênfase na mediação das esferas públicas.

Quadro 1 Síntese dos Tipos Associativos e seus Efeitos Democráticos.

Fonte: retirado de Lüchmann (2014, p. 169).

Portanto, mesmo que com pressupostos diferentes, esses conceitos ressaltam as possibilidades de avanços democráticos propiciados pelas associações. Cabe compreender como se dão (e se existem) esses impactos democráticos na realidade estudada, ainda mais, em um primeiro momento, compreender como atuam essas associações em sua relação com o Estado. A seguir, é apresentado o movimento de pesquisa utilizado, com o qual se almeja responder à questão de pesquisa apresentada.



### 3 MOVIMENTO DE PESQUISA

Neste tópico serão trabalhadas a caracterização da pesquisa, as técnicas de coleta de dados e as técnicas de análise. O caminho metodológico do presente estudo, tendo em vista a compreensão de processos complexos, levou em conta a sequência circular de pesquisa (ALENCAR, 1999, 2007) e a epistemologia crítica (FARIA, 2014).

Quanto à sequência circular de pesquisa, pressuposições acerca de um problema de pesquisa, bem como de objetivos para solucionar tal problema, podem ser alterados ao longo da coleta de dados quando se faz pesquisa qualitativa. Elas acabam por nortear a coleta de dados iniciais. Os métodos, bem como os objetivos, podem se alterar a partir de análises parciais dos dados obtidos, em um processo circular, facilitando a identificação de novas situações e atores, em um fluxo de trabalho de campo e análise. Na figura 01 é apresentada a sequência circular de pesquisa em ciências sociais.

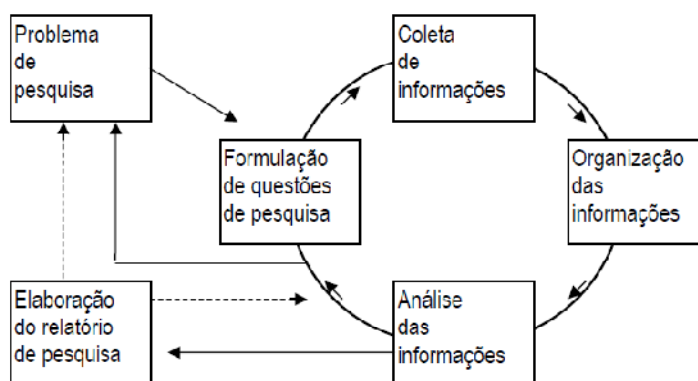


Figura 1 Sequência circular de pesquisa em ciências sociais

Fonte: retirado de Alencar (1999, p. 16).

Faria (2014), ao discorrer sobre a epistemologia crítica, afirma que uma pesquisa em profundidade é orientada por momentos, cujos limites não são claramente percebíveis.

Primeiramente, ocorre aproximação precária do sujeito com o objeto, uma “relação primeira do sujeito com o objeto de seu conhecimento, na qual não se processa uma elaboração científica, pelo sujeito, sobre o objeto e sobre o próprio pensar” (FARIA, 2014, p. 10). Tal fase, neste estudo, pode ser relacionada à coleta e análise de dados oriundos da Receita Federal.

Com base em reflexões acerca do objeto, chega-se a uma aproximação valorizada ou deliberadamente construída, em que o pesquisador se apoia em conceitos que o auxiliam no entendimento da estrutura. Na falta destes, parte-se para a elaboração de novos conceitos. Nas palavras do autor: “ocorre um processo de tensão entre o pesquisador e o objeto ou, dito de outra forma, entre a matéria e a consciência, mediado pelo pensamento” (FARIA, 2014, p. 12), em que ocorre a construção do domínio (no sentido de compreensão) do objeto pelo sujeito.

Dada a intensidade da relação dialética entre sujeito e objeto, ocorre elevação, aprofundamento e expansão do conhecimento, agora relativamente elaborado. A tensão entre o conhecimento elaborado/renovado acaba por gerar uma síntese, que compreende o terceiro momento: a apropriação do objeto pelo pensamento. É a etapa em que o conhecimento é cientificamente apropriado, em que o domínio conceitual possibilita abstrações mais sutis, que levam a categorias de análise, fornecidas pelo próprio real (FARIA, 2014). No quadro 01 é apresentado um resumo dos momentos de produção do conhecimento.

<b>Momentos da produção do conhecimento</b>		
Aproximação Precária do Sujeito com o Objeto	Aproximação valorizada do Sujeito com o Objeto	Apropriação do Objeto pelo Sujeito
<b>Como o objeto aparece ao sujeito</b>		
Realidade confusa, disforme, sem identificação das relações internas e externas; real multifacetado, polissêmico.	Realidade cognoscível relativamente organizada e sistematizada; relações internas e externas explícitas; unidade diversificada e contradições reveladas; significados inteligíveis; totalidade formalmente estruturada.	Realidade cognoscível apreendida pela consciência; dinâmica das relações estabelecidas; contradições identificadas; totalidade em movimento; real concreto como real pensado.

Quadro 2 Momentos da produção do conhecimento.

Fonte: retirado de Faria (2014, p. 15).

### 3.1 Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa, quanto ao nível, é caracterizada como descritiva, uma vez que possui como objetivo central a descrição de aspectos relevantes de determinada população, fenômeno ou ainda a relação existente entre as variáveis (GIL, 1999). Algumas pesquisas se concentram nas características de determinado grupo, como “distribuição por idade”, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental, etc. (GIL, 1999, p. 44). Também existem aquelas que buscam estudar nível de atendimento e relações entre variáveis. Neste estudo busca-se, além da identificação e caracterização do grupo pesquisado (as associações de moradores de um município do Sul de Minas Gerais), compreender as relações existentes entre as variáveis que condicionam a organização e representação das associações de moradores.

Quanto ao *design*, métodos qualitativos serão utilizados. Segundo Richardson et al. (2008, p. 70), os métodos representam “a escolha de

procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos” e que estes devem ser apropriados ao tipo de estudo conduzido.

Métodos qualitativos podem ser úteis quando se deseja compreender uma informação estatística. As informações existentes sobre as associações de moradores podem ser aprofundadas com dados qualitativos, que envolvem investigar fatos passados de grupos sobre os quais pouco foi pesquisado. Pode-se dizer que a pesquisa qualitativa vincula-se à compreensão de processos sociais em profundidade. Estes autores ainda destacam uma situação, condizente com o presente trabalho, que implica estudos de conotação qualitativa:

Situações em que se evidencia a necessidade de substituir uma simples informação estatística por dados qualitativos. Isto se aplica, principalmente, quando se trata de investigação sobre fatos do passado ou estudos referentes a grupos dos quais se dispõe de pouca informação (RICHARDSON et al., 2008, p. 39).

O presente estudo pode ser caracterizado como um estudo de caso, uma modalidade de pesquisa ou instrumento de investigação, utilizado amplamente por várias áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Sociologia, a Ciência Política, o Direito, a Administração (ALVES-MAZOTTI, 2006). A autora traz elucidações sobre o que pode ser considerado um estudo de caso, de acordo com Robert Stake, mais afinado com o construcionismo social, para ele, no estudo de caso é comum a utilização de vários métodos de pesquisa. Cabe ressaltar, também, o que é um caso:

Para ele, um caso é uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas. Assim, por exemplo, o comportamento de uma criança apresenta padrões nos quais atuam fatores fisiológicos, psicológicos, culturais, entre outros. Algumas características podem estar dentro do sistema, nos limites do caso, e outras fora, e nem sempre é fácil para o pesquisador dizer onde termina o indivíduo e

começa o contexto. Da mesma maneira, uma escola, como caso, deve ser estudada como um sistema delimitado, embora a influência de diferentes aspectos que se ligam a esse sistema, como o contexto físico, sociocultural, histórico e econômico em que está inserida a escola, as normas da Secretaria de Educação etc., não deva ser ignorada (ALVES-MAZOTTI, 2006, p. 641).

De acordo com a classificação de Stake, este estudo de caso pode ser classificado como coletivo, reunindo dois casos instrumentais, visando à compreensão sobre um conjunto maior que os casos estudados (VENTURA, 2007).

Estudos de caso instrumentais são aqueles em que se estuda o caso para melhor compreender certa questão ou um aspecto amplo da pesquisa, como o associativismo de bairro em município. Eles podem facilitar a orientação para novos estudos e pesquisas. Já, os estudos de caso coletivos reúnem casos instrumentais que “são escolhidos porque se acredita que seu estudo permitirá melhor compreensão, ou mesmo melhor teorização, sobre um conjunto ainda maior de casos” (ALVES-MAZOTTI, 2006, p. 643).

Independente de serem coletivos ou não, estudos de caso instrumentais retratam certos aspectos do caso, como natureza, histórico, contexto, outros casos passíveis de investigação e complementação do estudo feito, e os sujeitos pelos quais pode se conhecer determinada realidade. Dessa forma, o estudo de caso de relaciona ao *para* e ao *porquê* nas pesquisas sociais (ALVES-MAZOTTI, 2006; VENTURA, 2007). Em seguida são apresentados os métodos utilizados para a coleta de dados.

### **3.2 Coleta de Dados**

Por ser uma pesquisa qualitativa e descritiva, na modalidade de estudo de caso, optou-se pela utilização de métodos de coleta variados para atingir um

nível de compreensão satisfatório sobre a realidade estudada. Reforçando as considerações feitas sobre momentos de pesquisa sobrepostos e sequência circular, esses métodos não foram aplicados de forma linear, seguindo a ordem na qual são aqui apresentados. A escolha dos casos seguiu critérios de conveniência, ou seja, associações que apresentavam abertura para a realização da pesquisa. Colocou-se como requisito que as associações fossem formais e estivessem atuantes em suas respectivas comunidades.

A pesquisa com dados secundários serviu como abordagem inicial para uma realidade até então desconhecida. A relação entre os métodos pode ser entendida pela metáfora de uma ponte, em que a utilização de um propicia os meios para realizar outro. Ela pode ser vista, também, como complementariedade, em que cada método, ao possibilitar ‘idas e vindas’ no trabalho de campo, acaba por gerar uma compreensão maior acerca da totalidade estudada, uma realidade complexa, em que forma e conteúdo, ou a aparência em primeiro momento e as análises posteriores são distintos.

No quadro 02 são apresentados os métodos utilizados na pesquisa, os quais foram posteriormente explicados em detalhes nos subtópicos.

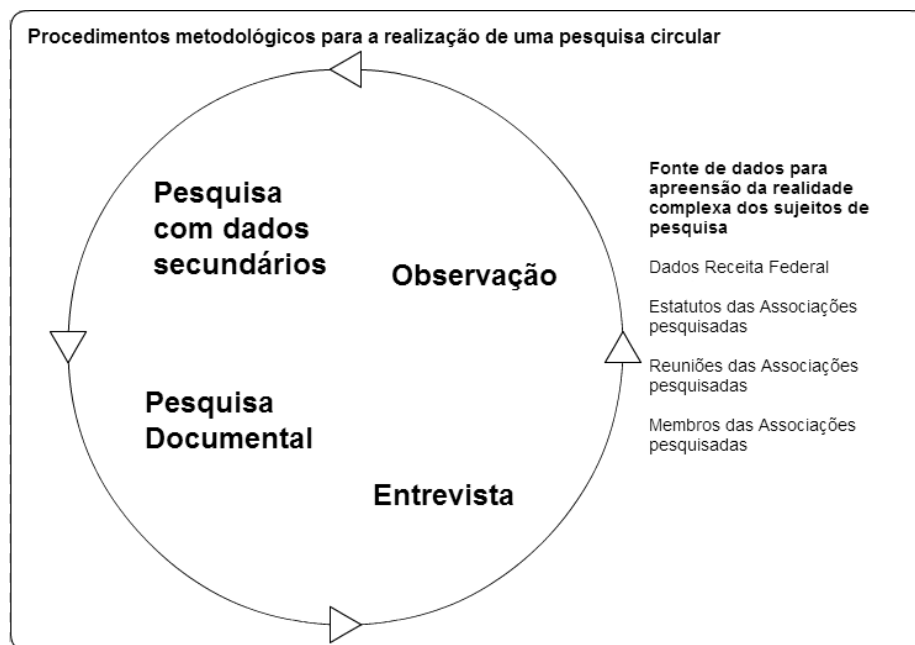


Figura 2 Procedimentos metodológicos

Fonte: elaborado pelo autor.

### 3.2.1 Pesquisa com dados Secundários

A coleta de dados, inicialmente, foi feita com uma pesquisa com dados secundários, advindos do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, na Receita Federal, por meio do Portal da Transparência (CGU, 2014), a fim de aprofundar as informações relativas às fundações privadas e associações sem fins lucrativos (IBGE, 2008, 2010, 2012). Esses dados, devidamente sistematizados, fornecem a base para se identificar as associações de bairro formais que atuam no município.

Existem no município pesquisado, segundo dados da Receita Federal, 19 associações de moradores. Os dados obtidos fornecem um meio inicial de se chegar aos membros dessas associações: o endereço da sede. Além disso, outros

dados relevantes foram conseguidos, como CNPJ, natureza jurídica e atividades cadastradas, posteriormente, apresentados nos resultados.

### **3.2.2 Observação**

Após a pesquisa com dados secundários, seguiu-se para a aproximação com as associações estudadas, por meio da participação em reuniões ordinárias, extraordinárias e eventos promovidos pelas duas associações estudadas. Ao todo foram acompanhadas 3 reuniões ordinárias, 2 reuniões extraordinárias e 1 evento – coleta de assinaturas, além de conversas informais e ligações para os entrevistados. Tal fase iniciou-se em julho de 2014 e encerrou-se em dezembro de 2014.

A observação é uma técnica tida como essencial para pesquisas nas ciências sociais (GIL, 1999), podendo ser utilizada em combinação com outras técnicas ou de forma exclusiva. Nas palavras de Marconi e Lakatos (2003, p. 191):

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social.

A observação a ser desenvolvida pode ser considerada estruturada, participante e individual, ou seja, as observações terão planejamento prévio, existindo participação ‘real’ do pesquisador em suas participações, na busca de compreender como os membros das associações se organizam e se relacionam com o poder público local.



### **3.2.3 Entrevistas por pautas**

Depois do tratamento dos dados secundários obtidos, foram feitas entrevistas por pautas com 8 diretores de duas associações de moradores (4 entrevistas por associação) e 1 entrevista com um jornalista da imprensa local. A entrevista com o jornalista da cidade teve por objetivo trazer maiores detalhes sobre o contexto político da cidade, nos últimos anos, a fim de ponderar e aprofundar as informações obtidas anteriormente. Essas entrevistas foram realizadas em novembro e dezembro de 2014.

Segundo Gil (1999), esse tipo de entrevista apresenta certo grau de estruturação, por ter uma relação de pontos de interesses a serem explorados, permitindo maior liberdade de fala ao entrevistado, com interferências sutis quando ele se afastar das pautas propostas.

Este tipo de entrevista favorece a obtenção de dados uma vez que valoriza aquilo que o entrevistado ‘tem para contar’ sobre o tema abordado, mantendo-se um clima de cordialidade com maior facilidade (FONTANA; FREY, 2005). Almeja-se, com essas entrevistas, compreender as dinâmicas do processo de organização e participação da associação estudada, com base nas percepções de dirigentes e demais membros. O critério para o encerramento das entrevistas foi a saturação, ou seja, quando as entrevistas já não apontavam novas características ou detalhes do caso estudado.

### **3.2.4 Pesquisa Documental**

A pesquisa documental, tratada por Gil (1999, p. 160), como as “fontes de ‘papel’: arquivos históricos, registros estatísticos, diários, biografias, jornais, revistas, etc.” é importante para o conhecimento do passado, além de possibilitar a investigação dos processos de mudança cultural e social.

Marconi e Lakatos (2003, p. 174) corroboram tal afirmação, ao conceituar a técnica como “fonte de coleta de dados [...] restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”, feitos no momento em que determinado evento ocorre ou depois. As fontes também podem ser secundárias, quando a compilação de documentos escritos (ou não) é feita por outrem e utilizada pelo autor.

Para esta pesquisa, visando alcançar o objetivo secundário de reconstrução histórica do trajeto das associações, propõe-se a análise dos estatutos das duas associações selecionadas, além de outros documentos, os quais podem facilitar o atendimento do objetivo supracitado. No quadro abaixo são apresentados os documentos analisados:

<b>Caso</b>	<b>Documentos</b>
Associação 01	Estatuto Social de 2001.
Associação 02	Estatuto Social de 1999; Estatuto Social de 2014; e Edições do informativo mensal.
Outros	Estatuto do projeto de criação da Liga das Associações (documento não registrado).

Quadro 3 Documentos para análise documental

Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

### 3.3 Análise dos dados

A seguir é apresentado o método de análise dos dados, suas contribuições e limitações para este estudo.

### 3.3.1 Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é a técnica indicada para a análise e interpretação de dados, "uma das abordagens qualitativas mais frequentes do tratamento dos dados" (MADEIRA et al., 2011, p. 397). Bardin (2002, p. 38), conceitua análise de conteúdo como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens".

Diferente do que é proposto pela autora, neste trabalho, assim como ocorre em outros que utilizam métodos qualitativos para análise, não se almeja realizar quantificações dos objetos de pesquisa e, sim, uma sistematização dos dados encontrados de forma a destacar pontos importantes da realidade pesquisada que favorecem o entendimento da realidade pesquisa.

Vergara (2006) traz importantes contribuições acerca da utilização da análise de conteúdo: baseada no tema e objetivos de pesquisa, deve ser feita exaustiva revisão de literatura pertinente, a fim de sustentar teoricamente os próximos passos. Depois de definir os meios para coleta de dados, neste caso pesquisa documental e entrevistas por pautas, e utilizá-los, deve-se definir o tipo de grade para a análise, referente às categorias analíticas.

Quanto à grade para análise, opta-se neste estudo pela grade aberta, em que as categorias de análise são criadas conforme as experiências no campo, de acordo com as necessidades da pesquisa e das informações coletadas, bem como da reflexão sobre o corpo teórico utilizado.

#### **4 EM BUSCA DO ASSOCIATIVISMO DE BAIRRO E SUA RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO LOCAL**

A seguir, no primeiro subtópico, serão apresentados dados gerais das associações de moradores existentes em Lavras, de acordo com os dados obtidos na Receita Federal, comparados às informações obtidas em campo sobre o funcionamento destas associações.

Nos dois próximos subtópicos, será feita a apresentação e caracterização dos dois casos do presente estudo, considerando sua estrutura organizativa, cargos e funções relacionadas a eles, bem como as relações existentes entre as duas associações pesquisadas e demais atores da sociedade civil e poder público. Em um terceiro subtópico, é tratado especificadamente da tentativa de criação de uma Liga de Associações no município, caracterizando as relações existentes entre associações de moradores, o processo realizado, bem como os entraves que levaram à finalização do projeto sem a criação da liga.

Tais caracterizações facilitarão o entendimento das duas categorias de análise desenvolvidas, presentes nos tópicos Pluralidade de Interesses e Estratégias para Autonomia.

##### **4.1 Caracterização das associações formais e comparação com o campo empírico**

De acordo com dados da Receita Federal, em março de 2014 havia o registro de 638 associações privadas, entre elas, 409 com registro ativo, 221 baixados, 1 registro nulo e 7 suspensos. Dentre esses números, encontram-se organizações totalmente distintas daquelas aqui estudadas, como caixas escolares, organizações religiosas, grupos de estudo, comitês financeiros

eleitorais, comissões de formatura entre outros. Na tabela a seguir, é apresentado o número de registros de acordo com a natureza das associações privadas.

Na classificação das FASFIL, presente nos estudos do IBGE (2008, 2010, 2012), existem 10 grupos principais relacionados à atividade fim das associações e fundações: habitação, saúde, cultura e recreação, educação e pesquisa, assistência social, religião, associações patronais, profissionais e de produtores rurais, meio ambiente e proteção animal, desenvolvimento e defesa de direitos e outras não especificadas. As associações de bairro de Lavras que são formalizadas encontram-se no grupo de “atividades de desenvolvimento e defesa de direitos”, possuindo como atividades secundárias “atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte” e “atividades associativas não especificadas anteriormente”.

Tabela 2 Associações privadas em Lavras -MG

<b>Tipo de associação</b>	<b>Qtde.</b>
Associações de defesa de direitos	125
Organizações religiosas	43
Esportivas	38
Educacionais	39
Culturais e Recreativas	29
Profissionais	18
Assistência Social	7
Saúde	14
Produtores Rurais	1
Patronais e Empresariais	8
<b>Total</b>	<b>322</b>

Fonte: CGU (2014).

Da tabela 2 foram desconsiderados os registros de caixas escolares (45), partidos políticos (16) e comissões de formatura (15). Dentre os cadastros

baixados, destacam-se os comitês financeiros das eleições municipais de 2004, 2008 e 2012, que totalizam 70 registros.

Dentre as associações de defesa de direitos e desenvolvimento, é oportuno verificar o quantitativo de associações ao longo dos anos, o que é demonstrado na figura 3. Destacam-se os anos de 1990, pelo aumento considerável no número de associações (incremento de 9), sendo 5 delas associações de bairro, das quais nenhuma é atuante hoje.

Em 2006 houve o maior incremento, 13 associações, sendo 5 delas associações de bairro e 6 de comunidades rurais. Já em 2006 também houve incremento de 9 associações, 3 delas associações de bairro. O ano de 2008 se destaca pela redução no número de associações (23), esse número é justificado pela remissão da dívida destas organizações, que levou ao fechamento do cadastro. Não é possível precisar, mas em virtude da forma como foram encerradas, é possível inferir que várias associações já não estavam mais atuantes ou não declaravam a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

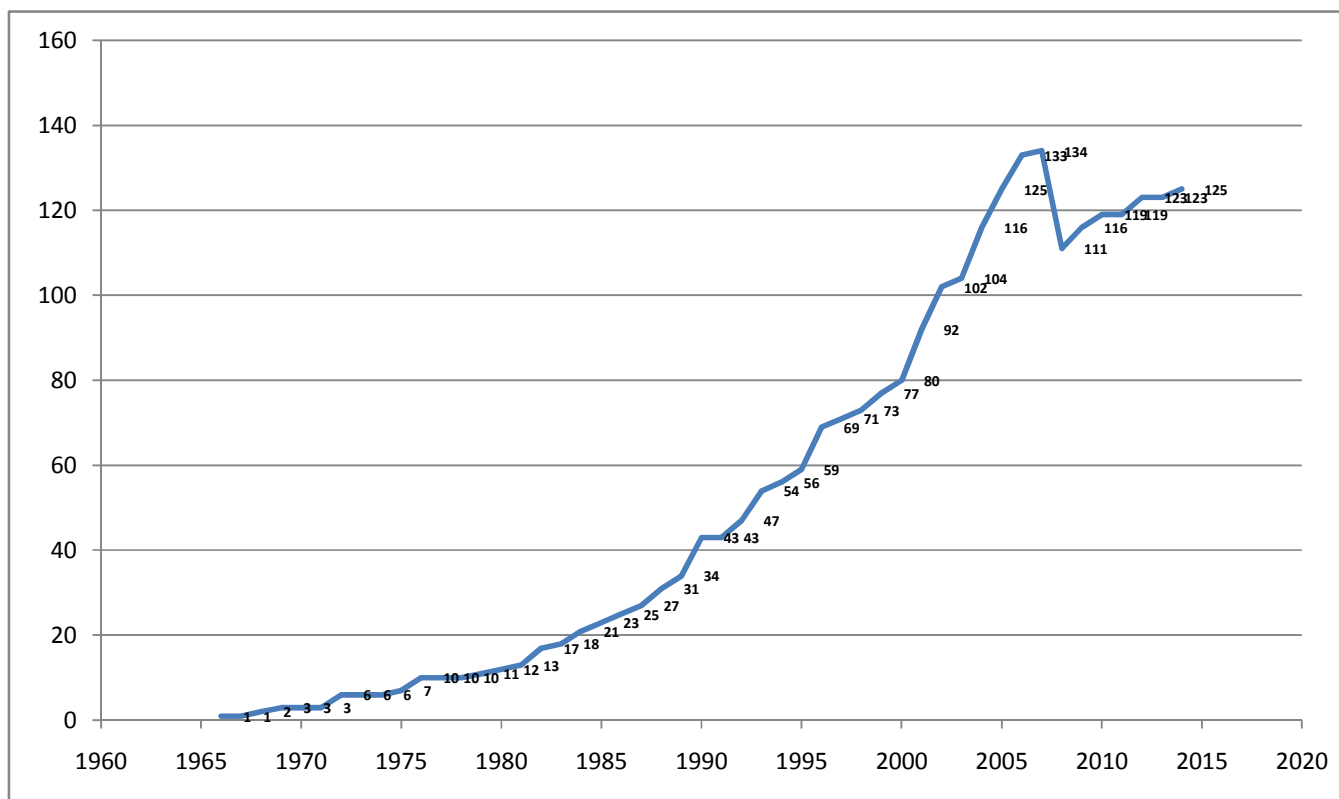


Figura 3 Número de Associações de Defesa de Direitos em Lavras-MG, por Ano

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da CGU (2014).

O quadro a seguir tem por finalidade demonstrar quais bairros de lavras possuíam representação, via associação, são apresentados os registros baixados e ativos.

<b>Razão Social</b>	<b>Status</b>	<b>Abertura</b>	<b>Fechamento</b>
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DE NOVA LAVRAS	Ativa	03/09/1984	-
ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO JARDIM GLÓRIA	Baixada	26/09/1988	29/08/2013
ASSOC DE BAIROS JARDIM DAS ALTEROSAS E OUTROS	Baixada	30/01/1989	31/12/2008
ALTO DA IGREJINHA E BAIRRO JOAQUIM SALES	Baixada	25/09/1989	31/12/2008
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO COHAB JULIO SIDNEY PINTO	Baixada	18/05/1990	31/12/2008
ASSOCIAÇÃO BAIRRO DA PEDREIRA	Baixada	04/06/1990	31/12/2008
ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO LAVRINHAS	Baixada	05/06/1990	31/12/2008
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA MURAD	Ativa	15/06/1990	-
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO BAIRRO JARDIM SÃO PAULO	Ativa	02/10/1990	-
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO AEROPORTO	Baixada	18/05/1992	15/08/1997
ASSOC.COM.BAIROS N.S.LOURDES,JD.EROPA,VILA MENICUCCI	Baixada	14/06/1993	31/12/2008
ASSOC DOS MORAD DA V ALZIRA CASCALHO E MARTINS	Baixada	07/06/1994	31/12/2008
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO VICENTE	Ativa	01/08/1996	-
ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO PONTE ALTA	Baixada	29/10/1996	31/12/2008
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VISTA ALEGRE	Baixada	31/10/1996	31/12/2008
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA PITANGUI	Ativa	16/01/1997	-
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO JARDIM GLÓRIA*	Ativa	05/11/1999	-
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM FABIANA	Ativa	18/04/2000	-
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS BAIROS PAULO MENICUCCI, PEDRO SILVESTRE, SANTA EFIGÊNIA E SERRA VERDE	Ativa	21/02/2001	-

Quadro 4 Associações de Bairro em Lavras-MG

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da CGU (2014).

\*Denotam Associações atuantes nos bairros.

(...continua...)



## “Quadro 4, conclusão”

Razão Social	Status	Abertura	Fechamento
ASSOC. MORADORES E AMIGOS BAIROS M.LIBANO I, M.LIBANO II E JARDIM ELDORADO*	Ativa	16/07/2001	-
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO CRUZEIRO DO SUL	Ativa	31/07/2001	-
ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO CRUZEIRO DO SUL	Baixada	31/07/2001	13/01/2014
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS MORADORES DO BAIRRO VALE DO SOL*	Ativa	14/09/2001	-
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO JARDIM FLORESTA	Ativa	14/02/2002	-
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO BAIRRO BELA VISTA E JARDIM MAGNÓLIA	Ativa	09/09/2002	-
ASSOCIAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL ÁGUA LIMPA - ACHAL	Ativa	06/01/2004	-
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO IPÊS	Ativa	30/03/2005	-
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO PARQUE DAS PEDRAS PRECIOSAS	Ativa	19/04/2005	-
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DOS BAIROS MORADA DO SOL I & II-ACBMS	Ativa	18/02/2014	-

Existem, portanto, 16 registros ativos de associações de bairro no município, as informações obtidas na observação de reuniões confirmaram que há outra associação de bairro, formalizada no Bairro Novo Horizonte e que associações de bairro informais atuam nos bairros Dona Wanda, Serra Verde e COHAB.

Quanto às associações formais, do total de 17, apenas 4, de acordo com as informações disponibilizadas pelos entrevistados, são atuantes em suas respectivas comunidades, deixando claro as limitações dos dados cadastrais da Receita Federal. De toda forma, essas informações têm relevância, uma vez que mostram a distância existente entre instituído formalmente e atuante na prática. No próximo tópico são apresentados os casos deste estudo, duas associações de bairro formais e atuantes em suas respectivas comunidades.

## 4.2 Caracterização dos Casos

A seguir serão apresentadas, separadamente, as informações obtidas sobre os dois casos deste estudo. Dado o sigilo em que as informações são apresentadas, os entrevistados serão identificados por códigos, de acordo com a associação em que atuam: E1A, E1B, E1C e E1D para os dirigentes da Associação 01; E2A, E2B, E2C e E2D para os dirigentes da Associação 02; e EJ para o jornalista entrevistado.

As informações selecionadas sobre as associações versam sobre o contexto da criação das associações, a estrutura, cargos, funções, participação, comunicação com a comunidade, relações existentes com outras entidades da sociedade civil e com o poder público local.

Cabe ressaltar que as entrevistas, focos da apresentação dos casos, foram realizadas com representantes das associações: membros atuantes que possuem cargos nas respectivas associações.

Na Associação 01 foram entrevistados 2 homens (E1A e E1B) e duas mulheres (E1C e E1D), enquanto no caso 02 foram entrevistados 4 homens. Quanto à escolaridade, somente E1C e E2D possuem grau superior. E2A e E2C cursam o nível superior. Sobre a faixa etária dos entrevistados, é notável a ausência de jovens adultos ocupando cargos nas associações e todos os entrevistados possuem mais de 40 anos.

O primeiro caso, denominado Associação 01, é uma associação de bairro fundada em agosto de 2001, que representa os bairros Vale do Sol e Vila Rica II, que, no Artigo 1º de seu Estatuto, classifica-a como uma organização de direito privado

sem fins lucrativos, políticos e religiosos, de duração indeterminada, constituída por número ilimitado de sócios, pessoas físicas ou jurídicas, sem distinção de raça, cor, sexo,

credo e religião, proprietários e/ou locatários, residentes ou domiciliados (Dados de pesquisa, 2014).

Já, o segundo caso, denominado Associação 02, é uma associação comunitária que, atualmente, representa 4 bairros de Lavras – Jardim Glória, Jardim Campestre I, Jardim Campestre II e Jardim Campestre III. Fundada em Outubro de 1999, é uma sociedade civil

sem fins lucrativos, sem distinção de raça, condição social, credo político ou religioso [...] sendo a adesão do associado uma opção livre de fato, e tem por objetivo precípua congregar seus moradores para a defesa dos interesses comunitários e de promover paralelamente, atividades de caráter social, cultural, desportivo, assim como defender o meio ambiente, proporcionando uma essencial e sadia qualidade de vida aos moradores do bairro (Dados de pesquisa, 2014).

A caracterização dos casos é dividida em três partes. Primeiramente é discutido o contexto da fundação da associação e a forma de organização e cargos existentes. Em seguida, é apresentada a relação entre associação e comunidade, primando pela participação, comunicação e demandas dos moradores. Por último, as relações entre associação e poder público local e demais entidades da sociedade civil é trazida.

#### **4.2.1 Contexto da fundação e organização**

A Associação 01 é colocada, em seu Estatuto, como porta-voz das reivindicações dos moradores do bairro, sejam elas de caráter particular ou coletivo. No contexto da fundação da associação, é destacada pelos entrevistados a localização do bairro em uma área periférica do município, o que dificultava e ainda dificulta a visibilidade das demandas dos moradores.

É notável que, anteriormente à criação da associação, pré-existia uma liderança comunitária, que buscava melhorias no bairro desde a década de 90:

Em 2001 o nosso bairro era muito carente, não tinha nada, não tinha né, então a gente tinha antes uma comissão, a gente corria atrás pedindo as benfeitorias com essa comissão, depois fala; “vamos ver se cria a associação pra ver se melhora um pouco esse relacionamento”. Então foi mais por necessidade mesmo, pra gente conseguir, não tinha nada! Não tinha nada! Aí, por isso que eu falo, depois disso aí teve escola, só tinha igreja na época, depois veio escola, aí esse negócio do ônibus, aí a coisa começou a fluir assim (E1A).

Dessa forma, a fundação de uma associação é relacionada, principalmente, ao estreitamento das relações com os poderes constituídos, aprimorando a mediação entre comunidade e poder público local, de forma que, em coletividade, haja fortalecimento e representação da comunidade:

Eu acho que é muito mais fácil a Associação estar levando os problemas do bairro, do que cada pessoa, individualmente, estar levando o seu problema (E1C).

Destaca-se, também, a busca por visibilidade de um bairro periférico, loteado no começo da década de 80, que, desde sua fundação até a presente data, tem dificuldades de acesso para o centro e demais bairros da cidade:

É praticamente isolado [...]. Só tinha uma entrada e uma saída, que era aquela do descendo atrás da D Pascoal ali, você passava debaixo daquele pontilhão, da ferrovia ali, agora que abriram lá parece, esse túnel que eu estou te falando, só tinha uma passagem, só aquela, só existia aquela, hoje você consegue sair aqui pela ponte branca, Vila Alzira, essa coisa né. Aquele bairro tem exatamente a mesma idade do Jardim das Palmeiras, quando o Carlos Alberto que é, antes de ser político né, ele já é, ele era empresário né do ramo de imobiliária né, essa coisa, ele começou dois bairros na cidade: o Jardim das Palmeiras e

*este bairro*, na mesma idade, [...] mesma época [...], comecinho da década de 80 (Jornalista).

Dada à característica de afastamento e periferia, a atuação da liderança comunitária, bem como da invisibilidade das demandas, primava-se, inicialmente, pela realização de eventos ligados à organização religiosa existente no bairro:

A gente se sentia muito isolado, parecia que o *bairro* não pertencia à cidade de Lavras, num sentido assim entendeu. [...] antes da associação, eu era coordenador da igreja, eu participava, então a gente fazia as festas, [...] as festas era uma maneira de você chamar a atenção que existia o *bairro* né, é a gente fazia uns cartaz bonitos e tal, e chamava, e tinha shows, então assim. Chegava maio, dezembro, aí já ficava focado o *bairro* no pessoal entendeu, aí vinha muita gente entendeu, então pra nós era uma maneira de mostrar que tinha o *bairro*, entendeu, e isso aí foi bom! Até um período foi muito bom, porque acabava despertando a atenção que existia o *bairro*, porque a festa ficava boa e muito animada (E1A).

Para além da visibilidade intencionada na realização de festas no bairro, a criação da associação, na percepção do entrevistado E1A, que também é membro fundador, trouxe a possibilidade de abarcar pessoas de diferentes credos, não mais restrito à igreja local, que contribuía para amenizar as carências do bairro por meio das pastorais.

Às vezes na igreja você não consegue fazer muita coisa fora, às vezes fica muito mais tempo, existe, mas é assim uma coisa mais religiosa mesmo né, e aí eu falei “ah...”, a ideia também depois que eu deixei, “ah vamos fundar uma associação pra gente trabalhar fora também” né, você pode unir o útil ao agradável, você tem na igreja tem uma pastoral que é bom que já faz um trabalho bom também, e a associação quem sabe essa coisa né, e você percebe assim que trabalho de igreja é uma coisa né, e de associação é outra, é completamente diferente né (E1A).

De forma semelhante, a Associação 02, em sua fundação, representava apenas um bairro de Lavras – Jardim Glória. É evidenciado pelos entrevistados, como objetivo central da organização, o papel de mediação da Associação 02:

Justamente ser um elo entre os poderes constituídos e a comunidade né, é uma forma de fortalecer mesmo, de melhor a representatividade do cidadão perante o poder público, porque toda e qualquer associação representa o todo, ela não representa uma individualidade né, e esse todo tem peso, porque esse todo é que elege, é, na verdade a questão básica é essa (E2A).

Referente ainda às finalidades da associação, no Estatuto Social, são expressas as finalidades desta:

I – Desenvolver o espírito associativo entre a comunidade dos quatro bairros que a constitui.

II – Estimular atividades, eventos e ações que visem à melhoria da convivência e harmonia social, o aprimoramento da consciência cidadã e participativa de toda a comunidade.

III – Manter relações estáveis com todos os níveis dos Poderes Constituídos, tanto na esfera municipal quanto nas esferas estadual e federal, buscando dentro da legalidade alcançar seus objetivos.

IV – Apoiar e mediar todas as ações populares, buscando sempre a retidão e lisura apoiando-se nas leis que regem nosso país (Estatuto II da Associação 02, fonte: dados de pesquisa, 2014).

De forma semelhante ao ocorrido com a Associação 01, a fundação da Associação 02 também está relacionada à busca de melhores condições de vida para a comunidade:

O grupo que iniciou a associação era composto por pessoas que realmente queriam, dentro das suas limitações e possibilidades, ao mesmo tempo, tentar veicular um

pouquinho de melhoria pro nosso bairro. Naquela época a situação era, em relação à hoje, era bem pior em alguns aspectos: nós tínhamos muitas ruas ainda sem pavimentação. O transporte público era um problema muito sério, o ônibus passava, às vezes levava quase duas horas, duas horas e meia, era um ônibus só, sabe? Ele saía da Lavrinha ia até a Plim, depois voltava, aí começou a ter demanda e eles colocaram mais um. A feira livre foi uma conquista nossa, a iluminação da praça, a própria instalação da praça ali foi através do trabalho da associação. Na época a gente não tinha loteria, não tinha banco (E2D).

O Secretário da Associação 02, um membro fundador, relata que, desde a criação da associação, foi dada importância a não ocorrência de influência político-partidária, bem como uma estrutura de cargos diferenciada do convencional (presidencialista):

Eu não tinha noção dessa coisa de Associativismo, sabe? Eu ligava isso aí à política partidária. Aí ela começou a mostrar e pegou lançou essa ideia, que é presidente, vice-presidente, *um membro fundador* falou “ah, desse jeito não compensa não, aí a Associação vai ser Associação do fulano de tal”, sabe? E eu lembro que ele falou “quem quiser se promover vem ser presidente da Associação de Bairro, se a Associação produzir alguma coisa”. Foi a primeira vez que eu ouvi a respeito disso aí, explicou a respeito da coordenadoria, que, o coordenador, ele não manda nada, ele apenas vai acertar o meio de campo, vai ser o mediador, certo? Depois nós fomos montar o estatuto, [...] quem fosse da Associação, se fosse disputar cargo eletivo, não poderia utilizar o nome da Associação e teria que afastar também. [...] Aí começou a fazer as reuniões, acontecendo as reuniões que eram muito boas, muito produtivas (E2D).

A primeira ação da associação, ainda em 1999, foi a realização de ruas de lazer, nas quais eram trabalhados temas como preservação ambiental e saúde: “trouxemos dentistas falar a respeito de saúde bucal. Trouxemos um ginecologista pra falar de prevenção de câncer de colo de útero e de mama, trouxemos um urologista pra falar de câncer de próstata” (Secretário da Associação

02). Também ocorreram apresentações de música clássica e popular. Tais eventos ocorreram paralelamente às negociações com o poder público e vindas de melhorias para a comunidade.

Conforme relatado, a associação contava com grande adesão popular e, a partir da primeira eleição, realizada em 2001, o grupo de fundadores acabou por se afastar da associação, em decorrência de inclinações político-partidárias do Coordenador Geral da época:

Quando aconteceu a primeira eleição, um participante lá, um associado resolveu se candidatar a Coordenador Geral, só que ele era filiado a um partido político e tava em época de eleição, ele pegou, por força do estatuto nosso, ele se afastou, ele acabou não assumindo a coordenadoria e o que estava como vice, como coordenador adjunto, né? Ele assumiu. O que eu sei que ele praticamente acabou com a Associação durante o período que ele esteve à frente aí. Não convidou pra nenhuma reunião, ninguém sabia do que tava acontecendo e ele aparecia na televisão, nos noticiários de jornal, de rádio como líder comunitário, mas nunca fez nada, aí as pessoas que estavam desde o início viram aquilo lá e desistiram (E2D).

Posteriormente ao afastamento da equipe que fundou a Associação 02, não foram realizadas novas eleições para a Diretoria Executiva e a Associação permaneceu durante sete anos inativa, mesmo que seu cadastro na Receita Federal não fosse baixado.

Sete anos ela ficou inativa, sete anos. Perdemos muita coisa com essa inatividade dela. A gente achou as pessoas que assumiram na época, eu não sei por que cargas d'água, eu não posso te garantir, mas deveriam ser interesses diferentes, não deram continuidade, acho que não teve o tino como deveria ter ou o jogo de cintura como deveria ter, porque pra você lidar com a comunidade, uma Associação, ela não pode ter bandeira política, ela não pode ter bandeira religiosa, ela não pode/ ela tem que ser extremamente apolítica [apartidária], você entendeu? E ela tem que receber



todos e todas e respeitar todos e todas na igualdade e na diferença (Coordenador Geral de Bairro da Associação 02).

A iniciativa para a retomada das atividades da associação partiu de moradores (que atualmente exercem cargos na associação) que procuraram membros fundadores da associação. Em razão de seu histórico de participação em movimentos e outros coletivos, viram na Associação uma oportunidade de requerer mudanças perante o poder público local:

O que eu fiz: procurei o *atual Secretário, o atual Coordenador Geral*, procurei outras pessoas e reativamos a Associação, regularizamos toda a pendência com a Receita Federal, pagamos aquela dívida da RAIS que você tem que declarar todo ano e conseguimos até um desconto. Regularizamos a situação, beleza. Aí Lavras, eu não posso te garantir, mas eu tenho quase certeza, aí a nossa Associação e a do Vale do Sol que está devidamente legalizada, as outras eu não tenho como te garantir (E2B).

Eu conversando com a enfermeira lá [do Programa Saúde da Família –PSF] na época, ela falou: “olha, tem uma outra pessoa aí que também tá com umas ideias de projeto”. Aí eu comecei a tentar articulação junto com o pessoal. Tinha um que mexe com campo de futebol e queria um projeto pra criançada e por aí a fora. Aí a gente falou: “opa! Unido a gente tem mais força com esse pessoal”. Aí, o atual Coordenador de Bairro, por esse lado da Associação, fomos atrás desse pessoal, a gente viu, olha, existe uma Associação só que tá inativa, mas existe ela registrada lá na Receita, mas não tá funcionando. Aí conseguimos articular todo esse pessoal que gosta já desse tipo de coisa e voltamos em 2012, aí a gente voltou com a Associação e começamos nessa pressão mais forte junto aos poderes constituídos. Então daí é que nasceu esse interesse (E2C).

A dívida acumulada pela não entrega da Relação Anual de Informações Sociais de cinco anos foi paga mediante arrecadação de um evento realizado na própria comunidade, uma feijoada.

De forma semelhante ao caso anterior, cabe aqui destacar as experiências dos membros da associação em coletivos e movimentos, as quais, de acordo com os trechos anteriormente citados, influenciaram a retomada das atividades, principalmente no Conselho Municipal de Saúde e o Projeto Planeta Azul:

Eu procurei participar de conselho, de conferências, de Associação. Antes de tudo isso, nós criamos a Associação dos Diabéticos, [...], da qual a gente funcionou por um período aí de uns três, quatro anos fazendo um trabalho preventivo. Eu achando o meu tempo ocioso, não tendo o que fazer, eu, como utilizo muito a área da saúde [...] eu fui vendo que eu tinha que estar em algum movimento reivindicando melhorias na área da saúde. Aí eu fui pro Conselho Municipal de Saúde (E2B).

Até então nunca tinha nenhuma pretensão, nem nunca tinha tido nenhum envolvimento com nenhuma Associação em nada, né? Eu nasci aqui, naquele canto do *bairro*, me criei ali e dali só saí quando *tava* trabalhando, né? [...] Quando me aposentei em 2007, aí foi que eu comecei a ficar mais preocupado com a situação da nossa matinha lá no *bairro*, né? Uma vez que nasci naquele canto ali, então sempre foi um xodó pra gente aquele canto. Desde aquela época, pra você ver, em 1993 eu já tinha encaminhado uma... um ofício na época pra *prefeita* [...]. Eu já tinha encaminhado um ofício pedindo pra poder fazer um estudo, de verificar qual a probabilidade de colocar um parque ou de preservar o que a gente tinha lá naquele canto (E2C).

Quanto à estrutura e hierarquia dos cargos da Associação 1, a forma de organização escolhida pelos fundadores segue o padrão de um regime presidencialista, os cargos existentes que compõem a diretoria executiva e as funções a eles atrelados são apresentados no quadro 5.

<b>Cargo</b>	<b>Funções</b>
Presidente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Representar bem a Associação Comunitária ativa, passiva, judicial e extraordinariamente, em juízo ou fora dele, sempre com probidade exemplar.</li> <li>- Assinar cheques com o Tesoureiro ou seu representante.</li> <li>- Representar a Associação junto às Repartições Públicas, Federal, Estadual e Municipal.</li> <li>- Assinar documentos em conjunto com o diretor que for competente para tratar do assunto.</li> <li>- Convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria- Executiva.</li> <li>- Convocar e instalar as reuniões do Conselho Deliberativo.</li> <li>- Convocar e instalar as sessões da Assembleia Geral, ordinária e extraordinariamente.</li> <li>- Constituir comissão designando Diretores ou Sócios para composição e dando-lhes a competência administrativa.</li> <li>- Assinar convênio e termo de comodato, após análise jurídica pela diretoria.</li> <li>- Propor a elaboração de projetos na jurisdição da Associação, que visem a melhorar a qualidade de vida da população.</li> <li>- Assinar diplomas e certificados em conjunto com o secretário; e</li> <li>-Propor os nomes dos sócios honorários e beneméritos.</li> </ul>
Vice-presidente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Substituir o Presidente e exercer com probidade as atribuições deste; e</li> <li>- Desincumbir-se de outras atividades propostas pelo Presidente.</li> </ul>
1º Tesoureiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assinar cheques em conjunto com o Presidente ou seu substituto legal.</li> <li>- Receber as doações e subvenções feitas à Associação.</li> <li>- Emitir recibos de quitação nas mensalidades pagas pelos associados.</li> <li>- Elaborar trimestralmente o Balancete Financeiro, com a aprovação pela Diretoria - Executiva e o Conselho Deliberativo.</li> <li>- Representar a Associação nos assuntos financeiros.</li> <li>- Movimentar contas bancárias, estando sempre apto a prestar contas das mesmas a qualquer momento junto aos Diretores, Sócios e aos Poderes Públicos.</li> <li>- Atuar junto aos demais Diretores.</li> <li>- Manter sob sua guarda os livros de contabilidade.</li> <li>- Desincumbir-se de outras atividades propostas · pelo Conselho Deliberativo e Presidente da Diretoria – Executiva.</li> </ul>
2º Tesoureiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Substituir o 1º Tesoureiro quando necessário.</li> </ul>

Quadro 5 Cargos e respectivas funções da Associação 01 de acordo com o Estatuto

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

(...continua...)

## “Quadro 5, conclusão”

1º Secretário	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter sob sua guarda a Administração da Associação.</li> <li>- Elaborar a correspondência da Associação.</li> <li>- Assessorar o Presidente e demais Diretores nas atribuições que forem solicitadas.</li> <li>- Administrar a secretaria da Associação, mantendo todos os documentos em perfeita ordem e em condições de manuseio.</li> <li>- Atuar sempre com respeito em relação aos associados.</li> <li>- Substituir o Diretor- Tesoureiro nos seus impedimentos legais.</li> <li>- Desincumbir-se de outras atividades que lhe forem propostas pela Diretoria – Executiva.</li> </ul>
2º Secretário	- Substituir o 2º Tesoureiro quando necessário.

Além da Diretoria Executiva, a Associação 01 ainda conta a Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação e Conselho Fiscal, responsável por averiguar as atividades desenvolvidas pela Diretoria Executiva.

Após a retomada das atividades, em 2014, foram feitas modificações no Estatuto da Associação 02, para atualizar os cargos, bem como acrescentar a atuação dela em outros três bairros limítrofes. As coordenadorias, estipuladas na fundação, foram mantidas e os cargos existentes no Estatuto antigo, bem como os cargos definidos pelo Estatuto de 2014, são apresentados a seguir.

<b>Cargo</b>	<b>Funções</b>
Coordenador Geral	Representará a Associação ativa e passivamente em Juízo e fora dele. Promover todas as Diretorias de apoio político e administrativo, para o cumprimento de seus programas e mandatos. Propor iniciativas e ações no interesse da Associação e da Comunidade representada, com a qual deverá manter permanente contato e diálogo, inteirando-se dos problemas, sugestões e insatisfações da comunidade;
Coordenador Geral Adjunto	Coordenaras demais diretorias entre si e entre estas e o Coordenador Geral. Manter atualizada a agenda de serviços e de programação da Coordenação Geral e das equipes, atualizando a cada reunião o andamento dos diversos programas e diversos projetos de trabalho. Competirá ainda sempre que solicitado pelas demais Equipes, as providências para o relacionamento externo dos diversos setores da Associação.
Coordenador Administrativo	Compete toda a organização administrativa da Associação notadamente referente a fichários, atas, correspondências, convites, registros sociais, emissão de carteiras sociais e métodos administrativos, cabendo-lhe lavrar a ata de cada reunião.
Coordenador Financeiro	Compete-lhe toda a organização financeira e contábil da associação. Propor iniciativa e projetos para arrecadação de recursos extras e apoio financeiro, a programação das demais Equipes, bem como o controle de cobranças das contribuições sociais. Gerir as contas bancárias assinando cheques, recibos e documentos contábeis juntamente com o coordenador geral.
Coordenador de Comunicação e Divulgação	Divulgar, por meio de jornal comunitário, as atividades da Associação e promoção de pesquisas sobre seus trabalhos Manter contato com a imprensa e órgãos de divulgação em geral, sobre as atividades da Associação.
Coordenador de Meio Ambiente	Diligenciar para permanente preservação de nossas ruas, criando estímulos e campanhas para sua permanente manutenção e desenvolvimento. Zelar pela manutenção ecológica e do sadio meio ambiente do bairro.
Coordenador de Cultura e Eventos Sociais	Responsável pela promoção e desenvolvimento de atividades culturais e socais, visando ao congraçamento comunitário.

Quadro 6 Cargos da Diretoria Executiva, e respectivas funções, da Associação 02 de acordo com o Estatuto de 1999

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.

(...continua...)

“Quadro 6, conclusão”

<b>Cargo</b>	<b>Funções</b>
Coordenador de Trânsito e Segurança	Levantar todas as necessidades do bairro no setor, notadamente no que diz respeito ao transporte público, sinalização, poluição sonora e ambiental. Manter contato com o DETRAN para os atendimentos necessários.
Coordenador de Esportes	Compete-lhe a promoção e desenvolvimento de atividades esportivas.
Coordenador de Obras e Conservação	Compete-lhe manter atualizado o relatório de todas as necessidades do Bairro, no setor de novas obras, de manutenção e conservação dos logradouros e bens públicos em geral. Definir planos e projetos para execução dessas necessidades, mantendo permanente contato com as autoridades do setor.
Coordenador de Relações Comunitárias	Estabelecer difusão dos propósitos da Associação junto à comunidade, fazendo campanha de esclarecimentos e de engajamento, visando aprimorar a qualidade de vida urbana do bairro, incentivando a criação ou mudança de usos e costumes por meio de representantes de rua.
Assessor Jurídico	Apoiar juridicamente os interesses dos órgãos das coordenadorias da Associação. Acompanhar processos na justiça e emitir parecer de sua competência.

<b>Cargo</b>	<b>Funções</b>
Coordenador Geral	Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva e das Assembleias Gerais. Representar a Associação ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente ou nomear representante em caso de impossibilidade destas obrigações. Assinar conjuntamente com o Tesoureiro, todos os documentos que envolvam obrigações e compromissos da Associação. Rubricar os livros e documentos da Associação. Executar e fazer executar as decisões tomadas pela Assembleia e Diretoria Executiva. Delegar poderes expressos a outros membros da Diretoria Executiva. Exercer outras e eventuais funções/atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral e Diretoria Executiva.

Quadro 7 Cargos da Diretoria Executiva, e respectivas funções, da Associação 02 de acordo com o Estatuto de 2014

Fonte: Estatuto de 2014 da Associação 02.

\*Cargos sem descrição no Estatuto

(...continua...)

## “Quadro 7, conclusão”

<b>Cargo</b>	<b>Funções</b>
Coordenador Geral de Bairro (4)	Substituírem o Coordenador Geral sempre que se fizer necessário. Auxiliarem o Coordenador Geral no cumprimento de suas atribuições. Exercerem as atribuições que lhes sejam conferidas pela Diretoria.
Secretário	Redigir e ler as Atas das reuniões das Assembleias Gerais e da Diretoria Executiva, assinando-as após aprovadas, conjuntamente com o Coordenador Geral. Controlar, supervisionar a guarda de documentos, livros, registros, papéis e arquivos da Associação. Supervisionar a correspondência, os serviços de comunicação e de divulgação da Associação, mantendo-os em dia. Fazer os avisos para as reuniões internas ou externas.
Tesoureiro	Administrar conjuntamente com o Coordenador Geral ou seu representante substituto as finanças da Associação. Propor à Diretoria Executiva o orçamento anual e prestação de contas de cada exercício. Emitir cheques e títulos, assinar contratos, outorgar garantias, sempre em conjunto com o Coordenador Geral. Acompanhar atentamente a ação/atuação da Diretoria Executiva, em especial a elaboração do Relatório Anual de Atividades, planos de gestão, orçamento, programas e afins. Prestar contas do setor e atividades financeiras, contábeis à Diretoria Executiva e Social. Ter sob suas ordens e controle do caixa e os serviços da contabilidade, escrituração e organização dos Balanços Anuais e Balancetes mensais. Apresentar à Diretoria Executiva e Assembleia Geral as demonstrações de receita e despesas da Associação.
Coordenador Social*	-
Coordenador de Meio Ambiente*	-
Assessor Jurídico*	-
Assessor Contábil*	-

As principais mudanças quanto aos cargos se referem à existência de 4 coordenadores gerais de bairro, um para cada bairro representado pela

Associação 02, visando aproximar os 3 bairros inseridos posteriormente. Percebe-se, também, a extinção de cargos, como Coordenador de Trânsito e Segurança, Coordenador de Esportes, Coordenador de Obras e Conservação e Coordenador de Relações Comunitárias.

Em ambos os casos, no que concerne à organização do grupo, é unânime entre os entrevistados a percepção do número reduzido de pessoas envolvidas nas atividades da associação e a consequente sobrecarga de funções:

Eu acho que o que acontece, como a associação não funciona com todos os membros né, o grupo que fica assume às vezes até função que não seria dele né, e dentro disso a gente consegue ter uma organização, divisão de tarefas, e algumas ficam mais sobrecarregadas, ou porque tem mais tempo, igual a gente tem aposentados na associação, então se tem que entregar um boletim tem dois lá que é o E1A e o E1B, entrega o boletim, [...], assim, a gente consegue ter uma estrutura para realizar as atividades, mas com esse problema de sobrecarregar algumas pessoas né, como eu disse, eu por exemplo faço o boletim, se nove pessoas tivessem dentro do conselho fiscal poderia ter um grupo fazendo, pra não ficar só a mesma pessoa né, então a gente tem que se organizar sim, se não fica, as coisas acontecem mas não é com, tem, fica meio precário algumas coisas né (E1D).

Então, normalmente é um grupinho de quatro, cinco, já tem momentos que às vezes é mais, tem momentos, se tiver alguma coisa pra organizar e aí você faz uma convocação é comum aparecer um número maior, mas aquela reunião ordinária, que não tem muita coisa, é quatro, cinco sabe, às vezes três: o Presidente, o 1º Tesoureiro. Assim a gente tem um grupo presente né, que é o Presidente, o Tesoureiro, o Secretário, o 2º Tesoureiro (E1D).

Na Associação 2, é encontrada situação semelhante, um grupo reduzido de pessoas que atua diretamente na associação, apesar de um número maior de cargos, o grupo cuja atuação é constante, também, é reduzido, o que pode vir a comprometer a organização e divisão das tarefas:



[...] a organização até não tá 100% ainda não. A gente vê que tem alguns que tá realmente à disposição, que se dedica um pouco mais e tem outros que fica na sombra, né? Você vê que a gente faz os convites e não consegue um quórum legal pras nossas reuniões. Mas, de maneira geral, aqueles que se dispuseram a arregaçar a manga têm feito o serviço e tem dado resultado (E2C).

Considerando as circunstâncias acima mencionadas, podem ocorrer desgastes no relacionamento entre o grupo, bem como comprometimento das atividades planejadas:

Então é muito normal até de ter um período e tal e às vezes aquilo que a gente pensou em fazer não fez, ou às vezes aquilo não está acontecendo, ou dá essas diferenças um com outro às vezes, às vezes dá esse desequilíbrio, mas aí passa às vezes numa outra reunião as coisas já começam a fluir outra vez. Então por exemplo, mesmo nesta gestão, a gente um período até meio esquisito sabe, e, mas agora parece que tá surgindo umas novas coisas e fluiu outra vez (E1A).

Cabe ressaltar que, desde sua criação em 2001, a Associação 01 nunca teve suas atividades descontinuadas, mesmo em contextos políticos em que a mediação entre comunidade e prefeitura tornou-se difícil. O grupo, embora pequeno, traz relações com outras entidades representativas e militâncias, o que, na visão dos entrevistados, contribui para o fortalecimento da associação. Destaca-se a experiência dos entrevistados E1B e E1D, o primeiro por interagir com diversos coletivos e o segundo pela experiência como sindicalista, conforme apresentado nos trechos a seguir.

Eu comecei a me envolver com grupos na igreja, desde menina ainda, criança, grupo do coral, essas coisas, a gente sempre fazia alguma atividade, depois pra grupo de jovens na igreja com uma visão mais pra caridade [...] e do grupo de jovens eu passei, conheci um pouco mais de política... bom o grupo de jovens na igreja, a pastoral da juventude, aí fiz uma opção partidária, aí conheci outros movimentos de

mulheres, por igualdade racial, e fui me inserindo né. A Associação de Moradores ela chegou depois do grupo de jovens, do grupo de mulheres, do grupo de movimento por igualdade racial; foi depois dessa experiência nesses grupos é que eu cheguei na associação de moradores né. [...] Acho que foi um aprendizado de família e depois o meu envolvimento com a política mesmo que me levou a ter uma visão mais ampla sabe, então assim, eu acabei no trabalho dos grupos (E1D).

Eu já tenho uma experiência não só com a associação, mas como sindicalista né, que trabalha em grupo é, fui diretor do sindicato dos metalúrgicos né, e, mas aí, propriamente como associação já fui vice-presidente em outra associação de outro bairro, Vila Alzira. A minha história assim ela vem desde o meu pai né, meu pai foi presidente do sindicato rural nos anos sessenta, na verdade nos anos cinquenta né, aí eu já né, naquela época eu era um garotinho e já era uma espécie de fotógrafo dele, ele tirava as fotos das reuniões e tal, desde meus oito anos, dez anos, e aí ele foi preso político e tudo né, a minha família quase, várias pessoas foram presos políticos né, [...] eu acredito que está no sangue, aí desde de pequeno a minha família vem sempre não concordando com o regime que é aplicado no país né, então a gente fica né, na verdade a gente é meio comunista, e aí quando surgiu a oportunidade de eu participar do sindicato que eu fui convidado, eu achei que já estava na hora né, eu já estava com mais de quarenta anos, falei “Ah, já é hora de eu contribuir né” (E1B)

Dado esse histórico de participação em outras coletividades e movimentos sociais, também é repassada ao entrevistado E1D a incumbência de articular e negociar com o poder público em reuniões agendadas.

Eu participo de todas as reuniões que eu, que a associação tem com o chefe de executivo, com o chefe de secretaria, [...], normalmente eles me chamam pra questão da articulação mesmo, da negociação né, como eu tenho uma experiência grande com movimento, aí acaba fazendo essas coisas também na associação (E1D).

Complementarmente é destacada a importância de um grupo capaz de fazer a mediação entre os interesses/demandas da comunidade e o poder público local. Dessa forma, o grupo torna-se verdadeiramente representativo da comunidade.

Não adianta você ter um presidente só, então tem que ter uma liderança, mas tem que ter uma liderança no conjunto né, porque as pessoas reivindicar, só o presidente só não adianta nada não, então você tem que ter um grupo bom, forte, que saiba fazer reivindicação, que sabe pressionar o poder público né (E1B).

Fica evidente nas colocações dos entrevistados a necessidade de atuação de um grupo de tamanho considerável e, além dessa quantidade, é ainda mais importante a atuação qualificada dos associados, o que é visto no histórico de participação em coletivos e militância dos membros da Associação 01. Em seguida é apresentado como se dá a participação da comunidade na associação, bem como os processos comunicativos e levantamento de demandas.

#### **4.2.2 Relação entre associação e comunidade representada**

Quanto à comunidade representada, destaca-se a participação na associação, comunicação entre associação e comunidade e reivindicações atuais da comunidade.

Primeiramente, é evidente uma visão negativa da participação da comunidade nas atividades da associação, em virtude do pequeno número de moradores que participam das reuniões, bem como a visão que moradores podem possuir da associação, não entendendo seu papel de mediação e relacionando a ocupação de cargos em associações como forma de promoção pessoal, para:

Tem gente que acha que a associação é pra dar as coisas, não é assim, fazer uma assembleia, discutir. E foi tirado ser levado pro poder público né, eles acham que tem que correr atrás e tal, “Ah, pegar dinheiro do governo”, objetivo não isso (E1B).

Outra coisa que as pessoas muitas vezes falam é assim: “Ah, mais aí o cara entra na associação só pra se candidatar como vereador depois”, e isso não é uma verdade, a pessoa entra e às vezes é uma consequência, pode ter aqueles que entram com essa intenção mesmo, eu mesmo já conheci gente falando “Ah, agora eu quero entrar porque eu estou com uma intenção, então eu preciso”, mas normalmente é o contrário, a sua militância, uma hora eles falam “Ah , não quer ser vereador (E1D)?

Ninguém participa não, mesmo que eles sabe que tem é muito difícil aparecer alguém e tal, às vezes eles te cobram na rua né, se precisam de alguma coisa eles te cobram na rua mesmo e tal, mas reunião mesmo, de chegar e pedir e falar e tal é muito difícil. Já aconteceu, mas é muito raro, e não têm, eles têm muito assim “ah, vamos lá ver o que tá acontecendo” (E1A).

Percebe-se, portanto, um caráter normativo, no que deveria ser a atuação da comunidade, como em: “eu acho a participação poderia ser melhor, que a comunidade poderia usar mais da gente, usar mais a associação, e inteirar mais, mas não quer” (E1A). Ainda assim, é possível notar o caráter contingencial da participação da comunidade, em eventos e ocasiões que dizem respeito a demandas tidas como importantes da comunidade, como nas reuniões feitas para a criação de uma rede de vizinhos protegidos:

Nem quando você entrega, quando a gente entrega o boletim, o boletim informativo e coloca contato, que pode ligar, que pode né, normalmente não retorna né, as vezes, recentemente a gente organizou um curso [de artesanato] pra garotada, ficou aí esperando inscrição... Uma das jovens do bairro ofereceu para fazer pros outros, não, quando a gente foi, conversou coma polícia militar porque alguns moradores queriam um programa que tem aqui de rede de vizinhos, nossa! Choveu de gente né (E1D).

Tal situação também é evidenciada na única eleição da Associação 01, em que houve chapa concorrente, os entrevistados relatam que participação de moradores nas eleições, mesmo que amplamente divulgadas, não ultrapassava cem votantes, essa eleição, ocorrida em 2011, foi exceção:

No primeiro ano que eu concorri lá, eu já tava na associação dois anos como voluntária né, eu já me sentia como membro até né, mas a gente fez a eleição e fizemos essa reunião ampla, foi um grupo lá e falou que queriam entrar, mas já tinham um grupo fechado, então a gente não vai fazer junto nem nada, aí nós pensamos “a gente não concorre né ou a gente faz?”, mas aí nós achamos por bem concorrer, porque veio um grupo da igreja, de uma igreja, eram todos da igreja, o pastor era o presidente e tal e tal, tudo, [...] que já estávamos nós pensamos: “Estranho né, só da igreja e tudo assim”, aí nós resolvemos concorrer e montamos chapa e aí nós conseguimos eleger, mas da última eleição só teve a gente, dois anos atrás, um ano e meio, só teve a gente(E1D).

Ressalta-se, mais uma vez, que a participação dos moradores não é constante, nem quantitativa, nem qualitativamente, ela é condicionada por fatores e situações específicos, como a possibilidade de criação de uma rede de vizinhos protegidos ou uma eleição em que concorreram duas chapas, conforme apresentado anteriormente, ou seja, assuntos de grande motivação ou de grande interesse da maioria. A dificuldade apresentada pelos entrevistados refere-se ao cotidiano, às reuniões e eventos costumeiros, nos quais se percebe baixa presença dos moradores do bairro.

É percebido pelos membros da Associação 02 que o reconhecimento da organização como uma das representações da comunidade com representantes eleitos e voluntários é um trabalho em progresso, por causa, justamente, do fato de que a Associação esteve inativa por sete anos, dessa forma os eventos e ações da associação atualmente também têm a função de legitimá-la diante da comunidade:

[...] quando foi pra retomar lá em 2011 foi bem mais difícil, bem mais complicado, *tava* já bastante desacreditado a coisa. Agora, hoje em dia, o pessoal já cerca a gente na rua: “ah, você é da Associação”, quer dizer, então já passaram a reconhecer (E2C).

É notável, como no caso 01, a percepção dos associados sobre a participação da comunidade na associação, evocando um ideário de participação, necessário para o desenvolvimento da comunidade:

No dia que a gente foi fazer a alteração do nosso estatuto, nós elaboramos um edital, divulgamos no nosso informativo, comunicamos na rádio ou nas rádios. Fizemos uma convocação, entre aspas, pelo carro do *atual Coordenador Geral*, porque, normalmente, todo e qualquer evento eu e o *Coordenador Geral*, ou o *Coordenador Geral* sai no carro dele convidando a comunidade. Então a adesão é muito pequena. Precisamos sim de mais adesão, mais participação da nossa comunidade diretamente na Associação, que se não participar diretamente, que pelo menos fazem parte das reuniões, dos eventos que a gente realiza, que apoia a Associação quando vai reivindicar alguma coisa de melhoria pros nossos bairros (E2B).

Dessa forma, semelhante ao percebido no caso 01, a participação da comunidade varia de acordo com situações específicas e contextos de grande motivação e/ou grande interesse. Isso pode ser percebido, neste caso específico, por meio dos eventos relacionados a datas comemorativas e, também, dos problemas advindos da atividade mineradora em um dos bairros:

Com relação a evento a gente não pode reclamar de participação não, é só realmente participação na associação de forma ativa mesmo né que eles não participam (E2C).

Destaca-se a importância de um incidente, ocorrido em 02 de junho de 2014, no momento de uma operação de desmonte de rocha com detonação em bancada, que ocasionou o lançamento de uma pedra de, aproximadamente, 15

quilos que causou danos em uma residência de um dos bairros representados pela associação (GRUPO..., 2014). Desde então, os moradores deste bairro, por meio de uma comissão, tem participado das reuniões ordinárias e das reuniões feitas com o poder público para evitar a ocorrência de novos incidentes. Assim, os moradores do referido bairro, participam de ações específicas:

[...] essa comissão ela é um caso à parte né, não significa que eles participam de todas as reuniões, de todos os assuntos; eles participam daquilo que está convindo pra eles no momento que é o assunto da pedreira (E2A).

Quanto à comunicação na Associação 01, o meio mais utilizado é a distribuição de boletins a fim de divulgar as ações da associação. É relatada, também, a existência de um informativo, sem periodicidade definida, com o mesmo objetivo dos panfletos distribuídos:

Tudo que a gente vai fazer a gente divulga com panfletinho que a gente mesmo faz, só que se você, todo mundo sabe que a gente é uma associação, com eleição, com participação até razoável, mas, quando você quer ter uma reunião, uma integração maior com a população depende muito do assunto sabe (E1D).

Por exemplo, Quinta-feira diz que vai ter uma reunião, o pessoal da UFLA vai vir, Engenheiros Sem Fronteiras, [...] e a gente vai sair amanhã e quarta de casa em casa, levando os panfletinho e tal pra ver se o pessoal vai participar (E1A).

Além disso, outras formas de comunicação para os moradores são feitas, como entrevistas e divulgações no rádio. Ainda assim, o informativo é colocado como melhor forma de comunicação entre associação e moradores:

Sempre é assim, você sempre tenta divulgar da melhor maneira possível entendeu, ou quando tem alguma coisa, de vez em quando eu vou também entendeu, dar umas entrevista no rádio lá, falar alguma coisa, o que que a gente

fez, ou conseguiu, sempre tenta assim sabe. Mas eu acho que o jornal a gente tem que tentar reativar ele novamente, que é uma maneira, que eu acho que é a melhor maneira entendeu, ter o jornalzinho correndo aí de mês em mês, todo mês tendo o jornal eu acho que já é alguma coisa né (E1A).

Quanto à comunicação na Associação 2, destaca-se a existência de um informativo mensal, no qual são trazidos os últimos acontecimentos da comunidade, ofícios enviados à Prefeitura e outras informações sobre a atuação da Associação 2. Além disso, matérias de caráter mais lúdico ou motivacional, ou ainda relacionadas ao histórico dos bairros, também, são apresentadas, como receitas, horóscopos e estórias sobre moradores e personalidades da cidade.

O informativo é patrocinado pelas empresas locais e tem uma tiragem de 2.000 unidades e o Coordenador Geral de Bairro é um dos responsáveis pela sua realização: “Eu e a minha esposa somos os responsáveis pra buscar patrocinadores, anunciantes e pela distribuição, tanto nos patrocinadores, quanto na nossa comunidade” (Coordenador Geral de Bairro da Associação 02). Os outros membros da associação, entrevistados também, contribuem com o informativo, por exemplo, a coluna de homenagens é escrita pelo Secretário. Mesmo sendo o ponto central da comunicação associação-comunidade, outros meios são utilizados, como carro de som para eventos a serem realizados no bairro e entrevistas na rádio local.

Em sentido oposto, os membros da Associação 1 entrevistados, dizem não enfrentar problemas e são procurados pelos moradores, quando é necessário levar alguma demanda ao poder público. Os membros da associação, que são aposentados, dizem dispor de mais tempo para conversar com os moradores e ver quais são as demandas da comunidade e eles, também, são os responsáveis pela distribuição dos panfletos.

As demandas levantadas pelos membros da associação, principalmente aqueles que têm maior contato com a comunidade, referem-se, em grande parte,



a ações que deveriam ser realizadas com maior frequência pela Prefeitura, que acabam gerando incômodos para a população, como recapeamento do asfalto, troca de lâmpadas de postes, cuidados com praças, etc. Demonstram que para que sejam feitas, é necessária a intervenção da associação:

Agora a gente vive uma coisa assim, limpeza da praça, a gente tem uma praça, a limpeza só acontece se associação pedir, não tem um planejamento sabe, então é assim, aí a gente fica fazendo essas funções assim também, igual, já faz três meses que não houve limpeza da praça e o mato já está desse tamanho (E1D)!

Existem ainda outras demandas, projetos que demandam muitos recursos públicos para sua realização, como a construção de uma rede de captação de água pluvial, abertura de um túnel para facilitar o acesso à zona norte da cidade, construção da sede própria do PSF do bairro e reforma da quadra do bairro. Os entrevistados relatam com clareza as demandas existentes e reconhecem os entraves existentes para que tais obras sejam realizadas:

A principal que eu acho aqui é a captação de água pluvial, que esse bairro foi projetado e fizeram o asfalto, mas não fizeram a captação de água, ou seja, boca de lobo, essas coisas, então não tem; essa é uma demanda que a gente vem batendo há muito anos né, lutando com o poder público, estava até começando a engrenar uma negociação com a prefeitura anterior, que foi deposta, porque esta é uma demanda que requer muito dinheiro, e tempo e, [...] A gente conseguiu fazer uma rua, uma rua só que já tem captação de água, e nós temos quatro ruas é, horizontais, que são as que chegam no bairro né, que elas não tem captação de água e como aqui é muito alto né, [...] Nós temos uma outra demanda que é abrir um túnel que tem, que divide o *bairro* com o bairro Bela Vista né, que vai pra zona norte aqui, que não tem saída de ônibus, [...] pra você ir até a UFLA você tem que pegar dois ônibus, tem que ir até o centro e depois pegar outro, porque pra cá não passa, se você tiver que ir pra COFAP, por exemplo, pro distrito industrial, você tem que dar a volta, você tem que ir até lá em baixo e pegar outro,

porque os ônibus não passam aqui, essa então é outra demanda, abrir um túnel aqui (E1B).

Quanto à comunidade se comunicar com a Associação<sup>2</sup>, também existem meios diversos. Os contatos dos membros da Associação 2 são amplamente divulgados no informativo mensal, além de ter sido criada uma página no *Facebook*, em que os moradores podem se comunicar diretamente com os membros e comunicar demandas da comunidade:

A gente criou lá a página lá no *Facebook*, mas eles não gostam de fazer denúncia lá, às vezes. Te liga, né? Por exemplo, a gente teve um problema lá no Campestre III, o cara tava com uma cratera em frente a casa lá. Eles pegam, eles te ligam, pra poder te passar o endereço, tal, pra você ir pra Associação, pegar, fazer o ofício, encaminhar pra departamento competente da Prefeitura. Por exemplo, outros, às vezes, já filmam o negócio, encaminham pelo *Facebook*: “olha, aqui precisa de uma calçada” (E2C).

Várias das reivindicações da comunidade, representada pela Associação 2, concentram-se em problemas colocados pelos entrevistados como cotidianos, principalmente relacionados à mobilidade urbana: ruas sem calçadas ou com calçada irregular, buracos no asfalto, lotes a serem limpos, bem como necessidade de redutores de velocidade. As demandas maiores estão relacionadas à criação de um parque ecológico nos bairros e dos problemas relacionados à mineração de granito feita próxima aos bairros, as quais são tratadas com mais detalhes a seguir, no tópico de relações e parcerias e de relações com o poder público.

### **4.2.3 Relação entre associação, Poder Público Local e demais entidades da sociedade civil**

Percebe-se que a Associação 01, por meio de seus membros, consegue se relacionar com um série de atores, a fim de atingir seus objetivos de mediar a relação entre comunidade e Prefeitura, bem como trazer melhorias para os espaços públicos do bairro, como praças e quadra. A rede de relações desenvolvida é apresentada na figura 03 e discutida posteriormente. Ressalta-se que a maior parte das relações, presentes na figura 03, são propiciadas pelo entrevistado E1D(CMPIR, UFLA-GEDIM, PT, Galha Azul, Deputado Federal, Pastoral da Criança e Igrejas do bairro), cujo histórico de participação em coletivos e atuação em movimentos sociais garantem uma série de vínculos que podem ser utilizados pela associação.

Cabe destacar que existem vários laços e que cada um apresenta diferentes finalidades dentre as práticas da Associação 1. Inicialmente, dada a ligação com o entrevistado E1A, a importância da relação com as igrejas locais é destacada, como forma de divulgar as reuniões e eventos no bairro.

[...] qualquer hora que a gente for fazer uma assembleia, a gente já começa por lá [igrejas], [...] então a gente vai e já faz os avisos por lá, então você tem essa abertura, a gente não perdeu ela não; [...] a associação sempre foi aberta, todas as entidades que foram lá procurar ela é aberta (E1A).

Ainda referente à comunicação, as empresas locais são as patrocinadoras do informativo da Associação 01 e também patrocinam de ações como a revitalização de praças: “o outro projeto também é recuperar essa praça, ajeitar mais ou menos uns bancos sabe. [...] a gente ganhou os bancos das firmas da cidade” (E1A). Dessa forma, a Associação desenvolve ações para melhorar as condições dos espaços públicos do bairro, sem, necessariamente, recorrer ao

poder público local. Isso também pode ser visto no projeto de reforma da quadra:

A gente está tentando uma verba federal com um deputado [federal] aí, está aguardando só o projeto da prefeitura pra liberar uma verba de gabinete, uma verba federal, pra gente recuperar ela né. Aí a proposta seria trabalhar com as crianças nessa quadra, assim que ela tiver bem arrumadinha acho que eu vou retomar as minhas forças e vou, e vou tomar mais um tempo da minha vida pra fazer um trabalho voluntário com as crianças (E1B).

[...] a quadra a gente tá com um projeto, tem um deputado aí que tá, interessou em transformar aí essa quadra sabe? Não é nada oficial, às vezes fica, a gente mandou um ofício agora pra prefeitura né, o *deputado federal*, ele tá pra conseguir pra gente recuperar essa quadra aí (E1A).

Outros projetos também são desenvolvidos com outros atores, como reuniões feitas com os Engenheiros sem Fronteiras e a comunidade para a apresentação de possibilidades de criação de hortas comunitárias, hortas caseiras, reutilização de água e alternativas para questões ambientais.

Há parceria também entre a Associação 01 e a Polícia Militar, órgão público supervisionado pelo Ministério da Justiça, no desenvolvimento do projeto de Rede de Vizinhos Protegidos, o qual contou com ampla participação dos moradores no processo de criação da rede, conforme apresentado no subtópico anterior.

Quanto às parcerias e relações feitas entre associações de moradores, percebe-se que elas, muitas vezes, resumem-se à participação em eventos e comunicações acerca de projetos já desenvolvidos:

[...] qualquer inauguração a gente convida as outras associações para participarem das inaugurações e têm os contatos né, a gente tem contato mais com a *Associação 02* que é, aqui em Lavras tem muito pouca associação que é oficializada mesmo, [...] que tem o registro de utilidade

pública, a grande maioria existe, mas existe sem ter a documentação (E1B).

[...] além de ter esse contato com outras associações, a gente é convidado pra dar palestra também, [a gente] tem mais experiência né; convida: “vai lá no nosso bairro, a gente vai...” No ano passado nós fizemos no, naquele bairro novo lá em cimão, a gente fez então, aí orienta as lideranças mais novas que não conhecem muito de associação, como abrir, como fundar uma associação e tal, como resolver perante o poder público, então, você consegue estar levando, divulgando a sua associação e fazendo que os outros também entendam né que é necessário ter (E1B).

De forma semelhante ao encontrado no caso 1, a Associação 02, por intermédio de seus membros, possui uma série de relações com outros atores, sejam eles do Estado ou da sociedade civil. A rede de relações desenvolvida é apresentada na figura 04 e discutida posteriormente. Os laços destacados representam ligações diretas da Associação 02, enquanto os outros laços representam ligações propiciadas pelos membros da associação.

A ligação existente com as empresas locais visa ao patrocínio para o informativo mensal, cuja tiragem de 2.000 unidades é possível, graças as contribuições das empresas, as quais, por sua vez, têm sua logomarca colocada no jornal, na área destinada a propagandas.

Na Escola Francisco Sales é onde ocorrem as reuniões ordinárias da associação, ou seja, o espaço é cedido para a comunidade. A associação também tem representação em dois conselhos gestores de políticas públicas: Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial - CMPIR e Conselho Municipal de Saúde - CMS, em ambos os membros da Associação 2 estão como presidentes. Ainda, relacionada à área da Saúde, estão inseridos no Comitê de Óbito Materno e Infantil e no Comitê de Defesa da Vida, ambos relacionados à Secretaria de Saúde do município e também mantém contato com a Marluz – Pequeno Bosque, uma ONG de atendimento a pessoas carentes portadoras de Câncer.

Recentemente (29/01/2015), a Associação 02, em parceria com a Polícia Militar, realizou a primeira reunião no bairro Jardim Campestre III para a implantação de uma Rede de Vizinhos Protegida.

A Associação 02 também mantém contato com o Ministério Público e a Associação Regional de Proteção do Meio Ambiente – ARPA, em uma ação civil pública, movida contra a empresa que realiza extração mineral em área limítrofe aos bairros representados pela associação, bem como apoio do Núcleo de Estudos em Manejos Unidades de Conservação – NEUC, da UFLA.

acho que a gente pode considerar uma conquista é o trabalho que a gente vem fazendo na coleta de assinaturas do abaixo assinado em relação a pedreira, porque a pedreira realmente causou um desconforto pra comunidade, cada vez que ela chega mais próxima dos loteamentos, das residências, mais desconforto é, na verdade, um pânico. E o ápice pra Associação tomar frente desse movimento de coletar as assinaturas, fazer o abaixo assinado, foi um acidente que aconteceu na casa de seu Jorge. Uma pedra de quase quinze quilos caiu dentro do quintal dele, graças a Deus não teve danos físicos nem nada, só materiais mesmo, mas foi o ápice pra que a Associação iniciasse esse trabalho de coleta de assinatura, que entrasse com uma ação civil pública no Ministério Público, pedindo pra que a pedreira se manifestasse, tomasse providência, fizesse adequações na sua área de trabalho (E2B).

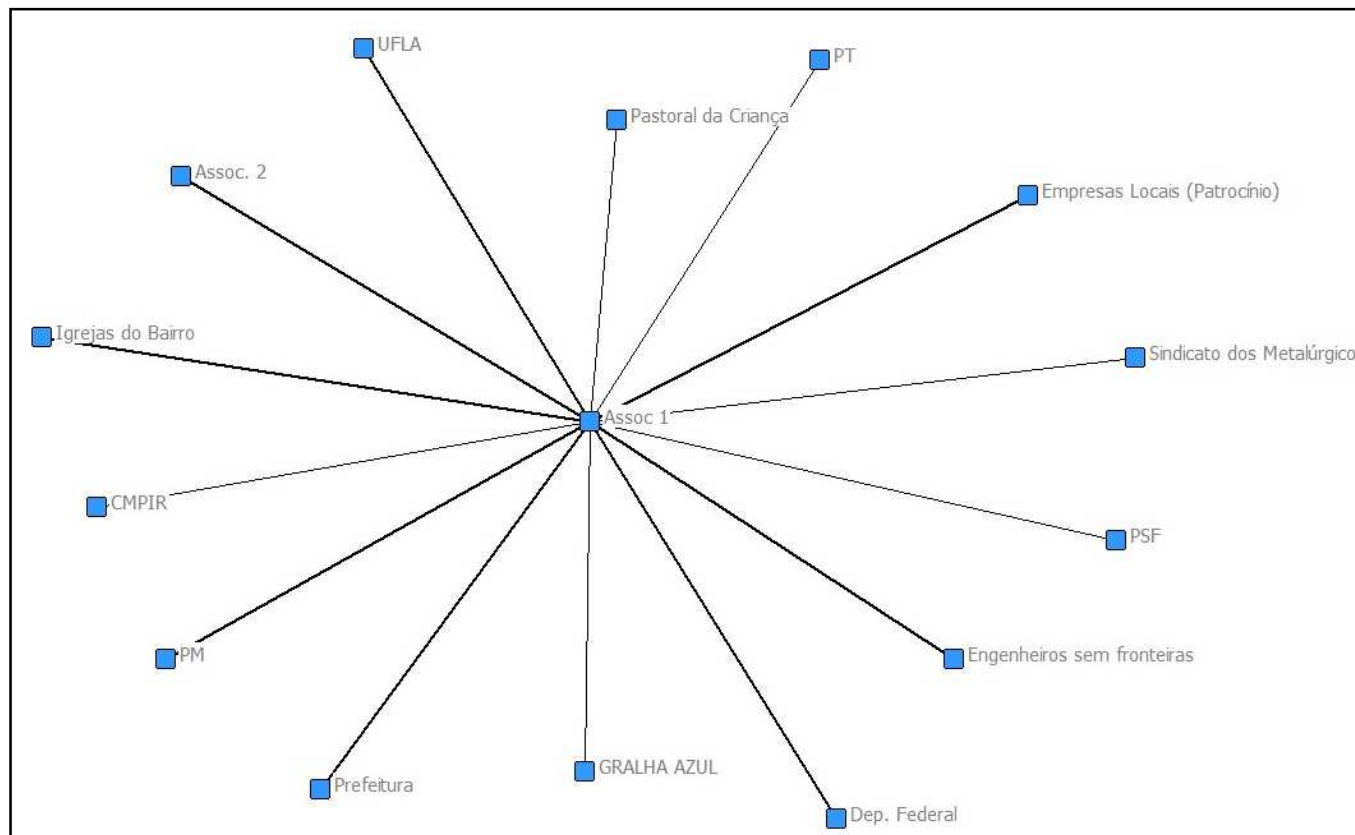


Figura 4 Rede de relações da Associação 01

Fonte: dados de pesquisa, 2014.

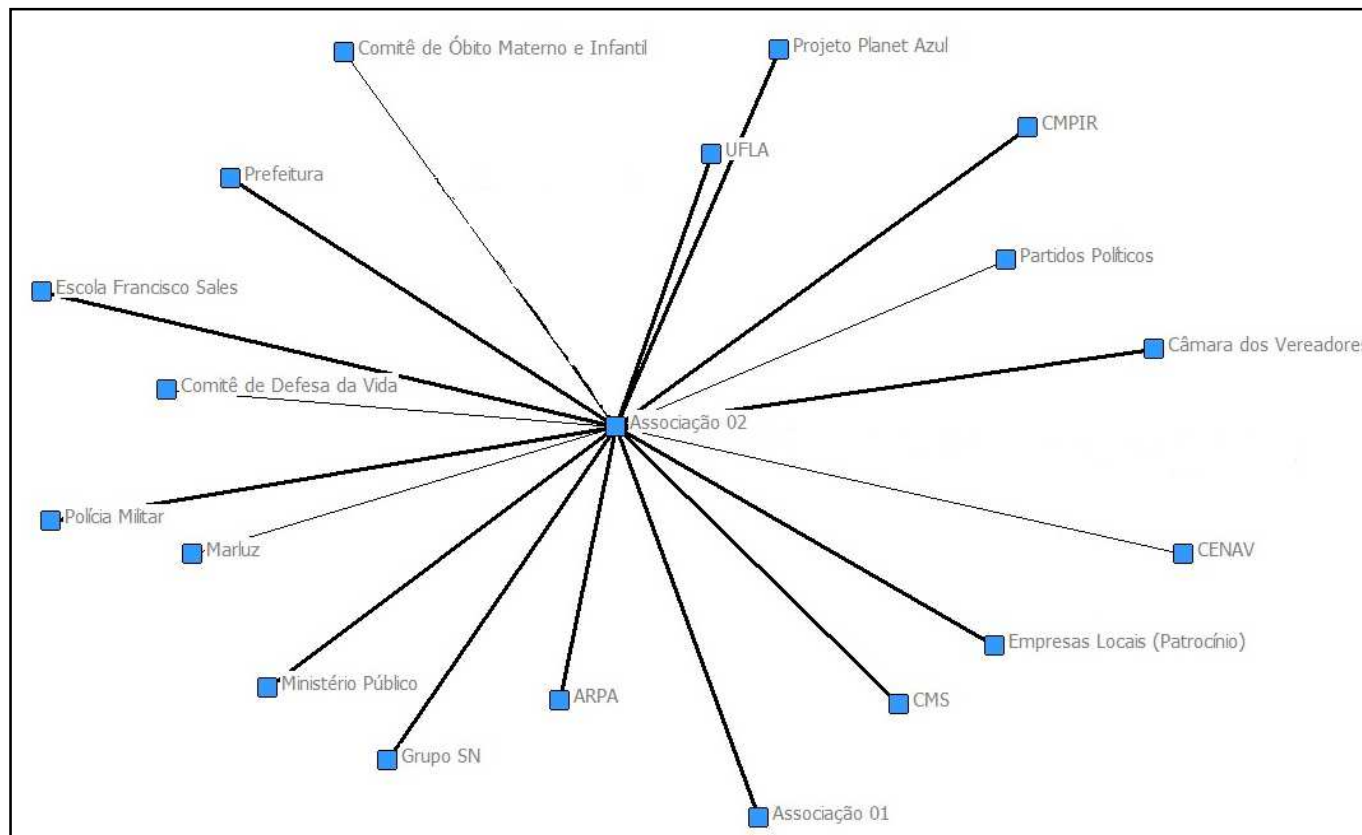


Figura 5 Rede de relações da Associação 02

Fonte: Dados de pesquisa, 2014.



Outro ponto importante a ser descrito é a relação entre associação de moradores e poder público local, uma vez que a mediação dos interesses da comunidade é tida como a função mais importante da organização. Percebe-se na fala dos entrevistados que a atuação da associação é fortemente influenciada pela abertura dada pelo poder público, ou seja, restrições e contingências existem de acordo com a atenção dada às entidades representativas dos bairros. Cabe ressaltar ainda que a representação da comunidade perante o poder público se dá, por meio de negociações e, mesmo que sejam ouvidos, não há garantia de atendimento das demandas:

[...] isso que, tem sido esse o papel nosso, e eu diria assim, pra conversa, pra negociar a gente é sempre bem aceito, a gente não pode falar que foi recusado, nunca aconteceu, porém os objetivos que a gente tem nessas negociações todas, nem sempre a gente consegue (E1D).

Dado esse contexto de abertura, nota-se que, após um período de boas relações entre Associação 01 e Poder Público Local, durante o mandato de 2001 a 2004, de um prefeito do Partido Progressista – PP, durante os próximos 8 anos (dois mandatos de uma prefeita do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), a Associação teve dificuldades em se relacionar com o poder público, uma vez que, em razão da proximidade no período anterior, foi creditada à associação um vínculo político com o ex-prefeito do PP:

Esse período [2001-2004] foi, eu acho, uns dos melhores períodos pra associação aqui [...] Porque aqui, que aconteceu, como tinha muito lote do *ex-prefeito* [2001-2004] aqui criou aquela rixa entre eles, politicagem deles aí né, então o *bairro* era [vinculado ao] *ex-prefeito*, aí tá, aí esse período ele olhou bem por isso aqui mesmo(E1A).

[...] depois é o que eu te falei, a *ex-prefeita* né, eu sinceramente, eu percebi, isso aí percebia muito bem, mandava ofício e tal, mas assim você percebia que não tinha interesse nenhum, não e tal... aí manteve o que tinha lógico,

não tinha como tirar também né, mas não desenvolveu mais nada (E1A).

Cumpre destacar que, no próximo mandato, de um prefeito do Partido Social Democrático – PSD, a associação conseguiu estreitar as relações com o poder público,

aí com essa gestão que estava [ 2012-2014] a gente melhorou o nosso relacionamento novamente, [...] eu digo assim, só que a gente começou a ter uma abertura maior lá e tal, e a coisa tava fluindo mais, o parque [a praça] tava ficando mais limpo, você via alguma coisa aqui(E1A).

Em Setembro de 2014, houve nova mudança, com a cassação do mandato do atual prefeito por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação, um processo iniciado em Outubro de 2013 e posse do prefeito do PSDB, segundo colocado nas eleições municipais de 2012. Dessa forma, atualmente, os membros da Associação relatam ainda buscarem reunir-se com o executivo e que a relação com o poder público ainda se encontra indefinida.

Percebe-se que, desde sua criação em 2001, o contato mais imediato da associação com a Prefeitura é a cobrança para a realização de serviços como a limpeza de espaços públicos e coleta de lixo. É destacada ainda a característica reativa frente às cobranças da Associação 01:

[...] o que a gente entende é que parece que o executivo não tem uma administração que planeja quando que é a limpeza nos bairros, então a fica nisso, então a gente tem até esse papel importante, limpar, se acontece um problema na quadra não tem uma pessoa que olha, é a associação que fala “Olha a situação está assim...”, se tem um prédio público, é... a questão das ruas sabe, buracos, calçamento, tudo, lotes, que é um bairro que ainda que tem muitos lotes sem nada que, não é cercado, não é murado. A gente às vezes passa lista pra prefeitura “Olha esse, esse, esse tá nessa situação,

tem mato, tá jogando lixo”, porque assim não tem um trabalho permanente, constante, organizado pra ver isso, então normalmente a gente que pede que está precisando fazer limpeza no lote tal, ou os moradores estão reclamando a questão do lixo sabe (E1D).

Na Associação 2, como também notado no primeiro caso, a atuação da associação é influenciada pela abertura dada pelo poder público local para as negociações:

O problema é que esbarramos em todas as administrações. O maior problema é os nossos chefes do executivo, o prefeito, tem uns que gostam do associativismo, tem outros que não, tem outros que apoiam o trabalho social e outros não (E2B).

Da mesma forma, o contexto político influencia a possibilidade e a continuação de projetos. Um exemplo muito claro é a negociação para a implantação de um parque ecológico nos bairros, afetada pela cassação do prefeito e posse de um novo em Setembro de 2014. Os prejuízos para a retomada do projeto não se referem apenas às negociações perdidas, mas também pelo fato de, muitas vezes, um prefeito não querer continuar projetos tidos como de outro, como pode ser percebido nos trechos a seguir.

Recentemente, no mês de outubro, nós tivemos lá conversando com o prefeito, solicitando a continuação da ideia da implantação do parque municipal. Tivemos eu, o E1C, o E1A, [...] sentamos, conversamos com o prefeito e o secretário do meio ambiente. Ele declarou apoio total, porém a Prefeitura, a declaração dela é que não tem dinheiro. E o parque, pra existir o parque precisa de muito dinheiro, porque tem que investir no fechamento do parque, construção de alambrado, pessoas pra tomar conta, pra manutenção do parque, você entendeu? Então o custo é muito grande (E2B).

A gente tava bastante animado com a situação, né? Na gestão anterior aí, a gente conseguiu sensibilizar, conseguiu colocar ele/ fazer com que eles incluíssem ele no PPA da

cidade, só que, com a saída, a gente levou um golpe, né? Porque a ideia foi, praticamente, abandonada. Nós tivemos que recomeçar tudo do zero. O que a gente sente é que, por exemplo, **um prefeito não quer ou não sei nem se é o prefeito, mas, a própria Secretaria de Meio Ambiente, um não quer levar adiante o que era ideia do outro.** Enquanto que, na realidade, **não é ideia do outro ou da outra secretaria, é uma ideia da comunidade.** Então a gente já fez duas ou três reuniões com o secretário do meio ambiente, teve uma com o prefeito, com o pessoal do NEUC, né? E a gente voltou a articular e já pediram pra gente segurar até janeiro, pra gente voltar a conversar com eles de novo. Então, quer dizer, não tá 100% morta a ideia, ela tá um pouquinho adormecida de novo (E2C, grifo nosso).

Ainda assim, percebe-se que a Associação 2 consegue manter uma relação próxima aos poderes constituídos, sempre solicitando a presença de representantes das secretarias municipais nas reuniões e a realização de ações conjuntas, como recolhimento de lixo e entulho e campanhas de prevenção à dengue e a chicungunha:

A gente faz o convite, né? Um convite intimação praticamente. A gente manda o convite pedindo uma representação, por exemplo, antes de fazer o movimento da chicungunha e dengue aí, que foi há quinze dias atrás, aí a gente fez o ofício pra Prefeitura, tal. Até com relação ao próprio trânsito que a gente quer que faça algumas modificações, algumas calçadas, um monte de coisa, aí a gente marca reunião (E2C).

Dessa forma, a Associação 02 faz a mediação dos interesses da comunidade via secretarias municipais. Maiores detalhes sobre os meios utilizados pelas associações são apresentados no tópico de categoria de análise. O próximo tópico da caracterização dos casos busca trazer comparações entre os dois casos estudados, bem como a tentativa de criação de uma Liga de Associações no município.

#### 4.2.4 Comparações entre os casos estudados e a Liga de Associações

Observa-se que os casos estudados apresentam distinções as quais são importantes para efeito de comparação e também de compreensão da forma como atuam as associações de bairro formais no município em questão.

Primeiramente, as comunidades representadas pelas duas associações estudadas guardam notáveis diferenças; a primeira representa bairros com características periféricas e é um bairro afastado do centro comercial da cidade, o que segundo os entrevistados dificulta a relação com o poder público. É um bairro relativamente recente e pequeno, possuindo em torno de 400 moradias. O bairro surgiu de um loteamento de um empresário do ramo imobiliário, que posteriormente se tornou prefeito local, justamente no período em que os associados citam ter havido maior contato e retorno do executivo.

A associação representa outro bairro limítrofe, de características semelhantes, o qual é citado apenas ao se tratar das cobranças feitas na prefeitura para o recapeamento das ruas. Essa representação de outro bairro não está presente no Estatuto da Associação, no qual, segundo os entrevistados, é cogitada a realização de alterações para adequação à situação atual da associação bem como as legislações mais recentes.

A associação 02 representa uma comunidade maior, somando os 4 bairros representados, há em torno de 12.000 habitantes, em número significativo para um município que, segundo estimativas do IBGE (2014), possuía em torno de 99.000 habitantes em 2014. No caso 02, verifica-se uma maior integração nos bairros e ações distintas são conduzidas nos 4 bairros representados. Destaca-se, também, a existência de diferenças entre os 4 bairros. Alguns possuem características periféricas e possuem problemas específicos em relação à mineração em área urbana.

Ambas as associações são formadas por pequenos grupos, cujos integrantes participam de diversas coletividades. A forma como agem os sujeitos, por meio de ofícios direcionados ao poder público, também, é semelhante. Essa discussão é aprofundada nos tópicos seguintes, nas categorias de análise do estudo.

Outro ponto comum é que ambas as associações participaram de um projeto, iniciado em 2013, para a criação de uma Liga de Associações no município. Os entrevistados relatam que o projeto era coordenado por um integrante da associação do bairro Cruzeiro do Sul, a qual, segundo os dados obtidos, não se encontra mais atuante e visava reunir as associações para obter maior representação política e contribuir para a formalização das associações envolvidas no projeto:

[...] eu fui convocada por um rapaz da associação do Cruzeiro do Sul, era ele que estava na frente, era ele que vinha fazer os convites, tentando mobilizar, então era muita gente, a associação que [...] que tava irregular com documento sem, ou que não estava funcionando, começou a aparecer todo mundo, aí parecia que a ideia era essa: a gente estar junto em algumas coisas que são comuns às associações, pra uma fortalecer a outra né (E1D).

O projeto seria justamente aglutinar essas associações, logicamente respeitando a individualidade de cada uma né, mas seria para poder fomentar, primeiro, a legalização de cada uma delas, porque pra você representar oficialmente uma comunidade você tem que estar legalmente constituído né, então a parte documental essa liga daria todo o respaldo, e também na parte de representação perante o poder público, seria mais forte ainda né, porque ela representa o todo (Coordenador Geral da Associação 02).

É apresentado pelos entrevistados que as primeiras reuniões desse projeto reuniram um número considerável de pessoas ligadas ao associativismo de bairro, em torno de 40 pessoas de diversos bairros e que, nas primeiras reuniões, havia presença de gestores públicos municipais:

No início, nas primeiras reuniões, tinha participação dos representantes do poder executivo, tinha o vice-prefeito anterior, antes de ser cassado, na verdade eu não sei se teve algum tipo de conversa com eles antes de convocar todas as instituições ou se foi, ou se foi uma coisa sem, espontânea desse grupo que chamou, eu sei que no início eles participaram de umas três reuniões, mas depois eles não apareceram mais né; porque umas das coisas que foram faladas é que era importante as associações montarem isso sem interferência de poder público e tudo, eu mesma fui uma que defendi muito isso nas reuniões e tudo, mas aí tava indo muito bem, eu na verdade não sei que que aconteceu, eu fiquei com algumas suspeitas: uma foi que ficou muito autônomo e se, e eu tava desconfiada que iniciou meio que com o executivo chamando, e aí essa autonomia eles deram meio que uma abandonada, porque no início aquele tanto de gente, tinha refrigerante, tinha coisa e eu fiquei “Será de onde que tá vindo isso?” (E1D).

Apesar da grande mobilização inicial, percebeu-se um esvaziamento ao longo do tempo. Os entrevistados relacionam tal esvaziamento a dois fatores: primeiro, o afastamento do coordenador do projeto da associação do bairro Cruzeiro do sul, bem como a morte de um dos membros dessa associação que mais o auxiliava. Segundo, a apoio político que não se manteve ao longo do tempo, principalmente, por causa da cassação do prefeito municipal, que desestimulou a conclusão do projeto:

Nós tentamos no ano passado fazer uma liga das associações sabe, o projeto tava até indo bem pra caramba, já tava, já tinha feito, *EID* que desenvolveu o estatuto da liga, que abrangia todas as associações né, que a gente entendia que, entendia não, entende que uma associação só chegar no poder público e mais complicado e com a força da liga seria mais simples, mas só que não conseguiu levar pra frente, depois a gente descobriu porque ela não foi pra frente, porque havia muito interesse, mas por causa de um partido político né, e quando esse partido político perdeu poder aqui na cidade ele desestimulou a formação dessa liga (E1B).

Então foi muito bom o processo, no, durante o processo todo ele foi reduzindo o número de associações participando, mas ficou um grupo grande de associações ou de pessoas que estava no processo de organizar associações participando, então a gente fazia encontros, se não me engano, mensais, Primeiro discutimos o que a gente pretendia, depois começamos a elaborar o estatuto né, a gente tirou uma comissão que pegou as ideias né e pegou um modelo e elaborou, eu fazia parte dessa comissão, a comissão não funcionou muito não porque nem todo mundo participou da comissão, mas um grupinho pequeno mas... aí nós apresentamos, depois a gente ia pra reunião apresentar pro grupo todo sabe. Só que aí depois [...] não foi muito pra frente né, quem era liderança, que chamava, que é esse menino, o *representante da associação do bairro Cruzeiro do Sul*, ele deu uma parada, me parece que a mãe dele teve problema de saúde (E1D).

Percebe-se, portanto, que a iniciativa da liga de associações não logrou êxito em reunir as associações para maior representação e apoio técnico, em razão não só de circunstâncias pessoais, mas também da influência do poder público no processo, que a partir de sua retirada nas reuniões, levou a um esvaziamento do projeto.

Observa-se, também, que, por meio da Associação 01, conseguiram -se maiores informações sobre esse processo, inclusive, por meio dos depoimentos do entrevistado E1D, que participou ativamente da comissão de elaboração do Estatuto da Liga das Associações. A seguir são discutidas as categorias de análise do estudo.

### **4.3 Categoria de análise**

A seguir é apresentada a categoria de análise obtida, com base em reflexões sobre o trabalho de campo realizado, aliadas aos conceitos utilizados nesta pesquisa. Cabe ressaltar que a categoria desenvolvida não encerra o entendimento acerca de um fenômeno tão complexo quanto o associativismo de



bairro, dadas as distinções únicas de cada associação e dos membros que as compõem, bem como as características de cada comunidade representada. Representa, sim, um esforço de síntese baseado nas referências teóricas e nas informações encontradas junto aos sujeitos de pesquisa.

É ressaltado na teoria de Estado de Jessop(1982) e também é notado nas entrevistas realizadas, que os interesses dos agentes, sejam individuais ou coletivos, são diversos e podem ser contraditórios, bem como se pode abrir mão de interesses momentâneos, ou de curto prazo, a fim de obter vantagens maiores futuramente, ou no longo prazo.

Diante de um contexto que impõe constrangimentos estruturais que, ainda assim, possui elementos conjunturais que podem ser transformados em oportunidades. Assim, por meio da interpretação da situação e histórico de ações, os atores envolvidos criam seus repertórios, os quais guiam suas ações, em um cálculo estratégico de suas ações.

Percebe-se, nas associações estudadas, que os interesses do pequeno grupo que as compõem são diversos. Esses interesses, apresentados por Jessop (1982) na perspectiva relacional como alcance de vantagem competitiva em determinada conjuntura, apresentam diferenças de conteúdo para cada sujeito que toma parte nas associações de bairro estudadas, fato semelhante àquele presente nas diferenças de conteúdos dos repertórios, uma consequência lógica ao se pensar que os membros dessas organizações realizam ações calculadas estrategicamente, ao se analisar o que se ganha e o que se perde com determinada ação.

A pluralidade de interesses é vista nos casos estudados com potencialidade de trazer dinamismo para a atuação das associações bem como gerar entraves. O dinamismo é visto por meio das múltiplas ligações e frentes de ação criadas na rede de atuação das associações de bairro, já os entraves relacionam-se a interesses particulares que divergem daquilo que é estipulado

como finalidade das organizações estudadas, ou que, se concretizados, prejudicam a imagem e as ações das associações.

Cabe destacar que a variedade de interesses existentes deriva também da diversidade de experiências e conhecimentos que os associados detêm:

[...] tem gente de todo jeito, tem um que faz mais o debate político, que é bom pra trabalhar, tem outro que é bom pra conversar aí na cidade com patrocínio, alguma coisa, então tem de tudo entendeu, mas é assim, nessa média de quatro, cinco. A gente tem às vezes participação do pessoal que é do conselho fiscal, a gente tem dois conselheiros fiscais que eles são o maior barato, tudo que a gente fizer, tudo, almoço, essas coisas de ter que ajudar a trabalhar eles tão lá né, e um deles, eventualmente participa da reunião, se convidar e falar, aí se ele não tiver nada ele vem sabe, mas assim ouve mais, mas quando é pra trabalho assim, eles são... eles... da mesma forma algumas vezes tem algumas pessoas do bairro que não são da associação, mas quando tem um almoço, que a gente faz um almoço por ano pra arrecadar fundo né pra pagar contador e essas coisas, ou se tiver um... se a gente for falar “Ah, nós vamos fazer um negócio na praça”, essas pessoas participam sabe, e não são membros quando vai ter eleição a gente normalmente convida, mas não querem, mas contribuem dessa forma (E1D).

É notável, também, conforme apresentado na descrição dos casos, a formação política de alguns membros das associações, que possuem experiência em militância em Partidos Políticos, bem como atuação em movimentos sociais e conselhos gestores de políticas públicas:

[...] nem todo grupo presente na associação entende que **a associação é uma entidade mais política que qualquer outra coisa**, muitos acham que a associação é pra fazer algum servicinho no bairro né, então isso, essa visão atrapalha um pouco o papel político da associação no meu entendimento. Uma outra coisa que eu percebo é que os que ficam e atuam são os que normalmente já atuam em outros grupos do movimento social, hoje por exemplo, os mais lá,

um é sindicalista, o outro foi sindicalista, que o que está aposentando, foi sindicalista, eu sou militante de outras coisas né, então acaba fazendo, é aquela pessoas que de alguma forma já assumiu essa militância, entende que precisa se organizar e tudo, aí entende que com as entidades também é assim (E1D, grifo nosso).

Nesse sentido, as experiências participativas dos associados, ou a construção histórica de sua participação, influencia sua sensibilidade e atuação para demandas específicas da comunidade. Por exemplo, membros da associação 01, que participam de Partidos Políticos, sindicatos e movimentos sociais são incumbidos de negociar, quando necessário, com os gestores públicos.

Já, na Associação 02, os associados que apresentam histórico de luta por questões ambientais no município se envolvem mais na criação do parque ecológico e na coleta de assinaturas para o abaixo-assinado referente à atuação da pedreira no município. Outro membro, com ampla experiência em participação no setor da saúde, é mais sensível a essas demandas da comunidade e possui conhecimento amplo sobre o setor e suas instituições. Da mesma forma, aqueles com experiência em ações voluntárias de integração social atuam com grande dedicação nos eventos das associações, vistos como formas de estreitar os laços comunitários, resgatar a história e promover cultura.

A diversidade de construções histórico-políticas e a pluralidade de interesses dos sujeitos que tomam parte nas associações fazem também com que as associações apresentem características únicas, bem como repertórios, padrões históricos de atuação, variados e com conteúdos distintos:

[...] você tem a associação de todo jeito, a associação é muito autônoma, que não tem uma postura política, que se preciso fazer o que for não tem medo de fazer né, se for pra bater de frente com o executivo, seja ele quem for; que mantenha certa autonomia de quem está no poder. Outros que tem uma ligação muito grande com determinados

políticos né, e fica numa certa dependência. A gente já teve aqui em Lavras uma associação de moradores que era formada assim: um grupo era montado pelo prefeito, e esse grupo montava a associação, da mesma forma que a gente já teve isso nos conselhos: o representante da sociedade civil era escolhido por quem já estava no poder, então as vezes até disso tudo, eu percebo que já tem mais autonomia nesse sentido sabe, um amadurecimento político da população mesmo assim, mas é, acho que ainda tem muito pra construir sabe, e eu acho que o entendimento do que é uma associação, de que ela não substitui o executivo, eu percebo não só na minha, mas nesse contato que a gente teve com outras, as vezes uma visão assim de que “você tem que fazer, não cobrar as demandas”, o que tem de demanda é papel do executivo, mas uma ideia assim de que você faz. Às vezes a gente tem que fazer mesmo senão não vai, mas quando a gente perde essa visão né, de qual que é o papel da gente que é de cobrança, mas não de assumir aquilo que o executivo tem pra fazer que é administrar a cidade né, eu acho meio complicado assim (E1D).

Jessop (1982) ressalta que os interesses dos atores devem ser considerados a partir dos constrangimentos estruturais e oportunidades conjunturais de determinado período e que podem ocorrer conflitos de interesse em determinadas situações e ações

[...] na medida em que um agente está envolvido em diferentes sistemas relacionais e/ou tenha sido interpelado com diferentes subjetividades ou identidades, pode haver conflitos entre as condições de existência relevantes para estes sistemas e/ou subjetividades, com o resultado de que o agente não tem um conjunto de interesses unitário e não contraditório capaz de realização<sup>8</sup> (JESSOP, 1982, p. 257, tradução nossa).

---

<sup>8</sup> No original: “[...] in so far as an agent is involved in different relational systems and/or has been interpellated with different subjectivities or identities, there may be conflicts among the conditions of existence relevant to these systems and/or subjectivities with the result that the agent has no unitary and non-contradictory set of interests capable of realization (JESSOP, 1982, p. 257).

Tal condição, de conflitos de interesse e de condição de existência de determinados sistemas relacionais e subjetividades pode ser visto na descontinuação das atividades da associação 02, a situação, contemplada no tópico “contexto de fundação, descontinuidade, retomada e organização da Associação 02”, deixa claro que interesses político-partidários da coordenação geral da associação levaram a sérios problemas de relação entre os membros da associação, que ocasionou a descontinuidade das ações da organização por sete anos.

Tal situação também pode ser verificada, expandindo-se para as relações sociedade/Estado, na Associação 01, quando a associação teve dificuldades de atuação por oito anos, por serem considerados ‘do outro lado da política local’, o que acarretou constrangimentos estruturais severos na ação dos associados.

As experiências participativas e os interesses plurais afetam a forma como os constrangimentos estruturais e oportunidades conjunturais são interpretados pelos associados. O padrão histórico de atuação das associações, frente ao poder público, repertório, é construído com base nessas experiências, interesses e limitações impostas.

Cabe também discutir o padrão histórico de atuação das associações, levando em conta a pluralidade de interesses e experiências participativas existentes. Considerando que os atores envolvidos em determinado regime interpretam as oportunidades conjunturais e constrangimentos estruturais presentes em seu contexto de atuação frente ao Estado e que eles se valem de seus interesses, busca-se nessa categoria compreender os repertórios, padrões históricos de ação, dessas organizações.

São evidentes, nas entrevistas realizadas, documentos analisados, bem como nas reuniões em que foi feita observação, que os associados agem de forma a ‘não tomar partido’, ou seja, não se aliarem a partidos políticos. Em ambas as associações, figura nos estatutos sociais o necessário afastamento de

questões político partidárias. A Associação 02, inclusive, possui um capítulo inteiro em seu Estatuto social dedicado a esclarecimentos sobre as relações com os poderes constituídos:

§ 1º - É uma sociedade **apolítica**, [apartidária], podendo colaborar com os Órgãos, Públicos e/ou Privados, legalmente constituídos, no sentido, de promover o bem estar coletivo, não sendo permitido, no entanto, o uso de seu nome para, manifestações político-partidárias ou de classes, em suas reuniões ou fora delas (Estatuto Social da Associação 01, grifo nosso).

Art. 23 - A relação da Associação com partidos políticos, candidatos a cargos eletivos do governo do Município, do Estado ou da Federação, autoridades e entidades do poder público se regerão pelas normas do presente capítulo.

Art. 24- A relação referida no artigo anterior tem por base:

- a) o pleno respeito à igualdade de direitos entre os moradores do Bairro e à liberdade ideológica de opção partidária e eleitoral dos mesmos;
- b) o reconhecimento e afirmação da cidadania dos mesmos;
- c) a valorização dos partidos políticos dos seus membros e dos agentes do poder público;
- d) a igualdade de tratamento aos mesmos, sem privilégio, nem discriminação em relação a qualquer deles.

Art. 25 - É proibido qualquer compromisso, atrelamento ou apoio da Associação a candidatos ou agentes políticos enquanto tais ou a partidos políticos.

Parágrafo único - A Associação pode, entretanto apoiar e expressar reconhecimento a quaisquer atitudes ou atos específicos de agentes políticos, partidos políticos, autoridades públicas, entidades públicas ou privadas desde que:

- a) sejam fatos comprovados;
- b) coincidam, enquadrem ou reforcem princípios, objetivos ou interesses da Associação;
- c) respeitem os princípios de moralidade, legalidade e democracia;

d) enquadrem-se entre as competências legais do autor.

Art.26 - Não pode exercer cargo de direção da Associação qualquer candidato ou detentor de cargo eletivo ou de confiança do primeiro escalão no governo do Município, do Estado ou da Federação em qualquer dos três poderes.

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo o candidato é obrigado a comunicar a Diretoria no prazo de 30 (trinta) dias, sua aprovação como candidato na Convenção do Partido, sob pena de suspensão por um ano de seus direitos de sócio (Estatuto Social da Associação 02, de 1999).

Dessa forma, busca-se evitar, segundo os entrevistados, que interesses particulares, de cunho partidário, sejam colocados acima dos interesses da associação e da comunidade que ela representa. Tal perspectiva é reforçada pela existência de práticas clientelistas e de patronagem no município:

Ele trabalhou pro *ex-prefeito*, [...] tem essas bobearias que eu acho que não deveria de ter, infelizmente, não deveria né, mas ainda vai custar pra perde isso né, é uma pena, todo mundo deve defender o seu partido, mas devia esse trabalho em conjunto que foge devia ser melhor né, eu não sei né. Parece que a eleição não acaba né. Continua na mesma. Parece que você tá conversando com um você tem que ficar só com aquele, você não pode mais conversar com outro (E1A).

Os entrevistados ainda relatam que a relação com o poder público, se não marcada por partidarismo, é de difícil realização, a ação coletiva é vista como uma saída para essa situação:

[...] a gente tem muitas demandas e ninguém consegue ir até o poder público e resolver essas demandas né, a não ser que você tenha, seja um político amarrado com o poder público, aí talvez você consiga, mas você fazer independente né aí é difícil, então no coletivo é mais fácil, por exemplo, na nossa associação, na diretoria nós temos vários diretores com posições diferentes em relação política né, em partidos

diferentes né e tal, e isso facilita pra você fazer uma ponte com o poder público, porque o poder público não é permanente o mesmo seguimento, se bem que aqui em Lavras é quase que, quase o PSD é direto né, mas houve uma ruptura esses tempo pra trás, ficou os dois anos o outro partido, e a gente não perde assim o contato com esse poder público, aí nesse caso nossa diretoria tem pessoas que apoiam “n” partidos (E1B).

O contexto político do município, como pode ser visto nos trechos citados anteriormente, traz restrições à ação das associações. Entende-se que a escolha por não se utilizar de relações político-partidárias parte de uma reflexão desses atores sobre seus interesses, é um calculo estratégico.

A política em Lavras, o ex-governador de Minas, ele falava assim, é, Lavras é a cidade mais difícil de se fazer política, Tinha uma briga constante, uma coisa terrível. Pra você ver, tanto a Jussara, o Carlos Alberto, os próprios Marcos Cherem, o Silas, o Célio de Oliveira, o João Batista, anterior a eles, o Maurício Pádua, sempre foi, aqui em Lavras a tendência: direita ou uma linha de centro (Jornalista).

Diante de regimes que impõem constrangimentos e restrições, Jessop (1982) afirma que os atores podem abrir mão de determinados interesses se visualizam que vantagens comparativas maiores podem ser alcançadas em longo prazo, ou que a defesa de determinados interesses em curto prazo possam afetar outros interesses em longo prazo, na relação entre conjuntura e estrutura:

[...] eu não levanto bandeira política justamente por isso, justamente pra que as portas não se fechem, porque quando você fala em nome de uma Associação, você não está fechando a porta só pra você, você *tá* fechando pra sua comunidade, então você tem que tomar muito cuidado com isso. E, muita das vezes, aquelas pessoas que tem o interesse político eleitoreiro, ele acaba misturando as coisas se ele não tiver um bom discernimento (Coordenador Geral de Bairro da Associação 02).



[...] porque se uma associação ela é ligada à um partido político ela fica amarrada, ela fica amarrada e até as vezes, quando esse partido político está no poder, a associação tem até alguns benefícios, mas se o poder público perde e vem outro prefeito, você tá ferrado (E1A).

Dessa forma, os atores, que são reflexivos e criam padrões históricos de atuação, os repertórios. Tilly (1992 apud ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 330) traz que repertório é “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha”. Esses repertórios, na literatura internacional, destacam o caráter contencioso dos movimentos sociais em relação ao Estado. Já, no Brasil, é importante destacar não apenas por existir a presença dos movimentos dentro do Estado, mas também de forte interação entre sociedade civil e Estado (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014), como acontece no caso estudado.

Baseado nas falas dos entrevistados, observa-se que a opção por utilizar ofícios e buscar uma suposta neutralidade traz como principal repertório, de acordo com Abers, Serafim e Tatagiba (2014), como uma ‘política de proximidade’, na percepção dos associados, evita-se a manutenção de laços clientelistas, *lobbies*, troca de favores e relações personalistas:

[...] quando eu fui coordenador [geral], quando a Associação foi iniciada, todos os ofícios, isso até agora, os ofícios são protocolados em duas vias, mas todos eles a gente utilizava a lei orgânica municipal, ‘de acordo com a lei orgânica municipal, o parágrafo tal e tal’. A gente praticamente exigia que fosse feito, que aquilo é um direito da gente. A gente paga muito imposto. Esse ‘jeitinho’, ‘bater nas costas’, ‘quebra o galho’, nunca. A gente até hoje mantém essa conduta (Secretário da Associação 02).

[...] a demanda só é atendida através de ofício então, aqui os prefeitos não tem um hábito de “tal mês eu vou recuperar um bairro”, não, só vai a ferro e a fogo mesmo, se você mandar ofício, eles vem, tapa buraco e tal, então essa é um,

uma demanda corriqueira mesmo daqui da gente né  
(Presidente da Associação 01).

Conforme apresentado por Amâncio (2013), a trajetória dos atores, bem como sua inserção em redes de relacionamento, interferem no conteúdo de um repertório. A forma como as associações se relacionam com o poder público é pautada na transparência das ações e na formalização das demandas apresentadas (via ofícios que são protocolados e posteriormente apresentados à comunidade), visando à manutenção das negociações com os gestores públicos, independente do partido político que está no poder e a legitimidade de suas ações perante a comunidade.

A Associação 02 ainda possui o título de utilidade pública municipal, outorgada logo no início de sua atuação, o que evidencia ainda mais a importância do caráter formal na relação entre a organização da sociedade civil e o Estado.

Opta-se, então, por denominar esse repertório, percebido nas duas associações pesquisadas, de 'Estratégia de Autonomia', uma vez que os atores sociais envolvidos buscam proximidade dos gestores públicos e relativa distância de questões político-partidárias, que podem, futuramente, prejudicar sua atuação.

A proximidade é qualificada e possui características distintas do que trata a literatura. O afastamento é então apresentado como forma de salvaguardar os interesses das associações e das comunidades por ela representadas. Esse tem sido o *modus operandi* dessas associações, na relação com a Prefeitura do município, desde suas respectivas fundações. O que evidencia incapacidade de alterar as relações com o poder público na existência da necessidade de ofícios para que a prefeitura atue nas comunidades. A seguir são apresentadas as considerações finais do estudo, ressaltando as principais descobertas, bem como as limitações e apontamentos para a realização de novas pesquisas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por compreender as relações existentes entre associações de moradores e demais atores da sociedade civil e poder público local norteou este estudo. Os resultados alcançados indicam pontos de reflexão interessantes sobre as dinâmicas e estratégias utilizadas pelas associações de moradores.

Primeiramente, acerca da pesquisa com dados secundários, percebe-se que os dados obtidos na Receita Federal e, conseqüentemente, as informações descritas nas publicações do IBGE sobre as FASFIL (IBGE, 2008, 2010, 2012) apresentam várias classificações problemáticas. O motivo central é que o registro do CNPJ e das atividades primárias e secundárias das associações privadas apresenta inconsistências, como organizações religiosas que têm como atividade principal atividades associativas culturais, ou ainda associações de atividades recreativas que são registradas tendo como atividade primária a defesa de direitos sociais.

Portanto, esses dados, mesmo que importantes para a condução desta pesquisa, ao revelar uma série de atores que poderiam ser pesquisados, também apresentam limitações de análise para a realização de mapeamentos, logo, preferiu-se a nomenclatura ‘realização de uma caracterização inicial do tecido associativo’ do município pesquisado. Deixando claro que as organizações formais lá apresentadas, não resumem o tecido associativo existente, é apenas um retrato da condição das organizações formalizadas, lembrando que existem várias associações informais, sem registro na Receita Federal, que atuam nos bairros, conforme indicam as entrevistas e a observação realizada nas reuniões.

É evidente, também, que grande parte das associações de bairro registradas não estão atuantes em seus respectivos bairros. Observa-se que, ao serem desativadas, não se faz um processo de liquidação e nem mesmo procura-se dar baixa no registro feito. Conclui-se, então, sobre a caracterização, que os

dados são limitados por não considerarem as organizações informais e, também, por não trazerem clareza sobre quais associações são atuantes ou não. Buscou-se, então, traçar um comparativo entre o formalismo e a atuação dessas organizações.

Quanto aos dois casos estudados, alguns pontos merecem destaque. Primeiramente, o contexto e motivação de criação das associações pesquisadas: diferente daquilo encontrado por Alencar et al. (1996) em associações comunitárias de bairros periféricos, criadas na década de 80, as duas associações estudadas foram criadas a partir de membros de suas próprias comunidades, em razão de carências existentes e necessidade de uma representação diante do poder público e não por meio de políticos locais.

Fica evidente, também, a pluralidade de experiências em coletivos que os membros mais atuantes das associações possuem. Em ambos os casos, são pequenos grupos, que, em sua totalidade, tomam parte de diversas instâncias participativas, como Conselhos, Comitês, Sindicatos, Partidos Políticos e outras associações e grupos religiosos. Neste trabalho, relacionam-se essas experiências à percepção ou entendimento do que vem a ser uma associação de moradores, moldando interesses e forma de ação de seus membros.

Essa diversidade encontrada, aqui compreendida como variedade ou pluralidade de interesses, possibilita que as associações estudadas trabalhem em diversas frentes, favorecendo sua atuação e comunicação com a comunidade. Nessa pluralidade, considera-se que os membros da Associação desenvolvem uma rede de relações, de acordo com suas experiências e conhecimentos e, também, de acordo com os limites impostos pelo ambiente institucional.

Nos dois casos estudados, mesmo levando em conta as diferenças existentes antes as comunidades estudadas, fica evidente que o *modus operandi* de ambas as associações é semelhante quanto à mediação dos interesses dos moradores, por meio de ofícios enviados às secretarias municipais e, também, a

busca de transparência nas ações por meio da distribuição de informativos e/ou boletins, uma forma de conseguir a legitimidade e o reconhecimento da comunidade.

Em sua relação com o poder público, as associações estudadas querem ocupar um espaço que, segundo a Constituição é a elas pertencentes: o exercício de uma democracia direta, uma participação que signifique partilha de poder. Logo, elas mantêm vínculos, mais ou menos estreitos, com diversas organizações sociais e órgãos públicos, abrindo um leque de possibilidades maior de atuação.

Percebe-se claramente, nos resultados apontados, que existe esforço para ocupação do espaço público e esforço ainda maior para não serem consideradas parte do sistema político-partidário, termos como ‘não levantar bandeira’, ‘não tomar partido’, ‘não escolher um lado’, ‘ser apolítico’ são frequentes nas falas dos membros da associação e também estão presentes nos Estatutos Sociais, que coíbem a utilização da imagem e das ações das associações para a promoção político-partidária. A importância dos partidos políticos deve ser considerada, como forma de dinamizar e dar voz a movimentos sociais, quando abertura é fornecida nesses espaços. Assim, os coletivos associativos marginais teriam uma possibilidade a mais de fortalecimento político e consequente visibilidade de demandas.

Existe, nas considerações dos membros das associações pesquisadas, uma suposta neutralidade humana, uma tentativa de separação de aspectos da vida cotidiana que dificilmente logra êxito: interesses e motivações de cunho político e religioso.

O receio dos associados reside, no primeiro caso, nas dificuldades apresentadas por terem sido considerados como apoiadores de um ex-prefeito e, no segundo caso, pela descontinuidade das ações da associação frente a problemas oriundos de interesses político-partidários, que ainda acarretam

dificuldades na representação da comunidade, como relatado pelos entrevistados.

Cabe lembrar que política partidária é uma parte de um todo maior que é a política. Como apresentado por um dos entrevistados, é necessário mais que tudo reconhecer que as associações de moradores são, em seu âmago, políticas. Esse reconhecimento pode, inclusive, favorecer a representação feita pelas associações, ao deixar bem claro para que finalidade foram constituídas, quais ações realizam e quais os propósitos de cada ação. Assim, evitam-se confusões quanto aos objetivos e os meios para atingi-los, como nos relatos em que os moradores não sabem as reais funções da associação, confundindo-as com instituições beneficentes ou ainda como forma de ‘conseguir dinheiro público’.

A defesa de direitos sociais nas duas associações estudadas, mesmo com similaridades nas práticas e demandas corriqueiras semelhantes, trazem nuances importantes ao se considerar a localização dos bairros, bem como o padrão de vida das comunidades. No primeiro caso, denota-se que o bairro, que tem em torno de 400 residências, é periférico, não só em decorrência de questões de renda (apesar de apresentarem o bairro como constituído por pessoas de diversas faixas de renda), é uma questão de espaço, de distância do centro econômico da cidade. Isso é facilmente visto no cuidado com as praças centrais e a situação relatada (e vista) das praças do bairro.

Já, a segunda associação, originalmente representava um bairro também recente, com carências típicas de uma localidade ainda não consolidada, como asfaltamento, mobilidade urbana e saúde. Apesar de muitas dessas demandas terem sido resolvidas ao longo dos anos, a inserção de 3 novos bairros na associação traz novos desafios, bem como demandas diferenciadas, dadas as características únicas dos bairros, todos ainda mais recentes que o bairro originalmente representado, com características também periféricas, que enfrentam problemas mais acentuados com a mineração em área urbana.

Verifica-se que a associação busca a adaptação para representar efetivamente os quatro bairros, seja por mudanças estatutárias ou ainda, principalmente, por ações desenvolvidas nos demais bairros em conjunto com a prefeitura. Como todo processo, ainda, restam pontos a serem tratados, como o informativo da associação trazer em seu título apenas o nome de um dos bairros. É interessante ressaltar que essa associação retomou suas atividades no final de 2011 e regularizou sua situação cadastral em 2012, um período recente de atuação, que demandam ações e comunicação para consolidar a relação de representação feita.

Nas duas associações estudadas, de acordo com os depoimentos dos entrevistados e das reuniões em que foi feita observação, os moradores reconhecem essas organizações como suas representantes diante do poder público local, tanto que procuram os membros das associações para informar sobre as demandas, seja por meio de conversas face a face, telefonemas ou ainda postagens em página do *Facebook* (como acontece na Associação 02).

As associações, por sua vez, procuram manter sua legitimidade, por meio da transparência nas ações, informando e documentando as ações realizadas e também convidando a comunidade para participar das reuniões.

Percebe-se aí a existência de um ideário de participação nas falas dos entrevistados, tratando a comunidade, muitas vezes, como politicamente apática, ou interessada em benefícios sem ter que por eles lutar. Nesta pesquisa, considera-se o pressuposto de que a participação popular é condicionada por eventos específicos que causam grande motivação ou representam grandes interesses da comunidade, como as questões de segurança da população, como a criação da Rede de Vizinhos Protegidos, implantada no bairro representado pela Associação 01 e em vias de implantação em um dos bairros representados pela Associação 02, bem como a atuação da Associação 02, em colher assinaturas e

participar de reuniões do Ministério Público sobre os incidentes e problemas ocasionados pela atuação de empresa mineradora nos bairros.

Da mesma forma, a atuação das associações é limitada pela abertura propiciada pelos gestores públicos: ocorrem restrições que influenciam a forma como as associações atuam. Em busca de autonomia, os associados fazem uso de práticas formais, representadas pelo envio de ofícios para os gestores municipais. Assim, ocupam um espaço e buscam dar voz às demandas locais, sem recorrer a práticas e relações clientelistas, que, conforme exposto pelos entrevistados, são soluções paliativas, que, na ocasião de novas eleições e de mudança de poder, são encerradas e ainda prejudicam o relacionamento com os gestores do novo mandato, portanto, busca-se uma proximidade do poder público local, como gestor municipal e um afastamento dos aspectos político-partidários.

Nota-se, ao tratar dos cargos e funções, uma especialização contínua nas funções desempenhadas e uma apropriação dos meios de sobrevivência das associações por seus membros atuantes, como pode ser visto na busca por patrocínios em ambas as associações e da divulgação via carro de som na associação 02. Em grupos pequenos como os estudados, tendo em vista a fluidez da participação e a voluntariedade envolvida, a especialização pode vir a acarretar problemas na organização.

A busca por maior participação da comunidade, inclusive, dos jovens e adultos jovens, praticamente ausentes do quadro de cargos evidencia não apenas a melhoria da qualidade da participação, mas de sobrevivência e continuidade dessas organizações. As estratégias das associações, focadas na mediação com o poder público via o *poder do ofício*, também, poderiam focar a renovação constante dos participantes, de diferentes faixas etárias e também o fortalecimento e divulgação das ideias da comunidade, para que estas não sejam consideradas ideias de políticos locais e abandonadas em outros mandatos.



Os impactos democráticos apresentados na literatura, tanto para os conceitos de movimentos sociais quanto para sociedade civil, apresentam-se de forma vestigial na realidade pesquisada. As ações das duas associações citadas, conforme apresentado na relação entre associação e poder público, não indicam mudanças na atuação do poder público ou na relação associação/poder público, o uso de ofícios é feito desde a fundação das associações, os quais são ditos necessários para que a prefeitura atenda a qualquer problema da comunidade.

Um impacto democrático da atuação das associações é a publicização das demandas das comunidades representadas, mesmo que a forma que elas são publicitadas indique falta de planejamento do executivo para atender as demandas constantes das comunidades representadas, as reivindicações são repassadas e depois ocorre retroalimentação da associação para a comunidade, via informativos e boletins.

Deste modo, as principais contribuições desta pesquisa são a evidência de pluralidade de interesses existentes dentro das associações, que propiciam uma rede de relações mais diversificada e as estratégias utilizadas perante o poder público e a comunidade, para garantir um processo de negociação contínuo com o poder público e transparência nas ações para manter a legitimidade da associação perante seus representados.

Quanto às limitações deste estudo, elas são referentes principalmente à obtenção de dados secundários, que apresentam inconsistências na classificação das associações e, mesmo fornecendo indícios para a pesquisa de campo, são limitados para tratar das associações que atuam nos bairros.

Outra limitação é a pesquisa ter sido feita apenas com representantes, e não os representados, dessa forma a percepção mostrada, ao longo das discussões, refere-se apenas ao pequeno grupo de pessoas que participam das reuniões e ações das duas associações, excluindo-se o entendimento e

interpretação dos representados na mediação entre comunidade e poder público local.

Como estudo de múltiplos casos, buscou-se pesquisar organizações que apresentassem características semelhantes. Mesmo que os bairros que representam apresentem características distintas, as duas associações são colocadas como exemplo de atuação diante dos atores com os quais se verificou inicialmente a situação das associações cadastradas na Receita Federal. Dessa forma, favoreceram a realização de um estudo de caso, mas não foram contempladas pela pesquisa outras associações, sejam elas informais ou, atualmente, não atuantes.

Diante das contribuições e limitações deste estudo, é possível traçar novas possibilidades para estudos sobre associativismo de bairro no município estudado:

- a) Como se caracterizam as associações formais não atuantes? É interessante saber também os motivos que levaram à descontinuidade das atividades, bem como as relações que podem ser ativadas pelos sujeitos que delas fazem parte;
- b) Como se caracterizam as associações informais? Há indícios na pesquisa que denotam a existência de associações de moradores informais, considerando que as associações estudadas existem como pessoa jurídica e valem-se disso ao relacionar-se com a administração pública por meio de ofícios, nota-se que a forma de relação dessas associações pode ser diferente;
- c) Levando em conta as limitações dos dados secundários obtidos junto à Receita Federal, para um melhor entendimento do tecido associativo do município seria importante a realização de

mapeamento das organizações associativas do município, sejam elas formais ou informais;

- d) Os dilemas da administração coletiva, em processos de mediação de curto e longo prazo, também carecem de maiores investigações;
- e) A iniciativa da Liga das Associações em 2013 é um objeto de estudo interessante para compreender as relações existentes entre as associações de bairro: as motivações dos envolvidos no processo bem como os motivos para o projeto não ter sido concluído, além da existência do cadastro de uma 'União de Associações de Bairro', feito em 15/05/1990 e baixado em 31/12/2008, por inaptidão, indicam que a temática de reunir esforços das associações de moradores é recorrente;
- f) Investigações sobre a percepção da comunidade acerca do associativismo podem favorecer a atuação e a mediação dessas organizações, em uma compreensão mais ampla, que vincule não apenas os representantes (membros das associações entrevistados), mas também os representados;
- g) Também é oportuno investigar como se dá o envolvimento das demais pessoas (que não exercem cargos e participam das reuniões da associação);
- h) É notável que as associações estudadas tomem parte em vários espaços de participação institucionalizada, como Conselhos Gestores de Políticas Públicas, desse modo, é interessante analisar com maiores detalhes, a participação dessas organizações nesses espaços;
- i) Ressaltam-se, também, as ligações entre religião e lideranças comunitárias: vistas na eleição da Associação 01 em que um a chapa concorrente era toda formada por protestantes enquanto a chapa vencedora foi formada, em sua maioria, por membros da igreja

católica. Assim, evidencia-se uma formação religiosa dos representantes (também vista em membros da Associação 02, como no secretário e no coordenador geral de bairro), bem como uma disputa entre religiosos por espaços na associação, o que enfraquece o argumento de uma suposta neutralidade daqueles que devem ocupar cargos dentro da associação. Dessa forma a relação entre religiosidade e associativismo carece de maiores investigações;

- j) O poder legislativo praticamente não foi citado, durante as coletas de dados, daí é importante verificar como os vereadores, representantes eleitos via democracia representativa, dialogam com os membros da comunidade que visam a uma participação direta.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado sociedade em um estado heterogêneo: a experiência da era Lula. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ABERS, R. N.; BÜLOW, M. V. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, p. 52-84, set./dez. 2011.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131 p.

ALENCAR, E. **Pesquisa em turismo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2007. 174 p.

ALENCAR, E. et al. Associações comunitárias e participação social: um estudo de caso no sul de Minas Gerais. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v. 8, n.1, p. 1-11, 1996.

ALENCAR, J. et al. Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 32, p. 112-146, jan./abr. 2013.

ALMEIDA, C.; LÜCHMANN, L. H. H.; RIBEIRO, R. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 8, p. 237-263, maio/ago. 2012.

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012.

ALVES-MAZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.

AMÂNCIO, J. M. **Dinâmicas políticas microterritoriais: organizações comunitárias e acesso às políticas públicas na periferia de São Paulo**. 2013. 324 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BAIOCCHI, G.; HELLER, P.; SILVA, M. K. Making space for civil society: institutional reforms and local democracy in Brazil. **Social Forces**, Chapel Hill, v. 86, p. 911-935, Mar. 2008.

BARBOSA, L. P. Significados do Terceiro Setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 173-186, jan./jun. 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. 224 p.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987. 77 p.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 81 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 454 p.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 20 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 1 mar. 2014.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social & Sociologia**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, mar.2012.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 237-255, nov.2000.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Acesso a informação:** governo federal. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

CORTES, S. M. V.; SILVA, M. K. Sociedade civil, instituições e atores estatais: interdependência e condicionantes da atuação de atores sociais em fóruns participativos. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 425-444, 2010.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 137-161, 2004a.

DAGNINO, E. Sociedad civil, participación, ciudadanía: de que estamos hablando? **Erasmus - Revista para el Diálogo Intercultural**, Buenos Aires, v. 6, n.2, p. 205-306, 2004b.

DEMO, P. **Participação é conquista:** noções de política social participativa. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 137 p.

DEMO, P. **Pobreza política.** 5. ed. Campinas: Autores Associados, 1988. 109 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

DIAS, R. P. Bob Jessop e a abordagem relacional-estratégica. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 6, p. 133-152, 2009.

DUARTE, A. L. Em busca de um lugar no mundo: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 195-219, 2008.

DUARTE, A. L.; FONTES, P. Asociativismo barrial y cultura política em la ciudad de San Pablo, 1947-1953. **Nuevo Mundo-Mundos Nuevos**, Buenos Aires, v. 1, p. 1-58, 2013.

DUARTE, A. L.; FONTES, P. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth**, Campinas, v. 11, p. 87-122, 2004.

FARIA, J. H. de. A epistemologia crítica e os momentos da pesquisa: uma proposição para os estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2014, Gramado. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. p. 1-16.

FONSECA, F. P. **Associações e mulheres**: possibilidades de (re) construção identitária e empoderamento. 2010. 127 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

FONTANA, A.; FREY, J. H. The Interview: from neutral stance to political involvement. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **The Sage handbook of qualitative research**. 3<sup>rd</sup>ed. London: Sage, 2005. p. 695-728.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GOHN, M. da G. Pluralidade da representação na América Latina. **Sociologia & Estado**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 73-90, abr.2014.

GRUPO SN em nota, lamenta e assume a responsabilidade pelo ocorrido em Lavras. **Jornal de Lavras**, Lavras, 3 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.jornaldelavras.com.br/index.php?p=10&tc=4&c=8620>>. Acesso em: 13 set. 2014.



GURZA-LAVALLE, A. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 47, p. 121-135, 1999.

GURZA-LAVALLE, A. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, São Paulo, n.66, p. 91-109, jul. 2003.

GURZA-LAVALLE, A.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Atores periféricos na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 73-96, fev. 2006.

GURZA-LAVALLE, A.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. M. Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 465-498, 2007.

HOROCHOVSKI, R. R.; CLEMENTE, A. J. Democracia deliberativa e orçamento público: experiências de participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 127-157, out.2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2008**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**

**idades:** Lavras. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=313820&se arch=||info%EFicos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

INSTITUTO PÓLIS. **Audiências públicas:** repente, participação popular na construção do poder local. São Paulo, 2005. Disponível em:

<<http://www.polis.org.br/uploads/1042/1042.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Uberlândia, n. 9, p. 18-37, 1980.

JESSOP, B. **The capitalist State:** Marxist theories and methods. Oxford: M. Robertson, 1982. 296 p. Disponível em: <<http://bobjessop.org/2013/11/04/the-capitalist-state-marxist-theories-and-methods/>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

JESSOP, B. **Nicos Poulantzas:** Marxist theory and political strategy. Oxford: MacMillan, 1985. 391 p. Disponível em: <<http://bobjessop.org/2013/11/04/nicos-poulantzas-marxist-theory-and-political-strategy/>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

KERSTENETZKY, C. L. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n.53, p. 131-143, 2003.

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 159-178, jun. 2014.

LÜCHMANN, L. H. H. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 141-174, 2011.

LÜCHMANN, L. H. H. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 59-80, out. 2012.

LÜCHMANN, L. H. H. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p.87-97, abr. 2008.

MADEIRA, A. B. et al. Análise proposicional quantitativa aplicada à pesquisa em administração. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 51, n. 4, p. 396-410, 2011.

MAIA, R. C. M. O papel democrático da sociedade civil em questão. **Lua Nova**, São Paulo, n. 81, p. 147-174, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MARQUES, E. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 157-161, jun.2007.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003. 288 p.

MONTEIRO, L. M.; MOURA, J. T. V.; LACERDA, A. D. F. Teorias da democracia e a práxis política e social brasileira: limites e possibilidades. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 38, p. 156-191, jan./abr. 2015.

MORI, G. **Reflexões sobre os movimentos populares urbanos**. Disponível em: <[http://www.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=350:reflexoes-sobre-os-movimentos-populares-urbanos&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68](http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=350:reflexoes-sobre-os-movimentos-populares-urbanos&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68)>. Acesso em: 10 dez. 2014.

MOURA, J. T. V. Representação política e organizações da sociedade civil: a experiência do conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (CONSEA-CE). **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 32-46, 2009.

MOURA, J. T. V.; SILVA, M. K. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, p. 43-55, ago. 2008. Suplemento.

OAKLEY, P. et al. **Projects with people: the practice of participation in rural development**. Geneva: International Labour Office, 1991. 284 p.

OLIVEIRA, M. L. S. **Participação em associação de pequenos produtores: dilemas da administração coletiva**. 1995. 134 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1995.

OTTOMAN, G. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 41, p. 186-207, mar. 1995.

PORTAL BRASIL. **Entenda a diferença entre plebiscito, referendo e leis de iniciativa popular**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/11/entenda-a-diferenca-entre-plebiscito-referendo-e-leis-de-iniciativa-popular>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

PUTNAM, R. D. Bowlingalone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 6, n. 1, p. 65-77, 1995.

RAMOS, L. C. S. **A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana**. 2005. 219 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 336 p.

ROCHA, E. A constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, F. T.; MUSSE, J. S.; SANTOS, R. F. S. (Coord.). **20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafios da seguridade social**. Brasília: ANFIP, 2008. Disponível em: <<http://www.anfip.org.br>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e geração de novos direitos em tempos globais: o caso brasileiro. In: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. (Org.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.p. 130-152.

TARROW, S. **El poder em movimento**: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza, 1997. 369 p.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.p. 47-103.

TAVARES, A. O. Participação. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 133-135.

TILLY, C. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago, 2006.256 p.

TOCQUEVILLE, A. Da associação política nos Estados Unidos. In: \_\_\_\_\_. **Democracia na América**: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2005. p. 219-228.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Institucional**: sobre a UFRA, números. Disponível em: <<http://www.ufra.br/portal/institucional/sobre/numeros/>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

VAZ, F. T.; MUSSE, J. S.; SANTOS, R. F. S. (Coord.). **20 anos da constituição cidadã**: avaliação e desafios da seguridade social. Brasília: ANFIP, 2008. Disponível em: <<http://www.anfip.org.br>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 287 p.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Entrevista por Pautas

**Pauta de Entrevista da Pesquisa "ASSOCIATIVISMO E PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO: UM ESTUDO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS"**

1. Identificação e histórico do entrevistado na associação
  - 1.1. Cargo desempenhado pelo entrevistado.
  - 1.2. Educação Formal.
  - 1.3. Trabalho.
  - 1.4. Aprendizados evidenciados na associação.
  - 1.5. Há quanto tempo participa na associação.
  - 1.6. Já exerceu outros cargos (Diretoria ou Conselho)?
  - 1.7. Participação em outras associações ou grupos.
  - 1.8. Se é membro fundador ou conhece membros fundadores.
2. Fundação da Associação.
  - 2.1 Ano de fundação.
  - 2.2. Contexto político da fundação.
  - 2.3. O porquê da criação da associação de moradores.
  - 2.4. Existência de apoio de outras entidades ou pessoas externas à comunidade na fundação.
3. Trajetória e Parcerias em interface com a Participação.
  - 3.1. Existência de conquistas da associação, convertidas em ganhos reais para a comunidade.
  - 3.2. Período e contexto nos quais a associação de moradores contou com maior participação popular, assim como menor participação também.
  - 3.3. Caracterização das relações com o Poder Público Local. Existência de momentos de destaque (tanto favoráveis quanto desfavoráveis nas relações com o poder público).
  - 3.3. Caracterização das relações com a sociedade, associações e fundações (se existirem). Existência de momentos de destaque.
  - 3.4. Existência de laços com outras associações de moradores.
  - 3.5. Presença em Conselhos, Conferências, Planos Diretores ou Orçamento Participativo.
4. Relações Socioestatais
  - 4.1. Caracterização dos principais problemas enfrentados pela comunidade.

- 4.2. Existência de melhorias significativas nas principais questões sociais.
- 4.3. Caracterização dos direitos sociais na comunidade (educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados).
- 4.4. Influência da associação na luta por direitos sociais.
- 4.5. Existência de outras associações ou fundações na comunidade.
- 4.6. Caracterização da relação entre poder público local e associação.
- 4.7. Presença de servidores públicos nas reuniões da associação.
5. Existência de outras questões relevantes, não apresentadas anteriormente.

## APÊNDICE B – Lista de Associações de Defesa de Direitos em Lavras - MG

Quadro 1 Lista de Associações de defesa de direitos em Lavras-MG

Nome	Status	Abertura	Fechamento
LIONS CLUBE DE LAVRAS	Ativa	03/03/1966	
CLUBE DE LAVRAS	Ativa	31/05/1968	
CONSELHO PARTICULAR DE LAVRAS DA SOCIED S VIC DE PAULA	Ativa	11/11/1969	
RODA DA AMIZADE DAS SENHORAS DOS ROTARIANOS DE LAVRAS	Ativa	21/01/1972	
ASSOC PROT ASSIST INF MAT POSTO PUERIC ISABEL REDENTORA	Ativa	01/02/1972	
CONSELHO PARTICULAR DA SOCIEDADE SAO VICENTE DE PAULO	Baixada	17/10/1972	21/12/1994
FUNDO DE EMPRESTIMO ROTATIVO	Baixada	24/04/1975	01/11/2012
ASSOCIACAO RURAL DE LAVRAS	Baixada	28/04/1976	31/12/2008
AREA AZUL	Baixada	08/10/1976	30/06/1999
FUNDO EMPRESTIMOS ROTATIVOS FAFI LAVRAS	Baixada	08/10/1976	30/06/1999
SERVICOS DE OBRAS SOCIAIS	Baixada	16/05/1979	11/03/2014
ASSOCIACAO COMUNITARIA DE LAVRAS	Baixada	20/02/1980	31/12/2008
FUNDACAO PRESIDENTE VARGAS	Baixada	02/07/1981	31/12/2008
CONSELHO CENTRAL DE LAVRAS DA S S V P	Ativa	19/01/1982	
ASSOCIACAO COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE PRESTACAO DE SERVICOS DE LAVRAS - ACIL	Ativa	19/04/1982	
ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES DO INSTITUTO GAMMON	Ativa	20/07/1982	
ASSOCIACAO GAMMONENSE DO INSTITUTO GAMMON	Ativa	02/08/1982	
ROTARY CLUBE DE LAVRAS	Ativa	04/11/1983	
CRECHE LAR SILVIO MENICUCI	Ativa	02/04/1984	



<b>Nome</b>	<b>Status</b>	<b>Abertura</b>	<b>Fechamento</b>
ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO DE NOVA LAVRAS	Ativa	03/09/1984	
ASSOCIACAO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE LAVRAS SUL	Ativa	06/12/1984	
ASSOC DE MUNICIPIOS DA MICRORREGIAO DO ALTO RIO GRANDE	Ativa	11/03/1985	
ASSOCIACAO DE RECUPERACAO PELA EDUCACAO SAUDE E TRABALH	Ativa	01/10/1985	
GRUPO DOS IPES DE AA	Baixada	10/03/1986	31/12/2008
ROTARY CLUB LAVRAS SUL	Ativa	14/07/1986	
NUCLEO DE ARTES CENICAS E CIDADANIA - NACC	Ativa	18/02/1987	
ASSOCIACAO POPULAR LAVRAS LIVRE	Baixada	15/04/1987	31/12/2008
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOEDUCATIVO, CENTRO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO - IDESE - CDC	Ativa	29/01/1988	
ASSOCIACAO LAVRENSE DE APOIO A DEFICIENTES	Ativa	10/02/1988	
FUNDACAO ASSISTENCIAL DA ESAL	Suspensa	31/08/1988	19/11/2009
ASSOCIACAO DO BAIRRO JARDIM GLORIA	Baixada	26/09/1988	29/08/2013
ASSOC DE BAIROS JARDIM DAS ALTEROSAS E OUTROS	Baixada	30/01/1989	31/12/2008
MOVIMENTO CONSCIENCIA NEGRA LAVRENSE CONSNEL	Baixada	30/01/1989	31/12/2008
ALTO DA IGREJINHA E BAIRRO JOAQUIM DE SALES	Baixada	25/09/1989	31/12/2008
CENTRO DE DESENV.ALTERNATIVO E PARTICIPACAO POPULAR	Baixada	20/04/1990	31/12/2008
UNIAO DAS ASSOCIACOES DE BAIRRO	Baixada	15/05/1990	31/12/2008
ASSOCIACAO COMUNITARIA DO COHAB JULIO SIDNEY PINTO	Baixada	18/05/1990	31/12/2008
ASSOCIACAO BAIRRO DA PEDREIRA	Baixada	04/06/1990	31/12/2008
ASSOCIACAO DO BAIRRO LAVRINHAS	Baixada	05/06/1990	31/12/2008
ASSOCIACAO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA MURAD	Ativa	15/06/1990	

<b>Nome</b>	<b>Status</b>	<b>Abertura</b>	<b>Fechamento</b>
SOCIEDADE LAVRENSE DE PROTECAO AOS ANIMAIS	Ativa	12/09/1990	
GREEN CROSS FOUNDATION	Ativa	24/09/1990	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DO BAIRRO JARDIM SAO PAULO	Ativa	02/10/1990	
CONSELHO PARTICULAR SAO SEBASTIAO DA S S V P	Baixada	10/03/1992	20/12/2006
ASSOC PROF PAIS ALUNOS CENTRO ESPOR TREINAMENT INFANTIL	Baixada	06/05/1992	31/12/2008
ASSOCIACAO COMUNITARIA DO BAIRRO AEROPORTO	Baixada	18/05/1992	15/08/1997
ASSOCIACAO FEMININA DE ASSISTENCIA SOCIAL - AFAS LEAO DO SUL	Ativa	01/11/1992	
NUCLEO DE APOIO SOCIO CULTURAL DA ESAL	Ativa	05/05/1993	
FUNDACAO PRO-DEFESA AMBIENTAL	Ativa	04/06/1993	
ASSOC.COM.BAIRROS N.S.LOURDES,JD.EUROPA,VILA MENICUCCI	Baixada	14/06/1993	31/12/2008
ROTARY CLUB DE LAVRAS/NORTE	Ativa	06/07/1993	
FUNDACAO ABRAHAM KASINSKI	Ativa	25/08/1993	
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO DEF E IDOS	Baixada	01/09/1993	31/12/2008
SOCIEDADE DE APOIO DE AIDS SUL DE MINAS	Baixada	06/10/1993	31/12/2008
NUCLEO JERSEY FERNAO DIAS	Baixada	02/03/1994	31/12/2008
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS PARA O APOIO AO TALENTO	Baixada	05/05/1994	01/08/2014
ASSOC DOS MORAD DA V ALZIRA CASCALHO E MARTINS	Baixada	07/06/1994	31/12/2008
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ADMINISTRACAO RURAL	Ativa	06/03/1995	
MOVIMENTO CULTURAL ZUMBI DOS PALMARES	Ativa	05/05/1995	
ASSOCIACAO DE AMPARO MATERNO - INFANTIL ROSA HADDAD	Ativa	26/09/1995	
NUCLEO COMUNITARIO PARA O PROGRESSO DE LAVRAS	Ativa	26/04/1996	

<b>Nome</b>	<b>Status</b>	<b>Abertura</b>	<b>Fechamento</b>
ROTARY INTERNATIONAL DISTRITO 4560 GOVERNADORIA	Ativa	03/07/1996	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DO BAIRRO SAO VICENTE	Ativa	01/08/1996	
COMITE LAVRENSE ACAA PELA CIDADANIA	Baixada	06/08/1996	31/12/2008
NUCLEO DE ESTUDO DE FISIOLOGIA VEGETAL DA UFLA	Ativa	16/08/1996	
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LAVRAS	Baixada	22/08/1996	31/12/2008
VARA DA INFANCIA E JUVENTUDE	Baixada	19/09/1996	11/12/1998
GRUPO DA TERCEIRA IDADE	Ativa	18/10/1996	
ASSOCIACAO DO BAIRRO PONTE ALTA	Baixada	29/10/1996	31/12/2008
ASSOCIACAO COMUNITARIA DO BAIRRO VISTA ALEGRE	Baixada	31/10/1996	31/12/2008
ASSOCIACAO DOS MORADORES DA VILA PITANGUI	Ativa	16/01/1997	
GRUPO SEMPRE ATIVA	Ativa	23/04/1997	
ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DA CACHOEIRINHA	Ativa	17/10/1997	
ASSOC. DOS PORTADORES DE LESOES POR ESFORCOS REPETITIVOS	Ativa	13/01/1998	
ASSOC.BRASILEIRA COMUNITARIA P/PREV.DO ABUSO DE DROGAS	Ativa	05/02/1998	
SOCIED.PAIS E MESTRES DO SEG.GRAU DO COL.TIRAD.P.M.LAVR	Ativa	26/03/1998	
FUNDO DE APOIO A COMUNIDADE ESCOLAR -FACE	Ativa	08/04/1998	
ASSOCIACAO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE LAVRAS E REGIAO	Ativa	19/04/1999	
ASSOCIACAO COMUNITARIA ALCANCE DE LAVRAS	Ativa	20/04/1999	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DO BAIRRO JARDIM GLORIA	Ativa	05/11/1999	
ASSOCIACAO COMUNIDADE CASA AMARELA	Baixada	08/11/1999	31/12/2008
ASSOCIACAO DE RECUPERACAO E PRESERVACAO AMBIENTAL DE LAVRAS	Baixada	21/12/1999	31/12/2008

<b>Nome</b>	<b>Status</b>	<b>Abertura</b>	<b>Fechamento</b>
ASSOCIACAO DOS MORADORES DO JARDIM FABIANA	Ativa	18/04/2000	
CONSELHO COMUNITARIO DE SEGURANCA PREVENTIVA DE LAVRAS	Ativa	24/04/2000	
INTEGRATIVA	Baixada	20/06/2000	14/08/2009
GRUPO DE VOLUNTARIOS DE APOIO A FAMILIA	Ativa	19/02/2001	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS BAIROS PAULO MENICUCCI, PEDRO SILVESTRE, SANTA EFIGENIA E SERRA VERDE	Ativa	21/02/2001	
NUCLEO DE PESQUISA E APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR JUSTINO OBERS	Ativa	22/02/2001	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DO TOMBA	Ativa	09/07/2001	
ASSOC. MORADORES E AMIGOS BAIROS M.LIBANO I, M.LIBANO II E JARDIM ELDORADO	Ativa	16/07/2001	
ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO CRUZEIRO DO SUL	Ativa	31/07/2001	
ASSOCIACAO DO BAIRRO CRUZEIRO DO SUL	Baixada	31/07/2001	31/12/2014
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO BAIRRO VALE DO SOL	Ativa	14/09/2001	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DO FARIA	Ativa	26/10/2001	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DO PAIOL	Ativa	26/10/2001	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DA SERRINHA	Ativa	31/10/2001	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DAS TRES BARRAS	Ativa	05/11/2001	
ASSOCIACAO COMUNITARIA LAVRENSE - TERRA NOSSA	Baixada	03/12/2001	03/12/2001
ASSOCIACAO DAS DONAS DE CASA DE MINAS GERAIS	Ativa	22/01/2002	
ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO JARDIM FLORESTA	Ativa	14/02/2002	
ASSOCIACAO COMUNICACAO LIVRE	Ativa	05/04/2002	
ASSOCIACAO DO CIRCUITO TURISTICO VALE VERDE E QUEDAS D'AGUA	Ativa	11/04/2002	

<b>Nome</b>	<b>Status</b>	<b>Abertura</b>	<b>Fechamento</b>
ASSOCIACAO COM.CAJURU DO CERVO	Ativa	22/05/2002	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS ROSAS	Ativa	29/05/2002	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO BAIRRO BELA VISTA E JARDIM MAGNOLIA	Ativa	09/09/2002	
SOCIEDADE ECOLOGICA VALE DOS IPES	Ativa	22/10/2002	
ASSOCIACAO COMUNITARIA SANTA CRUZ	Ativa	17/12/2002	
ASSOCIACAO COMUNITARIA QUEIXADA	Ativa	07/03/2003	
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAVRAS	Ativa	21/08/2003	
ASSOCIACAO DO CONJUNTO HABITACIONAL AGUA LIMPA - ACHAL	Ativa	06/01/2004	
ASSOCIACAO DOS USUARIOS DA Balsa DA BARRA	Ativa	20/01/2004	
COORDENADORIA DAS ASSOCIACOES DE SENHORAS DOS ROTARIANOS DO DISTRITO 4.560	Ativa	22/01/2004	
ALCOOLICOS ANONIMOS DE LAVRAS	Ativa	03/02/2004	
ASSOCIACAO DOS SURDOS DE LAVRAS	Ativa	25/05/2004	
ASSOCIACAO BETESDA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Ativa	11/06/2004	
COLONIA DE PESCADORES PROFISSIONAIS E ARTESANAIS DE LAVRAS Z17	Ativa	30/06/2004	
ASSOCIACAO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	Ativa	12/08/2004	
ASSOCIACAO DOS AGROPECUARISTAS DA PONTE DO FUNIL	Ativa	15/09/2004	
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO HOSPITAL VAZ MONTEIRO DE ASSISTENCIA A INFANCIA E A MATERNIDADE	Ativa	18/10/2004	
GRUPO ESCOTEIRO ACAUA	Ativa	20/10/2004	
ASSOCIACAO MUNICIPAL DE INTEGRACAO DOS USUARIOS DO SERVICO DE SAUDE MENTAL DE LAVRAS	Ativa	18/11/2004	

<b>Nome</b>	<b>Status</b>	<b>Abertura</b>	<b>Fechamento</b>
FUNDACAO PADRE DEHON	Ativa	24/02/2005	
ASSOCIACAO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO IPES	Ativa	30/03/2005	
ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO PARQUE DAS PEDRAS PRECIOSAS	Ativa	19/04/2005	
APAC ASSOCIACAO DE PROTECAO E ASSISTENCIA AOS CONDENADOS	Ativa	16/05/2005	
ASSOCIACAO DOS FEIRANTES DA ZONA NORTE	Ativa	30/08/2005	
ASSOCIACAO COMUNITARIA ITIRAPUAN	Ativa	31/08/2005	
ASSOCIACAO DOS CONSUMIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Ativa	17/10/2005	
ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA	Ativa	03/11/2005	
ASSOCIACAO COMUNITARIA ENGENHO DE SERRA	Ativa	30/11/2005	
ASSOCIACAO DOS ESTUDANTES DO BRASIL	Ativa	23/02/2006	
ASSOCIACAO COMUNITARIA TABOES	Ativa	19/04/2006	
BIOTEMA CIENCIA E TECNOLOGIA	Ativa	20/04/2006	
ASSOCIACAO DO COMERCIO POPULAR - ASSCOP	Ativa	04/05/2006	
ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DO BARREIRO	Ativa	09/06/2006	
ASSOCIACAO DOS ARTESAO DA PONTE DO FUNIL	Ativa	11/07/2006	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DA PONTE DO FUNIL	Ativa	06/09/2006	
INSTITUTO DE ACOLHIMENTO E RECUPERACAO ETERNA MISERICORDIA-IAREM	Ativa	25/10/2006	
INSTITUTO RECRIAR-REDE CIDADADA PARA REINSERCAO DO INFANTE E ADOLESCENTE EM RISCO SOCIAL	Ativa	13/03/2007	
ASSOCIACAO DO VILAO NOSSA SENHORA DO ROSARIO	Baixada	09/01/2008	11/10/2011
ASSOCIACAO CONQUISTA DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	Ativa	07/11/2008	

<b>Nome</b>	<b>Status</b>	<b>Abertura</b>	<b>Fechamento</b>
ASSOCIACAO DE TV PUBLICA E COMUNITARIA DA CIDADE DE LAVRAS MG	Baixada	22/04/2009	08/11/2011
PROJETO MAOS DADAS	Ativa	24/06/2009	
ASSOCIACAO DAS ENTIDADES USUARIAS DE CANAL COMUNITARIO DE LAVRAS - TV COMUNITARIA DE LAVRAS	Ativa	13/08/2009	
CEMSO - CONSORCIO PARA EXECUCAO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO	Ativa	01/10/2009	
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCACAO INFANTIL	Ativa	17/11/2009	
ASSOCIACAO AMIGOS DA ZONA NORTE - AAZN	Ativa	17/12/2009	
CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO MUNICIPIO DE LAVRAS	Ativa	04/02/2010	
GRUPO DE APOIO A PORTADORES DE HIV/AIDS, PACIENTES RENAIIS CRONICOS, DOADORES E TRANSPLANTADOS - GHIRASSOL	Ativa	29/07/2010	
ASSOCIACAO DAS MULHERES ARTESAS DE LAVRAS	Ativa	30/07/2010	
ASSOCIACAO OBSERVATORIO DA JUVENTUDE	Ativa	09/02/2011	
ASSOCIACAO DA RUA SANTANA (ARSANT)	Ativa	23/08/2011	
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RIO GRANDE	Ativa	16/03/2012	
ASSOCIACAO RESGATANDO VIDAS	Ativa	18/04/2012	
ASSOCIACAO DOS AGENTES AMBIENTAIS DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE LAVRAS	Ativa	09/07/2012	
ASSOCIACAO REGIONAL DE PROTECAO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO GRANDE	Ativa	05/10/2012	
ASSOCIACAO ANIMAIS NOSSOS IRMAOS	Ativa	24/10/2012	
ENGENHEIROS SEM FRONTEIRAS NUCLEO LAVRAS	Ativa	13/01/2014	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DOS BAIROS MORADA DO SOL I & II-ACBMS	Ativa	18/02/2014	

<b>Nome</b>	<b>Status</b>	<b>Abertura</b>	<b>Fechamento</b>
ASSOCIACAO COMUNITARIA DA LAJINHA	Ativa	19/03/2014	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS BARBOSA	Ativa	02/05/2014	
ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL DA SERRA DO GAMBA	Ativa	21/05/2014	
ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO JOSE OPERARIO DOS PIMENTAS	Ativa	08/02/1999	
ASSOCIACAO COMUNITARIA DO FONSECA	Ativa	24/04/2002	

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da CGU (2014)



## ANEXOS

## ANEXO A – Solicitação SIC

DF COCAD RFB

Fl. 5



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB  
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO – SUARA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS

**Nota RFB/Suara/Cocad nº 62, de 12 de junho de 2014.**

**Interessado** : Sr. Luís Fernando Silva Andrade

**Assunto** : Solicitação SIC

*e-Processo nº 13355.722076/2014-25*

Com relação à solicitação SIC, anexada ao processo de nº 13355.722076/2014-25, informamos que:

1. O Sr. Luís Fernando Silva Andrade solicitou a disponibilização de dados cadastrais de todas as associações e fundações situadas no município de Lavras/MG cadastradas na base de dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
2. Para o atendimento da solicitação disposta acima, esta Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros (COCAD), em pesquisa realizada ao sistema DW Corporativo/RFB, obteve as informações apresentadas no “Anexo I Complementar à Nota Cocad nº 62/2014” e no anexo a este processo.
3. Saliente-se que a lista disposta no “Anexo I Complementar à Nota Cocad nº 62/2014” apresenta a relação de Pessoas Jurídicas enquadradas nas naturezas jurídicas 3069, 3026, 3999, 1155, 1139, 1147, 1252, 1260 e 1279.
4. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento desta Nota à Ouvidoria do Gabinete do Sr. Secretário da Receita Federal do Brasil, para encaminhamento da reposta ao interessado.

À consideração superior.

*Assinado digitalmente*  
**Allan do Rego Borges**  
Assessoria Gabinete

De acordo.

*Assinado digitalmente*  
**Flávio Vilela Campos**  
Coordenador-Geral de Gestão de Cadastros